UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS INGLÊS

A Mídia e as Mulheres: Feminismos, Representação e Discurso

Maria de Fátima Cabral Barroso de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês, do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Professora Doutora Anna Maria G. Carmagnani

São Paulo

2005

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS

A Mídia e as Mulheres: Feminismos, Representação e Discurso

Maria de Fátima Cabral Barroso de Oliveira

São Paulo

2005

...at least at the level of the Western societies from which we derive, they have their generality, in the sense that they have continued to recur up to our time: for example, the problem between sanity and insanity, or sickness and health, or crime and the law; the problem of the role of sexual relations; and so on...What must be grasped is the extent to which what we know of it, the forms of power that are exercised in it, and the experience that we have in it of ourselves constitute nothing but determined historical figures, through a certain form of problematization that defines objects, rules of action, modes of relation to oneself.

(Michel Foucault – *What Is Enlightenment?*)

Dedicatória

Para Marcelo de Souza, 1978-2003

In Memoriam

...o passado que vive no presente e o futuro que germina no presente são reais e, de fato, constituem o próprio presente.

(Collingwood, 1926)

Ao meu marido, pelo apoio.

À memória de meus pais, pelo incentivo aos estudos.

Aos meus queridos irmãos, espelhos de mim.

Aos meus amigos, aqueles que sabem que os levo comigo... sempre.

A todas as mulheres, mas principalmente
àquelas que sabem que se pode ir muito além dos limites.

Agradecimentos

À Anna Maria G. Carmagnani, pelo apoio, pela orientação e pela oportunidade de discussão das leituras realizadas em reuniões mensais com os colegas orientandos. Mas, principalmente, por acreditar neste projeto;

À Marisa Grigoletto, pelas valiosas opiniões;

À Lynn Mario T. de Souza Menezes e Walkyria Monte Mór, pela análise do trabalho e pelas sugestões no exame de qualificação, contribuição ímpar na realização deste projeto;

Aos meus colegas do grupo de estudos de pós-graduação, principalmente à Margarete Campelo e Cynthia Pichini, pelo carinho e pela amizade;

A Kleber R. Ceribelli Pacca e à Silvana Fimene, pelo apoio constante;

À Secretaria de Pós-graduação, pelo suporte.

Sumário

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....01

CAPÍTULO 1: DISCURSO, IDENTIDADE E O SUJEITO.....11

1. Análise do discurso.....12

1.1 Interdiscurso e Condições de Produção.....13

1.2 Ideologia e sujeito.....15

2. Identidade e Diferença.....19

2.1 Sexo e Gênero.....19

3. O Texto Jornalístico.....26

CAPÍTULO 2: FEMINISMOS: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

DA MÍDIA IMPRESSA.....29

1. O Movimento Feminista Norte-Americano e A Construção do Sujeito do Feminismo.....30

CAPÍTULO 3: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS JORNAIS

CANADENSES.....48

1. Domesticidade: Contexto Familiar..... 51

1.1 Contexto Profissional.....59

2. Sexualização.....64

2.1 Erotização: A Mulher-Atleta.....64

2.2 Infantilização: A Mulher Negra Atleta.....70

2.2.1 A Executiva *Girlish*.....74

2.3 Objetificação.....82

3. Vitimização: <i>Battered Woman</i> - A Síndrome da Mulher Espancada.....	87
3.1 A Violência Contra a Mulher e o Discurso Jurídico.....	101
3.2 FGM: <i>Female Genital Mutilation</i> - A Mutilação Genital Feminina.....	112
CONCLUSÕES.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo a análise das representações das mulheres em textos publicados em jornais canadenses na década de 1990. A imprensa escrita tem grande influência na criação ou na perpetuação de representações e/ou imagens de categorias sociais. Buscamos examinar os discursos construídos sobre a “categoria” mulher, os seus estereótipos e as posições de sujeito assumidas que, por meio de um discurso representacional, ora se apresenta como mulher-mãe, ora como mulher-erótica, ora como mulher-vítima. A hipótese central é a de que a mídia, através de um discurso que celebra a diversidade sexual, na verdade, legitima e marginaliza identidades. Como resultado, algumas categorias de mulheres sobrepujam outras.

Analizamos o funcionamento das representações nos textos selecionados utilizando os elementos teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa, que entende que a linguagem é constituída sócio-historicamente, estabelecendo uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer. Como conclusão, constatamos que as representações das identidades das mulheres estão atravessadas pelo discurso político-liberal-humanista, pelo discurso vitoriano do século XIX, pelo discurso feminista, bem como pelos discursos criminológico e científico. Assim, as identidades das mulheres brancas, heterossexuais e de classe média são legitimadas e as identidades de outras mulheres, como negras, homossexuais e pobres, são excluídas ou marginalizadas.

O movimento feminista norte-americano influenciou a linguagem jornalística pedindo o fim do sexismo e da desigualdade dos gêneros na mídia, o que provocou certos efeitos de sentidos. Verificamos, que sob o manto aparente de uma representação das mulheres nos textos jornalísticos isenta das relações de poder, a identidade feminina produzida é a do “outro” que é “diferente” da norma. O leitor, no seu processo de interação com o texto, é influenciado, (re)produzindo os sentidos ali constituídos, ajudando na perpetuação das relações estabelecidas. Os textos jornalísticos, dessa maneira, homogeneizam sentidos, promovendo certas identidades e excluindo ou silenciando outras por meio de um discurso que aparentemente celebra a diversidade das identidades sexuais.

Palavras-chave: mulher, mídia, representação, identidade, Análise do Discurso.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyse women's representations in journalistic texts published in Canadian newspapers in the 90's. The written media has great influence in creating and perpetuating representations or images of social categories. We show how the woman's category and its stereotypes are socially produced through a representational discourse presenting women as mothers, sexual objects or as victims, assuming subject positions accordingly. The central hypothesis is that the media through a discourse that seemingly praises sexual diversity, in fact, legitimates and excludes identities. As a result, some categories of women overshadow others.

The analysis of how the representations functions within the context of the selected texts is based on the conceptual framework of the French perspective to Discourse Analysis which assumes that language is social-historically constituted, establishing a necessary relation between discourse and its conditions of production. In conclusion, we have observed representations of women identities constituted by a liberal political humanist discourse, by the Victorian discourse of the 19th century, by the feminist discourse and by the scientific and criminological discourses. Consequently, the identities of white, heterosexuals and middle class women are legitimated and others like black, homosexuals and poor are excluded or silenced.

The North-American Women's Movement has influenced the language in the news fighting for the end of sexism and for equality in the press collaborating in the formation of new identities. We have examined that women's identities are portrayed in the media homogeneously, as if detached from power relations. Thus, women's identity is produced as the "other" – "different" from the norm. As the reader interacts with the text and is influenced by the media to which she/he is exposed to, the meanings of the text are (re)produced by her/him, leading to the perpetuation of the established power/knowledge relations. Thus, journalistic texts homogenize meanings, promoting certain identities and disregarding others, excluding or silencing them by a discourse that apparently celebrates the diversity of sexual identities.

Key-words: women, media, representation, identity, Discourse Analysis

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre as representações de identidades das mulheres constatando a abrangência temática do discurso feminista na imprensa escrita canadense da década de 1990. Concordamos com Fairclough (1995:52) quando diz que os textos da mídia são barômetros de transformação sociocultural e valioso material de pesquisa e que eles são representações da realidade. Para esse autor, as notícias são socialmente construídas e todo contexto social influencia a escolha do artigo de jornal como notícia.

Através da leitura de vários periódicos, por exemplo, os jornais *The Toronto Star*, *The Globe and Mail*, *The National Post* e *The Toronto Sun*, pudemos perceber que a imprensa escrita canadense estava afetada por vários discursos - dentre eles, o feminista - naquele momento histórico.

Leituras como *Backlash: The Undeclared War Against American Women* de Susan Faludi (1991), *The Revolution from Within* de Gloria Steinem (1992), *The Beauty Myth* de Naomi Wolf (1990) e o *The War Against Women* de Marilyn French (1992), corroboraram a constatação de que o discurso feminista atravessava o discurso jornalístico naquele contexto. Pudemos depreender que a existência de um feminismo norte-americano - considerado como um movimento político de ativismo social que se alia a outros grupos minoritários, como os dos homossexuais e os dos negros, que questionam a inclusão e a exclusão social ou considerado como uma filosofia - afetou a sociedade e a imprensa escrita que procuravam representar a mulher dentro de um contexto mais “politicamente correto”.

A escolha desse tema deve-se ao fato de termos “experimentado” a imprensa canadense nos muitos anos de vivência fora do Brasil e de ter nos causado estranheza as matérias referentes às mulheres: a imprensa não tratava dos problemas “femininos” e sim dos problemas das “mulheres”, o pronome *he* não generalizava o ser humano e a expressão *sexual harassment* (= assédio sexual), uma inovação feminista, era manchete nos periódicos. Os adjetivos descritivos, principalmente aqueles que podiam passar uma imagem negativa de mulher e reforçar certos estereótipos, eram “controlados” pelas organizações feministas e pelo próprio discurso jornalístico, por meio da não-utilização de uma linguagem que pudesse ser considerada como

sexista, como se pode comprovar no *Canadian Press Stylebook* (1992), o principal guia de uso de linguagem no jornalismo canadense.

Treat the sexes equally and without stereotyping. A woman's marital or family status – single, married, divorced, grandmother – is pertinent only to explain a personal reference or to round up a profile. The test always is: Would this information be used if the subject were a man?" (:22)

Observamos também que o tema “violência contra as mulheres” era constante nos textos jornalísticos da década de 1990. Por que se falava tanto de violência contra a mulher, na imprensa? Seria a sociedade canadense - considerada de Primeiro Mundo, em um país reconhecido pela Organização das Nações Unidas como o melhor lugar mundo onde se viver por três vezes seguidas - tão violento com suas mulheres? A imprensa não deixava dúvidas, por meio de vários textos jornalísticos da época, de que as mulheres eram não só mães e profissionais, mas também vítimas da violência masculina.

Toda essa “nova linguagem” - quando comparada à dos periódicos brasileiros com os quais estava acostumada - causou estranhamento inclusive quanto ao uso de palavras ou expressões até então desconhecidas, que só começaram a ganhar significado quando passei a interpretar a sociedade na qual estava vivendo sob uma ótica diferente: a do discurso feminista.

Dessa maneira, algumas das palavras que passaram a fazer parte dos dicionários de língua inglesa nos últimos anos - como *pro-choice* (adjetivo usado desde 1975 que se refere à defesa da legalização do aborto), *battered woman* (termo que se refere ao espancamento de mulheres), *sexism* (substantivo de 1968 relacionado ao preconceito ou à discriminação baseados na condição sexual e é especialmente usado quando se refere à discriminação contra as mulheres, mas que também indica atitudes ou comportamentos que reforçam os estereótipos dos papéis sociais baseados no gênero sexual) e *glass-ceiling* (substantivo de 1986 que significa a “muralha” dentro do sistema hierárquico a qual impede mulheres e/ou minorias sexuais ou raciais de alcançarem posições mais elevadas nas empresas) - ganharam sentido quando inseridas naquele contexto social específico, no qual eram debatidas pela sociedade as várias questões sobre as mulheres, como a desigualdade social e a violência contra elas.

Além disso, pudemos constatar a criação de novas leis de proteção às mulheres, por exemplo, as que se referiam à violência doméstica e à molestação. As regras de comportamento social, ditadas pelo “tolerância zero” e pelo “politicamente correto” alteraram as relações sociais uma vez que novas figuras penais foram (re)criadas como no caso do *sexual harassment* e do *date rape* (estupro entre pessoas que se conhecem).

Ao mesmo tempo, as grandes reuniões mundiais patrocinadas pela ONU, como a Conferência das Mulheres em Pequim, em 1995, por exemplo, considerada como um marco histórico pelo movimento feminista norte-americano, imprimiram marcas definitivas no discurso jornalístico canadense da década de 1990.

Podemos dizer, sem receio, que a língua inglesa foi afetada pelo movimento feminista, modificando-a mais do que qualquer outro movimento social. Anne Soukhanov, editora executiva do dicionário *American Heritage Dictionary*, considera a preocupação com uma linguagem não-sexista a mais importante mudança do uso da linguagem nos últimos quatrocentos anos.¹ Ela diz que *the concern for words that are gender-tagged is the most important shift in English usage in the last 400 years*.

Constatamos, assim, que o movimento feminista contribuiu para alterar comportamentos na sociedade através do ativismo político, por exemplo, a campanha *No means no*² - que ditou normas de comportamento sexual -, bem como através da teoria feminista que reestruturou certos conhecimentos.

A imprensa canadense, ao reportar essas mudanças sociais através dos textos jornalísticos, promoveu e tornou visíveis “assuntos” que se referiam a mulheres, principalmente a questão da violência contra elas. Percebemos que havia poucas dúvidas sobre a relevância de certos conhecimentos que são propagados através desses textos, por exemplo, a representação da identidade feminina e/ou da mulher.

¹ Anne H. Soukhanov, citada no artigo *Liberating Language* de Casey Miller, Kate Swift e Rosalie Maggio, na revista *Ms.*, edição de setembro/outubro de 1997, página 50.

² A campanha “Não significa não” deixou claro que o ato sexual passara da esfera privada e pessoal para a esfera pública.

O leitor de jornais busca basicamente a informação e a “verdade” dos fatos, assim, se a identidade feminina é representada constantemente como “vítima”, por exemplo, podemos considerar que certos efeitos são gerados. Quais seriam eles?

Os textos jornalísticos são consideradas “objetivos”, “verdadeiros” e, portanto, não apresentam espaço para questionamentos. Nas palavras de Carmagnani (1996), a empresa jornalística, por meio do jornal, busca controlar a unidade para criar o efeito da objetividade. Pretendendo talvez a verdade jornalística dos fatos, percebemos que a imprensa canadense, por meio de uma postura “politicamente correta”, aparentemente garantia o espaço das minorias - e aqui enquadrámos a categoria “mulher”.

Nos periódicos canadenses, o espaço para as feministas também estava garantido por meio de suas colunas, nas quais as questões como a violência contra as mulheres, o aborto e a equiparação salarial, por exemplo, podiam ser interpretadas sob sua ótica.

Assim, a imprensa canadense garantiu o espaço às mulheres e veremos, no desenrolar desse trabalho, como a mídia as representou.

O texto da mídia, como qualquer outro, é afetado por fatores sociais, pela história, pelos estereótipos e os jornalistas são interpelados enquanto sujeitos (Althusser, 1998) e interagem com todas essas forças discursivas.

Assim, o significado não é intrínseco ao texto e o sujeito deixa marcas de sua presença na produção de um enunciado. O discurso jornalístico, nas palavras de Carmagnani (1996:124), é caracterizado pela *imposição de uma homogeneização que cria e busca manter a ilusão de um sujeito uno, um narrador onisciente de todos os passos de sua produção*.

Para Fairclough (1995:104), os textos da mídia *constituem versões da realidade que dependem das posições sociais, interesses e objetivos de quem os produz*. Então, eles são socialmente construídos. Podemos considerar, dessa maneira, que o contexto social influencia a escolha da matéria como notícia.

Reforçando essa linha teórica, Fowler (1991) afirma que notícia é o produto final de um complexo processo que se inicia com uma seleção e escolha sistemáticas de eventos e assuntos, de acordo com uma série de categorias socialmente construídas. Notícia não é somente o fato, o

acontecido. Ela precisa ter também o que ele chama de “valor de notícia”, que se dá por causa de um específico momento histórico-político.

Podemos, então, entender a mídia como socialmente construída e que serve como função para as relações de poder geradas pela oposição binária homem/mulher. Fowler (*op. cit.*) nos diz que:

The formation of news events, and the formation of news values, is in fact a reciprocal, dialectical process in which stereotypes are the currency of negotiation. The occurrence of a striking event will reinforce a stereotype, and, reciprocally, the firmer the stereotype, the more likely are relevant events to become news. (p.17)

De certo modo, simples, mas que nos serve nesta análise, podemos dizer que a década de 1990 trouxe marcas para o Canadá não só pela recessão política e econômica, pelo debate intenso sobre a identidade nacional canadense - acirrado pela questão separatista da província de Quebec -, mas também pelas regras de comportamento social ditadas pelo “politicamente correto” e pelos movimentos de minorias, como o das mulheres, dos negros e dos homossexuais que buscam justiça social e discutem a questão do multiculturalismo.

A partir da verificação deste contexto social, desenvolvemos um estudo sobre o discurso feminista na mídia, com o objetivo de analisar o funcionamento das representações de identidades das mulheres. As questões tratadas pelo feminismo - tais como: a mulher no mercado de trabalho, a maternidade, o aborto, o lugar social e a violência - estão em franca expansão para o debate. É importante, então, (re)conhecer como as representações e o funcionamento das notícias sobre mulheres (re)conhecem e reforçam certas identidades e silenciam e excluem outras.

Lembramos Silva (2000) ao dizer que é por meio da representação que a identidade e a diferença adquirem sentido. Para ele, quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É através da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Poder que, forma “saberes” e produz discursos (Foucault).

Neste contexto, gostaríamos de mostrar como os textos jornalísticos publicados na imprensa escrita, mais especificamente em jornais, apresentam representações que legitimam as

identidades construídas das mulheres e produzem conhecimento da condição de mulher que restringem as mulheres a certas imagens da sexualidade feminina.

Verificaremos, também, como funciona um discurso oposicionista - como é o discurso feminista dentro da sociedade patriarcal - e quais as posições de sujeito construídas para as mulheres. Verificaremos como o movimento norte-americano de mulheres e a mídia constroem o sujeito-vítima, cedendo espaço a um discurso feminista radical a respeito da violência contra a mulher.

A hipótese desta dissertação é a de que, apesar de a mídia representar as mulheres dentro de uma aparente perspectiva de igualdade dos sexos, essas representações, de fato, mostram as mulheres homogeneamente, representando-as em oposições que trazem à superfície uma luta pela hegemonia onde certas identidades predominam sobre outras.

Veremos como a mídia, cedendo a um discurso feminista liberal, por um lado, contribuiu para a construção da imagem da mulher que simultaneamente é profissional, mãe, companheira, deixando a impressão que o problema da desigualdade dos gêneros estava resolvido e por outro, através de um discurso feminista radical, construiu a mulher-vítima, oprimida e violentada pela sociedade patriarcal.

Esta hipótese será estudada a partir de um *corpus* de 15 artigos sobre mulheres publicados nos jornais canadenses *The Toronto Star* e *National Post*, com circulação na cidade de Toronto entre os anos 1990 e 2000. Os jornais foram escolhidos por terem público expressivo.

Como linha teórica, adotamos a abordagem da Análise de Discurso de Linha Francesa, ou AD (Pêcheux, 1988). Para a AD, o sujeito é disperso, cindido, assujeitado pela ideologia; ele acredita ser a origem do dizer tendo a ilusão de que o discurso espelha o conhecimento objetivo do que é chamado realidade. O sujeito acredita serem suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso ou “memória do dizer” (Orlandi, 2001a), sendo na verdade constituído pelos discursos e, conseqüentemente, pelas ideologias.

A AD interpreta a ideologia como uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. Assim, não há necessariamente um discurso ideológico, mas todos os discursos são ideológicos materializados na superfície lingüística. Para Orlandi (2004), é a ideologia que sustenta, sobre o “já-dito”, os sentidos

institucionalizados, reconhecidos como “naturais”. Determinados ideologicamente, os sentidos são construídos dentro de certas arenas histórico-culturais e é aí que a AD se inscreve.

Considerada essa abordagem, veremos como o espaço discursivo dos textos jornalísticos selecionados introduz um saber que reforça certos estereótipos femininos. Além disso, veremos como a imprensa escrita canadense expressa significados construídos social e culturalmente, almejando produzir certos tipos de identidades sociais por meio de diferentes formas de representação.

Discutiremos ainda como o feminismo, por meio de um discurso representacional da categoria das mulheres, funciona também no sentido de homogeneizar e legitimar certas identidades em detrimento de outras. O discurso feminista, na narrativa jornalística, constrói na materialidade lingüística representações ideológicas de determinadas formações discursivas, buscando a produção das identidades femininas.

O discurso dos textos jornalísticos apresenta representações das identidades femininas que procuram convencer o leitor de que o espaço das mulheres na imprensa está assegurado. Porém, esta dissertação irá mostrar que, por trás das representações, é possível perceber que as mulheres são apresentadas através de estereótipos e categorias estanques, o que limita e fixa as identidades femininas, normalizando-as, mantendo-se o *status quo*.

Ao leitor cabe a crítica, a reflexão e a interpretação sobre as representações apresentadas nos textos selecionados. Ao buscar a informação, o leitor produz, confirma e modifica construções mentais, a fim de que se enquadrem a sua experiência de vida. No entanto, os jornais, ao retratarem a realidade de maneira “objetiva” e “isenta”, fecham sentidos e reforçam certas identidades excluindo outras. Através dos enunciados jornalísticos, as informações se apresentam homogeneizadas e aparentemente transparentes na superfície lingüística, mas há fatores que comprometem a transparência, a objetividade e a homogeneização pretendidas.

O que é social e culturalmente legitimado e o que é excluído ou silenciado passa despercebido ao leitor que crê na objetividade dos discursos que constituem o texto jornalístico. No entanto, a presença no texto de ideologias muitas vezes colocadas como conflitantes entre si - por exemplo, ser atleta e feminina - produzem significados diferenciados. O leitor, ao interagir com o texto, pode produzir sentidos diferentes dos desejados *a priori* pelo enunciador.

Os discursos que evocam o masculino ou a masculinidade como norma estão presentes nos textos jornalísticos e interpretam as mulheres como minoria, e portanto, como o “outro” (termo entendido aqui como aquele que é diferente do sistema ou da estrutura (pré)estabelecida).

A linguagem jornalística, ao se utilizar de argumentos romanescos na sua narrativa, apresenta personagens como vilões, heróis ou vítimas. Dessa maneira, os fatos noticiosos são tratados como conflitos entre forças opostas: uma força heróica e outra vilã. Assim, o “outro” é construído de maneira que certas posições privilegiadas sejam mantidas.

Gostaríamos ainda de ponderar que a identidade da pesquisadora deste trabalho é lugar crítico na qual a ótica analítica foi formada. Por um lado, ser mulher, heterossexual, branca (na concepção latina), de classe média e profissional liberal, mas, por outro, ter sido imigrante e portanto, considerada algumas vezes como minoria visível e outras tantas como minoria invisível - de acordo com a política de representação e cor canadenses - deve ser levado em consideração no interesse pelo tema desta dissertação.

O encontro de tantas categorias de identidade com certeza molda este trabalho, levantando, inclusive, ainda muitos questionamentos no tocante à construção da identidade feminina e/ou da mulher. No entanto, espero que este sujeito parcial (*moi*), se reflita na pesquisa ocupando uma posição de sujeito que fala supostamente de um *locus* crítico, no mínimo.

Esta dissertação é formada por três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, consideramos a linha teórica da Análise de Discurso de Linha Francesa, na qual nos baseamos para analisar o discurso dos textos jornalísticos. Discutimos, além disso, conceitos como os de identidade e representação dentro de uma visão pós-estruturalista dos Estudos Culturais. Abordamos também, ainda que de maneira geral, a teoria pós-colonialista em relação ao feminismo.

No segundo capítulo, apresentamos as condições de produção do discurso dos textos jornalísticos e verificamos como o discurso patriarcal, o político-humanista-liberal, o legal, o vitoriano do século XIX, o científico e o feminista constituem o discurso daqueles textos.

No terceiro capítulo, analisamos o funcionamento do discurso dos textos jornalísticos dos jornais canadenses através das análises dos textos selecionados.

Por fim, apresentamos as conclusões a que chegamos, seguidas das referências bibliográficas e anexos.

Capítulo 1

Discurso, Identidade e o Sujeito

Este capítulo tem como finalidade apresentar e discutir os conceitos teóricos que sustentam a análise do discurso dos textos jornalísticos sobre mulheres publicadas em jornais canadenses.

Inicialmente, apresentaremos os principais conceitos teóricos concernentes à Análise de Discurso de Linha Francesa, ou AD. Utilizando essa concepção de discurso, abordaremos conceitos da área de Estudos Culturais, tais como identidade e representação, para verificarmos como são as representações das mulheres nos textos jornalísticos e como são estabelecidas as relações de poder e conhecimento. Discutiremos, ainda, como as identidades e representações são construídas e também perpetuadas pela mídia escrita.

1. ANÁLISE DE DISCURSO

A Análise de Discurso (AD) percebe a linguagem, nas palavras de Orlandi (2001a:15), *como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social*. Essa mediação, na visão dessa autora, seria o próprio discurso tornando acessível a permanência, a continuidade, o deslocamento e a transformação dos indivíduos e da sua realidade. Dessa maneira, a Análise de Discurso opera com a não-transparência de uma linguagem que não fixa os sentidos no texto, mas que significa e produz sentidos, os quais são socialmente construídos.

Assim, a AD se interessa pelo texto como uma unidade que permite a passagem ao discurso, explicando as relações dele com as variadas formações discursivas (FD), relacionando-as com a ideologia (Orlandi, *op. cit.*). Para a AD, o interdiscurso é o mecanismo que estrutura o processo de significação que se materializa na linguagem, fazendo parte do seu funcionamento.

Parafraseando Brandão (1991:40), ao trabalhar o discurso - objeto da AD - relacionando língua com história, o que se procura são as contradições ideológicas na materialidade lingüística.

Esta dissertação está embasada nessa visão de Análise de Discurso que vislumbra a linguagem como uma estrutura socialmente construída e, portanto, sujeita aos fenômenos sócio-históricos. Desta maneira, os discursos das notícias referentes às mulheres serão vistos como um

processo socialmente construído, com articulações entre o lingüístico e o social, considerando que a produção de um discurso está ligada a um determinado momento histórico, social e ideológico.

1.1. Interdiscurso e Condições de Produção (CP)

Na visão de Orlandi (2001a), faz-se necessário relacionar os sujeitos, o contexto e a memória ao se falar de condições de produção (CP) tanto em sentido estrito (isto é, as situações específicas da realização da enunciação, a situação imediata) quanto em sentido mais amplo, aí incluídos o contexto sócio-histórico e ideológico. A autora afirma que a memória, na perspectiva discursiva, “é tratada como interdiscurso” (*op.cit.*:31).

Pêcheux (1988), afirma que os discursos nos quais as palavras são utilizadas e os sujeitos assumem posições são antagonicos como o resultado de conflitos externos, mas esses conflitos também os atravessam. O autor vislumbra o conceito de interdiscurso para explicar a hegemonia da textualidade nos oferecendo um melhor entendimento dos processos discursivos que formam sujeitos e mantém o consenso. Na sua visão, o interdiscurso funciona como força ideológica homogeneizante, memória do dizer - o “já-dito” - do sentido constituído sócio-historicamente. Na esfera do interdiscurso *se dá a interpelação-assujeitamento do sujeito pela ideologia* (Grigoletto, 2002:37).

Na colocação de Pêcheux (*op. cit.*), o interdiscurso consiste no pré-construído e na articulação. O pré-construído, articulado pela ideologia, é a característica de qualquer formação discursiva que produz o efeito - através do hábito ou do uso - do “já-dito”, que nos dá a impressão do fato “já-conhecido”, “já-sabido por todos”.

O sujeito tem a impressão de que controla o discurso, que o produz “naturalmente”, que não está assujeitado, *o sujeito pensa assumir posições pessoais, quando, de fato, assume posições afetadas ideologicamente*, segundo Indursky, que afirma:

...o sujeito: este acredita ser a fonte do sentido, ignorando a existência de um discurso socialmente preexistente por trás da aparência da livre enunciação de um

indivíduo...a segunda ilusão reside na forma de sua enunciação, que o sujeito do discurso supõe controlar plenamente (1998:116).

Na visão de Hennessy (1995:13), o interdiscurso funciona como um limite na formação das subjetividades e da realidade social e atua como força ideológica de homogeneização. O efeito “naturalizante” do pré-construído atua perpetuando paradigmas e ratificando diferenças. Em outras palavras, o interdiscurso perpetua as categorias de alteridade dadas como universais. Parafraseando Charaudeau & Maingueneau (2004:34), a alteridade define o ser na relação embasada na diferença; a consciência do “eu” só é possível devido a existência do “não-eu”, do outro que é diferente. Conforme Hennessy (*op.cit.*),

As the discursive space where the “always already there” secures a hierarchical social arrangement through an “obvious” system of oppositions, the preconstructed serves as an anchor in the symbolic order for the articulation of subjectivities across race, class, and gender differences...the hierarchical structuring of the difference in the preconstructed constitutes a mechanism by which hegemony operates across social formations.

A autora explana que, para Gramsci, hegemonia é o processo onde o grupo dominante estabelece as regras e se impõe através do consenso - que é exercido pela articulação discursiva forjada através das lutas ideológicas -, ou seja, certos valores e crenças existem sem a necessidade de serem mencionados em determinada formação discursiva. Ela ainda nos diz que:

According to Gramsci, hegemony is the process whereby a ruling group comes to dominate by establishing the cultural common sense, that is, those values and beliefs that go without saying...is negotiated and contested through a process of discursive articulation. The concept of articulation is crucial feature of hegemony because it makes possible analysis of very specific discursive practices but without relinquishing an explanatory framework that can make visible their connections to larger social totalities.

As relações entre o consenso e um discurso oposicionista, como o discurso feminista, por exemplo - que discute os papéis tradicionais destinados aos homens e às mulheres na sociedade - são complexas e, podemos entendê-las melhor ao utilizarmos o conceito do pré-construído. Segundo Pêcheux (1988), as condições de produção do discurso englobam o contexto histórico-social e ideológico, os interlocutores e as imagens pressupostas, e também, o lugar que os

interlocutores ocupam na sociedade enquanto espaços de representação social. O texto, então, adquire significado a partir de suas condições sócio-históricas.

1.2. Ideologia e Sujeito

Trabalharemos com noção de ideologia que a identifica com a produção de sujeitos que reconhecem o mundo social como o único possível e não em termos de um sistema de idéias ou concepção de mundo. Ideologia é força material porque (re)produz o que é tido como realidade, mas, ao mesmo tempo, outras forças materiais, econômicas e políticas são formadas pela ideologia (Althusser, 1998).

No indivíduo, a ideologia é material *no sentido em que suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, definidos, por sua vez, pelo aparelho ideológico material pertinente às idéias desse sujeito* (Althusser, *op.cit.*:42). Entende-se aqui o material como práticas sociais inscritas em instituições concretas.

Orlandi (2004:31) afirma *que é a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais”*. Podemos inferir que o interdiscurso - memória discursiva - funciona como força homogeneizadora da ideologia.

Nas palavras de Brandão (1991:37), *o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, é um dos aspectos materiais da “existência material” das ideologias*. Para essa autora, os discursos são governados pelas formações ideológicas que contém uma ou várias formações discursivas (FD) interligadas.

Os discursos que constituem as estruturas materiais, através das quais a ideologia opera, são formados pelas relações materiais que compreendem práticas econômicas e políticas. Isso significa que a “realidade” é sempre afetada pelo conjunto das relações sociais e é uma construção ideológica na qual parâmetros contraditórios e desiguais são formados.

Uma formação discursiva (FD) é mais bem entendida como um conjunto de princípios reguladores que contém discursos, mas que se mantém separada dele, aquilo que em uma determinada formação ideológica (FI) limita *o que pode e deve ser dito* (Pêcheux, 1988:160).

Palavras, expressões e proposições ganham sentido em determinadas formações discursivas (FD) nas quais são produzidas e ordens de discurso determinadas, intrincadas dentro de uma formação ideológica, garantem o seu sentido. Para Pêcheux (1988:161):

:

Os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes.

Foucault (2000c:179) considera que as formações discursivas (FD) não são textos ideais, mas espaços de *dissensões múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos* a fim de que seja delimitado, na prática discursiva, o ponto em que as contradições se constituem - que formas e relações assumem e estabelecem entre si - e o *domínio que comandam* (*op.cit.*). As FDs são sempre heterogêneas e formadas por contradições. Na hipótese foucaultiana, elas determinam e limitam as formas de saber. Historicamente, as práticas discursivas dominantes são maneiras de controle e de preservação de relações sociais de exploração.

O sujeito é o efeito dessas práticas discursivas e, na visão de Pêcheux (1988), é constituído como tal pelo “esquecimento” daquilo que o determina na formação discursiva a qual o domina. O sujeito “esquece” a causa que determinou o discurso, levando-o a acreditar na “autoria” de seu discurso. Brandão (1991:39) diz que:

O conceito de FD regula, dessa forma, a referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”. Isso leva a constatar que uma FD não é “uma única linguagem para todos” ou “para cada um sua linguagem”, mas que numa FD o que se tem é “várias linguagens em uma única”.

O sujeito então, para a AD, não é aquele sujeito universal nem o sujeito consciente, intencional, autor de seu discurso, origem do seu dizer. É, antes, o sujeito constituído historicamente, interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Assim como o sujeito, o sentido é constituído no discurso e pelo discurso. Portanto, o sujeito não é a origem nem a fonte dos sentidos.

Foucault (2000a) afirma que os regimes de poder operam para produzir sujeitos que são, ao mesmo tempo, objetos e veículos de poder. Na visão foucaultiana, os sujeitos são construídos nas relações de poder, sendo, então, efeitos desse poder, assujeitados, “corpos dóceis” impressos pela história. Esse poder disciplinário-normativo “amarra” o indivíduo à sua identidade, fixando-a e restringindo-a. Se o sujeito e a identidade são produzidos pelos vários discursos que permeiam as relações sociais, podemos dizer, então, que as relações entre poder/saber e o corpo - de uma perspectiva genealógica - produzem específicas formas de subjetividade. O autor nos diz que:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo que o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos...A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (Foucault, 2000a: 119)

Para Foucault (*op. cit.*: 26), o corpo é “força útil” somente se for concomitantemente produtivo e submisso. Para o autor, na sociedade moderna, os indivíduos são controlados por padrões de normalidade que se forjam através dos “saberes” normativos (como a medicina, a psicologia e a criminologia) e considera que o marco da passagem para a modernidade é justamente o fato de a lei ter sido substituída pela norma como instrumento de controle social

Assim, o indivíduo moderno, panopticamente observado o tempo todo, ao internalizar a disciplina, sofre um processo de auto-regulação, normalizando-se. Para Foucault (*op. cit.*), essa é a característica do sujeito moderno: ele é o agente da sua própria normalização. O sujeito “assujeitado” é o objeto das normas e das classificações disseminadas pelos discursos científicos e administrativos que se propõem revelar a “verdade” de suas identidades. Então, podemos considerar que um efeito relevante das relações de saber/poder é justamente a formação de novas identidades político-sociais.

Se considerarmos o sujeito como o efeito das estruturas sociais, teremos que concebê-lo, então, como o efeito de uma sociedade patriarcal e capitalista, a qual o apresenta - dentro dos ideais do liberalismo humanista - como indivíduo livre, senhor dos seus atos e dono do seu

próprio corpo. Em outras palavras, o sujeito revela-se como o senhor de um discurso que reflete os seus pensamentos e a sua realidade. Porém, qual será a realidade refletida se a linguagem é opaca e os sentidos são construídos?

Em nossa análise da mídia escrita canadense (através dos textos jornalísticos publicados nos jornais já mencionados), o sujeito do discurso das notícias se situa em um momento histórico no qual o movimento feminista, por força das “bandeiras” de igualdades sociais, materializa mudança de regras de comportamento na sociedade e de leis concernentes às minorias desprivilegiadas, construindo, através deste discurso, um espaço diferenciado para as mulheres na imprensa.

Nesse aspecto, os textos jornalísticos constroem conhecimento e produzem “saberes”, legitimando-se determinadas identidades e excluindo-se outras. Em determinado contexto sócio-histórico, prevalece uma determinada ideologia que favorece determinadas posições feministas, por exemplo, o discurso de violência contra as mulheres no discurso feminista, estratégia utilizada pelo movimento feminista para dar visibilidade às mulheres na imprensa.

A análise genealógica da história proposta por Foucault (2000b) é valiosa para entendermos como operam, na sociedade patriarcal, as diversas representações da mulher em diferentes momentos históricos e formações discursivas. Assim, a investigação das forças disciplinares que produzem o sujeito “assujeitado” e a inseparabilidade de poder e saber são importantes instrumentos de entendimento da questão da subordinação feminina, sob a ótica feminista.

Foucault (*op.cit.*) não entende a história organizada de maneira cronológica como convencionalmente é interpretada, mas traz uma visão genealógica da história, ou seja, uma perspectiva crítica que leva em consideração a formação do saber e as relações de poder, reconhecendo como os sujeitos foram produzidos e como as identidades coletivas foram formadas.

Essas identidades coletivas se constituem pela exclusão e pela opressão de outras identidades, sendo efeito das lutas pela hegemonia e poder. Ilustrativo é o exemplo de Benhabib (1993) ao analisar o significado de “nós, o povo” na Declaração de Independência Americana. Segundo a autora, “nós, o povo” significa o proprietário branco, o chefe de família das colônias.

Mulheres, escravos negros e os aborígenes não fazem parte do “nós” coletivo.¹ Quando discute as relações de poder e saber, Foucault examina um sujeito que não pode existir fora do discurso; o sujeito é analisado em relação ao discurso que o constitui. No entanto, as relações de poder e saber são afetadas e redirecionadas pelo sujeito que se forja nessas relações.

Podemos depreender que não se trata de relações de poder que são opressivas, emanadas “de cima para baixo” e negativas. Não se trata de poder “jurídico-discursivo” (Foucault, 2001:81) característico das sociedades pré-modernas; trata-se de poder “de baixo para cima”, invisível, que circula dentro do corpo social discursivo e opera nas micro-práticas. Portanto, é poder produtivo. Eis o que o autor nos diz:

Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (2000a: 27)

2. IDENTIDADE E DIFERENÇA

2.1 Sexo e Gênero

Dentro da concepção pós-estruturalista, o sujeito pós-moderno é descentrado, multifacetado e produzido pelas práticas discursivas, atravessado pelas condições sócio-históricas, políticas e econômicas; portanto, assujeitado e com múltiplas identidades. A identidade é constituída dentro de uma concepção dialógica, na relação do “eu” com o “outro”, o ser que o outro não é, construída no espaço da diferença (Hall, 1998).

O pós-estruturalismo, dentro de uma perspectiva feminista, também questionou a homogeneidade da categoria “mulher” - sujeito do feminismo -, promovendo a discussão sobre as

¹ Exemplo citado por BENHABIB, Seyla em seu artigo *From Identity Politics to Social Feminism: A Plea for the Nineties - The Paradigm Wars of Feminist Theory*. <http://www.farhad.org/gm> - p.4, acesso em 11/10/2003.

questões da relação binária sexo/gênero. Como fixar o gênero ao sexo se os atributos não são fixos? De acordo com Meyers: ²

Postmodern challenges to the idea of a stable self and to the coherence of the category woman' have sparked a lively debate about the relation between gender and the self. If there is no such thing as a self with persistent attributes, it seems that gender cannot be a feature of every woman's identity. But if there is nothing that all women have in common, it seems that there are no interests that all women share, and there is nothing for feminism to be about. (p. 11)

De acordo com uma visão construtivista, o gênero significa culturalmente e está contingentemente ligado ao corpo sexuado. Assim, se o gênero é entendido como socialmente construído (e não mais oriundo do corpo natural), o corpo biológico posa como irrelevante para a identidade cultural do gênero do indivíduo. Assim, o sexo biológico passa a desempenhar um papel bem menos importante na construção da identidade.

Simone de Beauvoir (1949) ³ afirma que não existe uma ligação direta entre o lugar social e o fato de se nascer biologicamente mulher (ou homem), sendo socialmente construídos os lugares sociais a eles destinados: *uma pessoa não nasce, mas se torna uma mulher*. De acordo com Kruks, ⁴ Beauvoir antecipou o que mais tarde Foucault chamaria de panoptismo. As mulheres, sujeitas constantemente ao olhar masculino, aprendem as práticas de autodisciplina vivenciando a objetificação.

To be subjected to a gaze that one cannot reciprocally return is, indeed, to experience objectification, or an alienation of one's subjectivity. I experience a loss of my immediate, lived subjecthood as I become fixed or immobilized *in my own eyes* as the object that I am (or believe myself to be) in the eyes of the one who looks at me. (Kruks, p. 09)

² MEYERS, Diana (1999). *Feminist Perspectives on the Self* – Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://cd1.library.usyd.edu.au/stanford/entries/feminism-self/> - acesso em 23/04/2002.

³ BEAUVOIR, Simone (1949). *Le deuxième Sex*. Paris, Gallimard.

⁴ KRUKS, Sonia (1999). *Panopticism and Shame: Reading Foucault through Beauvoir*. Labyrinth, VI. 1, No. 1, Winter. <http://h2hobel.phl.univie.ac.at/~iaf/Labyrinth/Kruks.html> - acesso em 22/03/2002.

No entanto, para Stavro-Pearce,⁵ Beauvoir não vê “homens” ou a ordem masculina capitalista produzindo a mulher-vítima ou a mulher-objeto, porque as mulheres não são simplesmente oprimidas ou reduzidas a uma posição negativa de sujeito - como o “outro” inferior - pois elas, na verdade, são cúmplices em afirmar/confirmar a existência do *master*, aceitando as “recompensas” recebidas ao aceitarem a posição de subordinadas.

Irigaray (1985a) afirma que a identidade sexual das mulheres é imposta de acordo com modelos que lhe são estranhos (modelos masculinos) e que, portanto, a inferioridade feminina é reforçada pelo não-acesso à linguagem.

De acordo com a autora, as mulheres estão em uma situação de exploração sexual, social, econômica e cultural porque não são sujeitos participantes, mas meros objetos da transação sexual, econômica, social e cultural. Elas só conseguem acessar a linguagem pelo sistema “masculino” de representação:

Women’s social inferiority is reinforced and complicated by the fact that woman does not have access to language, except through recourse to “masculine” systems of representation which disappropriate her from her relation to herself and to other women. The “feminine” is never to be identified except by and for the masculine, the reciprocal proposition not being “true”. (1985:85)

Ao interpretar a teoria freudiana sobre a sexualidade humana, Irigaray (*op.cit.*) afirma que Freud na verdade está se referindo à sexualidade masculina, que é o parâmetro, a norma, ignorando a sexualidade feminina que é sempre discutida em termos de falta, de negação. Daí nasce a idéia da “inveja do pênis” (*op.cit.*: 69), comprovando que o uso da anatomia é fundamental para Freud justificar as suas teorias. De acordo com a autora, toda a teoria freudiana é suspeita porque:

- a) ignora a possibilidade de que a sexualidade feminina tenha uma especificidade inerente e,
- b) falha em localizá-la em um contexto histórico.

Qual o mundo social em que os pacientes viviam? O resultado é a mulher enterrada sob o discurso dominante da “Lei do Pai”. Segundo a autora, para Freud não há valor no sexo feminino

⁵ STAVRO-PEARCE, Elaine (1999). *Transgressing Sartre: Embodied Situated Subjects in The Second Sex*. Labyrinth, Vol. 1, No. 1, Winter. <http://h2hobel.phl.univie.ac.at/~iaf/Labyrinth/ESTavro.html> – acesso 22/03/2002.

que se utiliza da biologia para “culpar” a natureza pela condição feminina e que mantém secreto o verdadeiro responsável pela opressão feminina. Ele ignora a construção do discurso científico dentro de um determinado contexto histórico e social, bem como as diferenças de interpretação dos dados científicos. Ela afirma que:

Heir to an “ideology” that he does not call into question, Freud asserts that the “masculine” is the sexual model, that no representation of desire can fail to take it as the standard, can fail to submit it. In so doing, Freud makes manifest the presuppositions of the scene of representation: *the sexual indifference* that subtends it assures its coherence and its closure...he never carries out the potential articulation between the organization of the unconscious and the difference between the sexes. (1985:72).

Irigaray (*op.cit.*) apresenta uma intrigante questão ao perguntar o que aconteceria ao processo simbólico que governa a sociedade caso as mulheres se tornassem “sujeitos falantes” e não fossem objetos de troca e consumo. Ela propõe que a discussão sobre a materialidade do “ser mulher” seja substituída pela repetição e interpretação do modo pelo qual, dentro do discurso, o gênero se encontra definido como “falta, deficiência, ou imitação e imagem negativa do sujeito” (*op.cit.*: 78).

Então, o processo dialético de construção da identidade se dá pela relação com o gênero. Uma identidade do gênero leva em consideração as limitações do corpo em relação às construções culturais e, quando desenvolvemos uma identidade do gênero, relacionamo-nos com aquelas construções.

Butler (2003) afirma que a identidade sexo/gênero é um processo performativo de repetição das normas culturais, processo pelo qual as práticas normativas se materializam. Identidade, então, não deriva do sexo biológico manifestado através dos genitais.

Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são *performativos*, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora (...) as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (*op. cit.*: 201)

Butler (2003) rejeita a idéia de que seja natural a divisão do ser humano entre homens e mulheres ou entre masculino e feminino. Na visão da autora, não há nada de “natural” nessa separação biológica. O sexo, biologicamente colocado, é como a cor do cabelo: existe um *continuum* natural, e este *continuum* não é determinado por alguma coisa inerente a ele.

O gênero, assim, é o efeito de uma série de atos performativos e não se limita a um suposto papel que deve desempenhar pela sua condição sexual. De acordo com essa autora, os atos de gênero produzem a idéia de gênero, e sem eles o gênero não existiria, *pois não há nenhuma “essência” que o gênero expresse ou exteriorize,... porque o gênero não é um dado de realidade...a construção “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade*” (op. cit.: 199). A autora ressalta que:

...o substantivo “eu” só aparece como tal por meio de uma prática significativa que busca ocultar seu próprio funcionamento e naturalizar seus efeitos...compreender a identidade como uma *prática*, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturais inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida lingüística (2003:208).

Nessa linha teórica, depreendemos que não existe nada que possa ser chamado de sexo ou gênero que preceda aos nossos conceitos ou concepções do que seja o sexo ou o gênero: “mulher” só existe dentro da concepção construída do que seja mulher.

Utilizamos ainda Butler (2003) para entender que a existência de um masculino e um feminino implica sempre na identificação com um dos lados, criando inevitavelmente uma oposição binária entre os dois sexos, que fixa identidades e legitima uma delas em detrimento da outra. Na concepção pós-estruturalista, o gênero é construído socialmente através da linguagem e, portanto, se considerarmos que a sociedade é patriarcal, podemos afirmar que a definição do que seja o “real” - a realidade - é patriarcal.

Butler (op. cit.), assim, reconsidera a categoria do “sexo” e afirma que a distinção entre homem e mulher não é natural, mas sim uma construção. Para ela, na verdade, esta distinção não é neutra. Em realidade, um regime político é imposto através desta prática.

A autora critica algumas teorias feministas dominantes, principalmente aquelas que percebem o gênero e o patriarcalismo como essencialistas. Ao estudar Foucault, analisa que para

o autor *o corpo não é “sexuado” em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma “idéia” de sexo natural ou essencial* (op.cit.:137); a sexualidade produz o sexo que suprime as relações de poder que o constitui.

Então, de acordo com Butler (2003), *o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza*; o sexo tem significado discursivo e cultural. O “sexo natural” não é constituído e estabelecido fora do discurso, isto é, pré-discursivamente, como se fosse uma área de neutralidade política, sem oposições, *“sobre a qual age a cultura.”* (op. cit.: 25)

A crítica da distinção entre sexo e gênero, feita por Butler, permite que ela enfoque como tem sido debilitada e opressiva a lógica compulsória heterossexual para alguns homens e mulheres. Considerando que a heterossexualidade é assumida como pré-requisito de cultura, a autora postula a visão foucaultiana do feminino, do bissexual e do homossexual como efeitos de uma lei paternal que reprime e produz os objetos de sua repressão dentro das relações de poder e saber que os constróem.

Butler (1993) sugere que o modelo dominante pode ser quebrado pela proliferação de possibilidades corporais alternativas, encorajando-se configurações que parodiam a concepção do gênero natural.

A reflexão sobre a construção do gênero é necessária para a realização da análise de identidades principalmente se considerarmos que a identidade é construída no espaço da diferença, no espaço do conflito entre os gêneros. Assim, as identidades, coletivas ou individuais, são construções sociais e, portanto, sem essência antropológica: não são dadas pelo natural ou pela anatomia.

A principal consequência de entender o sexo/gênero como socialmente construído é justamente a possibilidade de desconstruí-lo: admitindo a não-existência de identidades sexuais naturais, fixas e estáveis, as oposições binárias homem/mulher, feminino/masculino bem como masculinidade/feminilidade são desconstruídas.

Como já dito, os estudos foucaultianos afirmam que a sexualidade não é uma qualidade natural do corpo, mas sim o efeito histórico de relações de poder específicas. Assim, podemos dizer que as experiências vividas pelas mulheres são controladas dentro de uma imagem culturalmente determinada do que seja a sexualidade feminina. Nas palavras de Foucault (2001):

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (op.cit.:100)

Foucault (*op. cit.*) identifica o corpo e a sexualidade como o *locus* direto do controle social. Então, as diferenças sexuais legitimam as desigualdades dos gêneros. Podemos tecer duas importantes considerações sobre esse conceito:

- a) os corpos das mulheres são julgados inferiores porque a referência está baseada na capacidade física masculina e,
- b) as funções biológicas femininas - e também as masculinas - se transformam em características sociais, definindo-as.

Podemos depreender que as mulheres, então, se definem ou estão definidas pela sua capacidade de reprodução e maternidade. O autor analisa que:

O sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas...Por trás da diferença entre a fisiologia da reprodução e a medicina da sexualidade seria necessário ver algo diferente e a mais do que um progresso desigual ou um desnivelamento nas formas da racionalidade: uma diria respeito a essa imensa vontade de saber que sustentou a instituição do discurso científico no Ocidente, ao passo que a outra corresponderia a uma vontade obstinada de não-saber. (op.cit.:54)

Operando dentro da visão foucaultiana, entendemos que vários discursos sobre a “verdade” do sexo foram construídos. O poder - que gera efeitos - está implícito em relações onde existam diferenças; ao se institucionalizar um discurso sobre o gênero, mais especificamente sobre o gênero feminino, vários tipos de conhecimento ou “saberes” foram produzidos.

Na era vitoriana (1837-1901), o discurso predominante em relação às mulheres era o de uma mulher frágil, emocional, valorizada pela sua capacidade reprodutora. Quais os efeitos gerados por esse discurso? Um efeito que podemos verificar é que a mulher na sociedade é definida de acordo com aquelas características consideradas como “verdadeiras”, inerentes ao

sexo biológico e, portanto, ao feminino. Uma vez definido o seu papel social - de acordo com as características “femininas” - outros efeitos são (re)produzidos, como os legislativos, por exemplo.

Além disso, o discurso vitoriano sobre a condição da mulher gerou também o saber da falta de capacidade feminina para o gerenciamento de uma vida pública fora da esfera privada, isto é, familiar.

3. O TEXTO JORNALÍSTICO

Johnson ⁶ (1997) postula que, assim como Freud conseguiu fazer a leitura dos sonhos e do inconsciente, Derrida entrevê a força significativa das discontinuidades, contradições e ambigüidades do texto. Se um texto é usado para dominar, apagar ou distorcer outros, então questões de poder e autoridade envolverão a sua leitura. Como Johnson analisa:

One field of conflict and domination in discourse that has been fruitfully studied in this sense is the field of sexual politics. Alice Jardine, in *Gynesis* (1985), points out that since logocentric logic has been coded as ‘male’ the “other” logics of space, ambiguity, figuration, and indirection are often coded as “female,” and that a critique of logocentrism can enable a critique of “phallogentrism” as well (...). The writings of Western male authorities have often encoded the silence, denigration, or idealization not only of women but also of other “others”.

As teorias pós-estruturalistas rejeitam a visão de que a categoria mulher - e também a de homem - bem como a noção de feminino e masculino existam pré-discursivamente, ou seja, existam “naturalmente”. Assim, podemos indagar que papel a mídia desempenha na produção do sujeito sexual mulher e quais as estratégias utilizadas para criar e manter as imagens consideradas femininas, por exemplo. De acordo com Ungerleider, ⁷ uma das estratégias é a estrutura da narrativa utilizada nas notícias; assim, a narrativa jornalística apresenta vilões, heróis, vítimas e um narrador invisível.

⁶ JOHNSON, Barbara. *On Writing*, Citada por LYE, John. *Deconstruction: Some Assumptions*. <http://www.brocku.ca/english/courses/4F70/deconstruction.html>- acesso em 11/04/2002.

⁷ UNGERLEIDER, Charles (1991). *Media, Minorities, and Misconceptions: The Portrayal by and Representation of Minorities in Canadian News Media*. In *Canadian Ethnic Studies*, Vol. XXIII, No. 3. [http:// www. media-awareness.ca](http://www.media-awareness.ca), p.2 - acesso em 27/02/2002.

Essa estrutura - que é ideológica - irá filtrar os acontecimentos atribuindo ao evento, à notícia, uma hierarquia de significados. Em seus estudos sobre a minoria na mídia canadense, o autor constata que, quando as notícias envolvem minorias, estas normalmente se enquadram na categoria de vilões ou vítimas, mas raramente na categoria de heróis. Um efeito causado por esse tipo de representação é o de que as minorias sub-representadas tornam-se estereótipos. Diz ele:

A narrative structure creates unity among events separated by time and space, implies intentionality to the actions of the participants involved in the events beyond that which they may have had, and creates the impression that the separate events share a common “meaning” – thus providing a single interpretation to the many events (Mannof, 1988). Interpretations which are repeated with frequency become accepted understandings among those to whom alternative interpretations are not evident. (Hallin, 1988)

Em estudos realizados pelo MediaWatch (organização feminista sem fins lucrativos que estuda a representação feminina na mídia) em 1990 sobre jornais canadenses, foi notado que os homens são consultados ou citados mais freqüentemente como especialistas do que as mulheres e que as matérias sobre problemas ou assuntos considerados femininos são esporádicas e superficiais. Concluíram, além disso, que os homens determinam o que é notícia e como será passada ao público, uma vez que eles ocupam os cargos executivos dentro das empresas jornalísticas. As referências às mulheres equívalem a 18% naquele ano contra 82% das referências a homens.

Fairclough (1995:104) postula que *os textos da mídia constituem versões da realidade que dependem das posições sociais, interesses e objetivos de quem os produz*. Em outras palavras, as notícias são socialmente construídas e o contexto social influencia a escolha do texto jornalístico como notícia. Reforçando essa idéia, Fowler (1991) diz que notícia é o produto final de um complexo processo: notícia não é somente o fato, precisa ter “valor” de notícia.

Lembramos Carmagnani (1996) ao dizer que *o discurso jornalístico também é regulado por normas que buscam manter o consenso por um dado tempo, e esse consenso é aparente nas formas de apresentação, nos conteúdos publicados, e na reação esperada dos leitores*. Assim, tem-se a impressão de que “todos” estão (re)apresentados pelo grupo hegemônico que “assume” estar representando os interesses e falando em nome de um grupo ou categoria indivisível e, portanto, sem contradições.

Resumo do Capítulo

Neste capítulo, apresentamos a linha teórica a partir da qual nos baseamos para analisar o discurso dos textos jornalísticos. Nesta linha, o sujeito é constituído pelas relações sociais e históricas, portanto, multifacetado e afetado pela ideologia.

Mostramos como o conceito de interdiscurso, através do pré-construído e da articulação, é importante no entendimento da construção do sujeito e como o consenso é mantido nos processos discursivos. Portanto, podemos dizer que a “mulher” foi construída no encontro de discursos articulados, que assumiu diferentes posições de sujeito em vários momentos históricos.

Como já visto, Foucault (2001) desenvolve uma teoria anti-essencialista do corpo sexual, isto é, ele entende que o corpo é produzido pelas e nas relações de poder e saber; é o *locus* do controle social. O autor discute que as funções sexuais aparentemente “naturais” que disfarçam as operações produtivas de poder em relação à sexualidade.

Para esse autor, então, a sexualidade deve ser entendida como construída através do exercício das relações de poder. Ao afirmar que o corpo é atingido e produzido pelo poder (sendo, portanto, desconhecido fora de sua significação cultural), Foucault (*op. cit.*) desafia a distinção entre sexo natural e gênero culturalmente construído.

Assim, mostramos como a questão da identidade e da diferença está colocada nas teorias pós-estruturalistas e, através delas, podemos observar a desconstrução das categorias de “gênero” sexual (masculino/feminino) bem como da categoria “sexo” (homem/mulher).

Finalmente, pudemos considerar o texto jornalístico e lembramos que os textos são mediados pela linguagem, pelos sistemas culturais - incluindo ideologias e símbolos - e também são mediados pelo que está convencionado como gênero. Assim, as “verdades” devem ser vistas como sistemas, construções, estruturas; como históricas e contingentes, operando através das diferenças e dos deslocamentos, em um embate de discursos contraditórios. Em outras palavras, os signos significam pela diferença em relação a outros signos.

Capítulo 2

**Feminismos: condições de
produção do discurso da mídia impressa**

Almejamos, neste capítulo, discutir as condições de produção do discurso dos textos jornalísticos, publicados na década de 1990 e no ano 2000 em dois jornais canadenses: *The Toronto Star* e o *National Post*. Para isto, realizaremos a delimitação do *corpus* de análise para depois discutirmos as condições de produção do mesmo.

Enfocamos, em nosso *corpus*, a análise dos processos de representação das identidades femininas e/ou das mulheres nos jornais mencionados.

Um recorte dos artigos publicados no período 1990 a 2000 delimita o nosso *corpus*. Como já mencionamos, a mídia não é transparente, uma vez, que ao mediar eventos e fatos, seleciona, constrói e representa a “realidade”. Assim, a mídia reforça certos valores e imagens que interessam aos centros do poder econômico e político. Não podemos deixar de atentar para o fato de que a mídia é um empreendimento corporativo e que, portanto, visa ao lucro econômico.

No Canadá, percebemos que a indústria da mídia está monopolizada, ou seja, diferentes periódicos pertencem a uma mesma corporação que controla as fontes informativas. Um dos principais conglomerados da indústria da comunicação, por exemplo, é a *Hollinger Corporation*, um dos principais editores de jornais de língua inglesa nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Israel. No Canadá, 61% dos jornais são regionais, incluindo o jornal *National Post*, periódico nacional fundado em 1998.

Como consequência dessa monopolização que concentra a indústria da informação em poucas mãos, podemos inferir que a diversidade de opinião e as fontes alternativas de informação ficam comprometidas. Constatamos também que, como qualquer outro empreendimento corporativo, existe a necessidade de alcançar lucros. Portanto, notícias que “vendem”, isto é, as notícias que atraem a atenção do leitor/consumidor devem ser apresentadas. De acordo com Ungerleider (1991):

The pressure for profitability leads assignment editors and reporters to present “news that sells” involves the use of dramatic forms with intense conflicts and easy characterizations which celebrate the individual, critically extol corporate and entrepreneurial capitalism, and reinforce elite politics. In the reports of news media about these topics, minorities do not figure prominently, if at all.

Um estudo realizado pelo grupo *Southam Newspaper Group's Task Force on Women's Opportunities*⁸ - um outro grande conglomerado - constatou que nos periódicos pertencentes ao grupo, os homens, na grande maioria das vezes, determinam o que é notícia e como vendê-la. Os homens ocupam as posições “chave” nas corporações e, portanto, através da mídia, ajudam a definir o que é normal, aceitável e ideal. Então, a representação das mulheres na mídia, como minoria é, muitas vezes, estereotipada. Através do filtro masculino, as mulheres são retratadas dentro do contexto familiar, como objetos sexuais que existem para servir aos homens ou como vítimas “naturais” da violência masculina.

Ao apresentar um pouco da história “oficial” do movimento feminista, esperamos poder relacionar as representações de diferentes identidades femininas e/ou das mulheres no discurso dos textos jornalísticos com o contexto da sociedade canadense da década de 1990.

Como já percebido, nos referimos a uma história do feminismo dentro do contexto norte-americano, uma vez que se trata de universo bastante amplo definir e localizar o feminismo, as suas concepções filosóficas bem com o resgate do seu lugar de origem.

No entanto, consideramos o século XIX como o seu nascimento, período em que há um crescimento da percepção de que as mulheres eram oprimidas numa sociedade patriarcal, concordando assim, com a visão de vários historiadores feministas norte-americanos. Para um melhor entendimento histórico, o movimento feminista norte-americano às vezes é entendido em três fases: o grande movimento pelo sufrágio universal, da metade do século XIX até meados de 1920, com a aprovação da emenda número 19, chamado de *First Wave Feminism*; a década de 1960, que ressuscitou o movimento feminista depois das duas guerras mundiais e que trazia um discurso radical de reconstrução ou eliminação dos papéis sexuais e a luta por direitos iguais, o *Second Wave*; e o *Third Wave*, o momento atual, que trouxe a crítica pós-modernista à segunda fase do movimento feminista.

⁸ Media Watch. *Introduction*. <http://www.mediawatch.ca/involved/media/Default.asp?pg=2> – acesso em 16/03/2002.

1. O MOVIMENTO FEMINISTA NORTE-AMERICANO: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO DO FEMINISMO

De acordo com a enciclopédia Wikipedia,⁹ *o feminismo não está associado com nenhum grupo, prática ou evento histórico. Sua base está na consciência política de que toda estrutura de poder é desigual entre grupos com a crença de que algo teria que ser feito a respeito.*

Para entendermos a trilha percorrida pelos feminismos que estaremos expondo, partiremos da era vitoriana inglesa, ou o segundo Renascimento inglês, que compreende os anos de 1837 a 1901, período do reinado da rainha Vitória do Reino Unido.

A era vitoriana - precursora da idade moderna - emoldurou vários movimentos modernos como o socialismo, o feminismo e o movimento democrático. Este é um período de muitas contradições e paradoxos: a cultivada ideologia da dignidade e do recato, por exemplo, contradizia os fenômenos relacionados ao período, como o da prostituição, da exploração do trabalho infantil e o da exploração das classes operárias e das colônias através do imperialismo.

Ao falarmos da era vitoriana,¹⁰ temos que mencionar também o vitorianismo, movimento cultural do século XIX associado à cultura das classes médias inglesa e americana. Os seus valores enfatizavam a propriedade, a racionalidade e o recato sexual.

Victorianism was one of the cultural movements that separate us from the 18th century and earlier – we’re still the heirs of them, and in some ways still trying to overcome their prudish ways. Victorian culture elevated women, but as ideals of the domestic sphere: the “cult of domesticity” put women “on a pedestal.”

O movimento vitoriano casa-se com a glorificação da civilização, no sentido específico da civilização branca ocidental que era parte majoritária do movimento imperialista no final do século XIX. A posição da mulher na sociedade européia nessa época era a mesma desde o começo da Revolução Industrial (período normalmente compreendido entre o final do século XVIII e o

⁹ Wikipedia. *Feminism*. <http://en.wikipedia.org/wiki> – p. 1 - acesso em 02/10/2003.

¹⁰ Wikipedia, the free encyclopedia. *Victorian Era*. http://en.wikipedia.org/wiki/Victorian_era - acesso em 30/0/2004.

começo do século XIX), e não houve mudanças até praticamente 1850; as mulheres estavam excluídas das organizações científicas e da maior parte das profissões.

As primeiras formas de expressão do feminismo não foram beneficiadas pelo modelo vitoriano de conduta, uma vez que este considerava impróprios os estudos sexuais e do corpo humano.

As teorias freudianas retrataram as mulheres como seres inferiores que invejam os homens inconscientemente e, portanto, destinadas a uma vida infeliz. Os sociólogos mantinham também posições conservadoras relativas ao casamento, à família, ao divórcio e à criação dos filhos.

Ainda nessa época, as feministas começaram a pedir que os papéis sexuais fossem repensados e se concentraram em “conseguir” o poder através da educação para as mulheres e dos direitos políticos totais. A agenda feminista estabelecida para o século XX demandou que as mulheres tivessem os mesmos direitos dispensados aos homens perante à lei, como o direito ao voto. As feministas desafiaram também a dualidade da moralidade sexual: uma para as mulheres e outra para os homens. Constatavam que essa duplicidade punia as mulheres por crimes sexuais muito mais do que os homens, por exemplo. Procuravam melhorar a vida das prostitutas, consideradas prisioneiras - pela sua situação econômica - de uma vida degradante e que punha em risco sua saúde. Elas se esforçavam para disponibilizar informação sobre as doenças venéreas e métodos contracepcionais para as mulheres das classes mais inferiores.¹¹

De maneira geral, o século XIX abarcou uma série de correntes intelectuais como o Romantismo, o Realismo, o Marxismo e as filosofias industrialistas. Por causa das mudanças trazidas pelo industrialismo e pelo desenvolvimento das ciências e da tecnologia, novas correntes de pensamento foram geradas em um mundo que se transformava rapidamente e que preservava os princípios do Iluminismo (século XVIII), apesar do questionamento do racionalismo e da ordem do universo. Freud, com a sua teoria da psicanálise, trouxe o inconsciente para aquele sujeito racional, centrado e autônomo, descentrando-o.

Na teoria política, pensadores como Marx e Weber discutem o racionalismo - que daria as bases para a filosofia liberal - ao questionar o papel de indivíduos racionais como força histórica

¹¹ 19th Century Intellectual Currents – *Victorianism* – <http://www.loyno.edu/~seduffy/victorianism.html> - acesso em 30/08/2003.

maior. Enfocam, então, a coletividade tida como agente de transformação devido à influência das forças que atuam fora de seu controle.

Ao final do século XIX, as conquistas imperialistas e a dominação econômica do mundo pela América e pela Europa ocidental espalham o pensamento moderno por boa parte do planeta: as idéias ocidentais são os modelos pelos quais as maneiras tradicionais de pensamento seriam desafiadas.

Entendemos o movimento feminista como o movimento organizado nos Estados Unidos da América e Canadá e, para tanto, partimos de uma definição cronológica para um melhor entendimento. O ano de 1848 é considerado o marco do nascimento do movimento feminista, com a realização da primeira Conferência de Mulheres em Sêneca Falls, no estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Na Conferência de Sêneca Falls, 68 mulheres e 32 homens assinaram a Declaração de Sentimentos que teve por modelo a Declaração de Independência dos Estados Unidos. Retrocedendo historicamente, relembramos que, no século XIX, o conceito de Direitos Humanos, produto da Revolução Francesa, foi inicialmente expresso na Declaração de Direitos da Virgínia dos Estados Unidos da América em 1776 e novamente em 1789 na Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadãos.

Nenhum desses documentos se referiam às mulheres como “cidadãos”. Enquanto isso, documentos como a Declaração das Mulheres e o Direito das Cidadãs de 1791, escritos pela francesa Olympe de Gouges - guilhotinada em 1793 por se rebelar contra as forças do poder e por defender a idéia de que as mulheres tinham direitos como cidadãs - e o livro *Defesa do Direito das Mulheres* de 1792, da escritora inglesa Mary Wollstonecraft, serviram como inspiração para muitas ativistas do século XIX.

De acordo com o *Modern History Sourcebook*, Elizabeth Cady e Lucretia Mott, duas abolicionistas americanas, convocaram a conferência de Sêneca, principalmente pelo fato de Lucretia, por ser mulher, não ter podido participar como delegada na convenção mundial anti-escravocrata, realizada em Londres, em 1840.

Os abolicionistas britânicos convocaram a reunião mundial e para lá se dirigiram os mais famosos abolicionistas americanos, entre os quais Lucretia Mott - uma das organizadoras do

movimento abolicionista da Filadélfia - e Elizabeth Cady Stanton, esposa de outro famoso abolicionista.

Ellen Dubois, em seu artigo *Feminism: Old Wave and New Wave* de 1971, nos informa que os abolicionistas ingleses se ofenderam com a idéia da participação de mulheres na convenção em igualdade política com os homens e decretaram que as mulheres não poderiam participar da conferência como delegadas, mas sim atrás de uma cortina do salão de convenções a fim de que pudessem somente escutar aos procedimentos. As abolicionistas americanas, então, se recusaram a participar da convenção.

Aplicando os princípios básicos desenvolvidos na luta abolicionista, como o de liberdade e o do fim da opressão, a Declaração de Sêneca, com onze resoluções, além de proclamar a tirania dos governos sobre as mulheres, demandava que lhes fossem concedidos direitos iguais aos dos homens e que estes direitos fossem reconhecidos e respeitados pela sociedade.

O movimento feminista emergiu, então, dos movimentos pelas reformas sociais, como o abolicionismo: as ativistas feministas do século XIX, ao comparar a situação das mulheres com a dos escravos africanos, passaram a culpar os homens por toda limitação ou restrição sofridas por elas e proclamaram que as relações entre os sexos eram controladoras e opressivas.

À parte do movimento abolicionista, as mulheres brancas e de classe média estavam participando em outros movimentos de protesto, por exemplo, pelos direitos dos imigrantes e pelos direitos dos pobres bem como o movimento contra as bebidas alcoólicas, o *temperance*, que responsabilizava o uso de bebidas alcoólicas pelos problemas familiares. O movimento feminista se ampliou contando com as ativistas desses movimentos sociais e à metáfora da escravidão se juntou a do estereótipo do marido bêbado e “espancador” de esposas.

De acordo com Linda Gordon,¹² as feministas do final do século XIX acreditavam na superioridade moral feminina e o “diferente” das mulheres era enfatizado, contrariamente às feministas renascentistas que tinham uma visão “andrógina da humanidade inerente aos homens e mulheres”. Portanto, a maternidade era a definição do “ser mulher”,

De acordo com a legislação da época, o casamento praticamente anulava a vida civil das mulheres, uma vez que o comando financeiro e pessoal do casal pertencia ao marido. Caso

¹² GORDON, Linda. *What's New In Womens' History*. <http://Xroads.virginia.edu/g/DRBR/gordon.html> – acesso em 12/03/2002.

permanecessem solteiras, continuavam “menores” perante a lei e não podiam assinar testamentos; em caso de divórcio, não podiam ter a custódia dos filhos. Além disso, não lhes era permitido o acesso à educação escolar formal.

Os direitos civis eram, assim, desiguais na medida em que, contrariamente às mulheres, os homens não precisavam ser pais para serem considerados maiores, podiam permanecer solteiros sem perder seus direitos civis plenos e podiam assinar testamentos.

Com o início da Guerra da Secessão, em 1861, as mulheres se concentraram no conflito, deixando as atividades feministas em favor das atividades assistencialistas de ajuda aos necessitados de guerra, além de assumirem as funções “masculinas” de gerenciamento da família.

Após a guerra, foram incorporadas emendas à Constituição dos Estados Unidos. A emenda 14 definiu os direitos do cidadão, proibindo sua privação com base na raça, cor ou condição prévia de servidão. Entende-se que o governo americano considerou “cidadão” somente as pessoas do sexo masculino e, pela primeira vez, a palavra “homem” apareceu na Constituição Federal. Como diz Ellen Dubois:¹³

...the federal government was extending its protection only to all citizens of the male sex. Not only were women ignored by the Amendment, but they discovered that, after its passage, they were considerably worse off than before. For the first time, the word “male” appeared in the Federal Constitution.

Esta fase, com enfoque na igualdade entre homens e mulheres, estendeu-se até meados do século XX, com a concessão do direito de voto às mulheres, uma vez aprovada a Emenda 19 da Constituição dos Estados Unidos, em 1920. De acordo com Carrie Chapman Catt and Nettie Rogers Shuler:

To get the word “male” out of Constitution cost the woman of this country 52 years of pauseless campaign...During that time they were forced to conduct 56 campaigns of referenda to male voters, 480 campaigns to get legislatures to submit suffrage amendments to voters, 47 campaigns to get state constitutional conventions to include woman suffrage planks, 30 campaigns to get presidential partly conventions to apt woman suffrage planks in party platforms and 19

¹³ DUBOIS, Ellen (1971). *Feminism Old Wave and New Wave*. The CWLU Herstory Website Archive. <http://www.cwluherstory.com/CWLU/archive/wave.html> – acesso em 2003.

campaigns with 19 successive Congresses (*Woman Suffrage and Politics*, New York, 1923, Chas. Scribners Sons, p. 107).

Para entendermos mais especificamente a conjuntura canadense, devemos necessariamente mencionar um popular movimento de mulheres dos séculos XIX e XX, conhecido como Feminismo Maternal.¹⁴ As mulheres participantes deste movimento consideravam-se feministas e transformaram os interesses femininos em um movimento significativo pela melhoria da condição das mulheres e das crianças.

Segundo Janelle Collett,¹⁵ o maternalismo é um conceito criado por historiadores para explicar as mulheres ativistas que utilizavam as qualidades tidas como inerentes ao sexo feminino para lutarem pelas causas públicas. Assim, por se acharem mais puras e piedosas do que os homens, elas acreditavam que poderiam não só ajudar aos pobres, mas também fazer uma reforma moral, com a finalidade de beneficiar a vida de todos. As mulheres também discutiam sobre os direitos das mulheres e do sufrágio, na crença de que o voto seria um importante instrumento de transformação do país.

O século XIX encontrou um Canadá colonial que também clamava, assim como os seus vizinhos americanos, por melhores condições de trabalho e pela igualdade dos sexos. Desta maneira, a sociedade canadense também desafia as concepções vitorianas de trabalho e de mulher. O movimento organizado de mulheres - brancas e de classe média - ajudava crianças carentes e pedia leis de divórcio mais equilibradas e justas, direito de acesso à escolaridade e melhores condições de trabalho para as mulheres. Aqui, falamos do trabalho “tradicional”, considerado apropriado para uma dona de casa e não das condições de trabalho da proletária, trabalhadora de uma fábrica, por exemplo.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-18), o movimento feminista do Canadá se dividiu entre pró-império e facções anti-guerra. Em 1918, dois anos antes das mulheres americanas, as canadenses conquistaram o direito ao voto, a “mesada das mães” e ganharam a Sociedade Protetora das Crianças, os jardins de infância, as associações de casa e escola, além de

¹⁴ *Maternal Feminism: Mothering the World*, p.1 - http://www.suite101.com/mypage.cfm/womens_history/266

¹⁵ *Equally Through Difference* – <http://www.feminist.com/resources/artsspeech/remember/rtl7-> acesso em 12/03/2002.

“cortes” juvenis e prisão de mulheres separadas, de acordo com informação da colunista feminista Michele Landsberg.¹⁶

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fez com que as mulheres rompessem a prática social da vida em esfera privada, doméstica: requisitadas pelo mercado de trabalho, elas o adentraram, desafiando os estereótipos femininos da formação discursiva de acordo com a qual a posição ideológica do sujeito-mulher vinculava-se à esfera privada e não à pública.

Esse deslocamento profissional provocou outros efeitos, por exemplo, a discussão a respeito da responsabilidade estatal sobre a família: ora, se as mulheres não mais podiam cuidar dos filhos em regime integral - os maridos estavam na guerra e elas fora de casa - nada mais lógico que coubesse ao Estado a solução de tal problema. Sendo assim, se intensificou o clamor por creches financiadas pelo governo, bem como pelo auxílio governamental de provimento para a família e para os desprivilegiados da sociedade - *welfare system* ou *welfare state* (Estado do Bem-Estar Social).

De acordo com o *Status of Women Canada*,¹⁷ uma preocupação “obsessiva” com a volta dos papéis sexuais à normalidade caracterizaram o período pós-guerra e a década de 1950. Parafraseando o artigo, a mídia representava as mulheres nesse período como as “rainhas do lar”, nascidas para a vida doméstica e a feminilidade. Eram esquecidos – ou ignorados –, assim, os anos de Guerra quando as mulheres não só desempenharam tais funções, mas também assumiram outros papéis tradicionalmente representados pelo homens.

Já em 1949, a filósofa Simone de Beauvoir publicara a obra *O Segundo Sexo*, considerado fundamental para o movimento de liberação feminina em sua segunda fase: o *Second Wave*. Um dos pontos centrais de seu estudo estava na afirmação de que ser biologicamente mulher não implica necessariamente numa determinada situação social. A diferença entre homens e mulheres é natural, mas os papéis que desempenham são socialmente construídos, e não forças naturais. Esse entendimento abre a possibilidade para que os papéis tornem-se mais igualitários através das mudanças sociais.

¹⁶ LANDSBERG, Michele colunista do jornal canadense *The Toronto Star: Feminist Rebels Opened Doors* - publicado em 11 de novembro de 2002.

¹⁷ SWC - órgão federal canadense que promove a igualdade dos sexos e a participação integral da mulher na vida econômica, social, cultural e política do país - *Women's History Month 2002 – Adult Fact Sheet: Women and Sports in Canada – An Historical Overview* - www.swc.ca – acesso em 01/02/2004.

A entrada da mulher no mercado de trabalho e a popularização da pílula anticoncepcional transformaram o papel tradicional da “dona-de-casa” e, as décadas de 1960 e 1970 vislumbraram um movimento radical feminista comandado pelas mulheres norte-americanas, que demandava o direito ao aborto, creches custeadas pelo Estado e salários equiparados aos dos homens.

A luta pela emancipação das mulheres da década de 1960 trouxe à discussão a questão da diferença entre sexo e gênero. Sexo é o biológico, natural, a maneira como se nasce e, portanto, imutável. Gênero é o que se constrói culturalmente e, portanto, pertencente ao campo discursivo. Colocando ainda de outra maneira, a identidade tem a ver com o gênero, e não com o sexo biológico, que passa a ter um papel menos importante na construção da identidade; os corpos sexuados se contrapõem ao gênero construído socialmente.

Como já dito, a era vitoriana fala de uma mulher emocionalmente frágil e maternal, sendo sua identidade aí fixada o que a levou a ter determinado papel na sociedade dentro de uma esfera privada, doméstica, a-política. Com a teoria da construção social na distinção entre sexo e gênero, questionou-se a visão essencialista da categoria social ‘mulher’ como aquela com funções biológicas inferiores às dos homens e reprodutoras.

O enfoque desta fase do movimento recai sobre como se livrar do poder dominante do mundo masculino, poder este repressivo para as mulheres que, enquanto categoria, estão subordinadas a ele. Depreendemos que esta fase do movimento, conhecida como Movimento de Liberação Feminina, estendeu-se até os anos 1980 e concentrou-se em aspectos econômicos e em estilos de vida das mulheres. Emprestando as armas teóricas de Simone de Beauvoir, o movimento feminista preocupou-se com a reconstrução dos papéis destinados a homens e mulheres - transformação da sociedade patriarcal - e com a luta por direitos iguais.

No começo da década de 1960, a sociedade canadense desafiava as idéias tradicionais sobre guerra e paz e sobre os direitos civis. O debate sobre o nacionalismo de Quebec e os direitos das mulheres também se colocava. As feministas pressionavam o governo canadense no sentido de que fossem tomadas medidas governamentais contra a desigualdade entre homens e mulheres. Elas trabalhavam pelas reformas das estruturas econômicas, legais e sociais da sociedade dentro do sistema capitalista.

Podemos constatar a crença, nesse período, de que a igualdade dos sexos somente poderia ser alcançada através das reformas estruturais. As reformas pleiteadas diziam respeito

basicamente à reforma da legislação no tocante a: equiparação salarial entre homens e mulheres, licença maternidade remunerada, criação dos centros para mulheres vítimas de estupros, abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e mudanças nas leis de aborto.

Como pode ser percebido, a segunda fase do movimento feminista abrangeu uma gama variada de discussões que questionava desde a discriminação da mulher no local de trabalho - diferença de salários, falta de promoções (*glass ceiling*); restrição de oportunidades profissionais naquelas áreas consideradas “masculinas” e assédio sexual (*sexual harassment*) - até as questões relativas a educação feminina, creches, contracepção e reprodução, saúde feminina e violência contra a mulher.

Essa fase do movimento feminista canadense também contribuiu para uma expansão das organizações feministas empenhadas em comprometer os governos provinciais e federais na questão da igualdade sexual, isto é, nas reformas estruturais. Em consequência, em 1967 o governo canadense criou a Comissão Real do *Status* da Mulher (*Royal Commission on the Status of Women – RCSW*).

Essa comissão, guiada pela crença na igualdade de oportunidades e na divisão de responsabilidades, privilégios e prerrogativas da sociedade, era especialmente orientada por quatro princípios:

- as mulheres devem ser livres para escolher se querem trabalhar fora de casa ou não;
- a criação das crianças cabe à mãe, ao pai e à sociedade;
- a sociedade é responsável pela mulher por causa da gravidez e do parto;
- a mulher deve receber tratamento especial para a superação de problemas provocados por discriminação.

Em consequência, medidas legais foram aprovadas, o que afetou a posição da mulher no Canadá. Algumas delas incluíram:

- mudanças nas leis do divórcio: ao reconhecer que o trabalho doméstico feminino contribui para o crescimento profissional do marido, às mulheres foi garantido não só a pensão alimentícia, mas também a metade do patrimônio adquirido durante o casamento;

- um fundo governamental para a licença-maternidade;
- os governos provinciais e federais adotaram as leis dos Direitos Humanos que proibem discriminação contra as mulheres em matérias referentes ao trabalho
- mudanças nas leis criminais no que se refere à violência contra as mulheres, inclusive revogando a lei de estupro que não considerava crime o estupro marital e adotando a provisão pela qual as cortes de justiça não mais poderiam examinar o passado sexual das vítimas de crimes sexuais.

Para completar este quadro, especialistas em questões femininas foram destinados para os departamentos federais de Justiça, Trabalho, Imigração e Saúde e, em 1971, o ministério federal responsável pelo *status* da mulher foi criado. Grupos de mulheres, como o Comitê de Ação Nacional (*National Action Committee*) tornaram-se elegíveis para a obtenção de fundos governamentais para o financiamento das suas atividades.

Considerado o ponto alto dessa chamada segunda fase do feminismo canadense foi a garantia em 1982, de que a Carta de Direitos e Liberdades (*Canadian Charter of Rights and Freedom*) contivesse uma lei geral prevendo tanto a igualdade para homens e mulheres como para outros grupos considerados em desvantagem social, sem a possibilidade de alteração por qualquer outra provisão.

Esse reconhecimento alterou profundamente a lei canadense, uma vez que significou uma ruptura com o sistema colonialista e escravocrata e com a tradição patriarcal do *common law* e da lei civil, ou seja, uma ruptura com os sistemas baseados em dominação e subordinação. Um efeito causado por essa legislação foi justamente o fato de as cortes de justiça poderem decidir, com base no texto legal, sobre as questões de discriminação.¹⁸

Retomando o conceito de Liberalismo, resumidamente, que se baseia no princípio da liberdade individual e da liberdade de escolha sem a interferência da opinião pública ou da lei, podemos constatar que o discurso liberal dominou essa fase do movimento feminista. Este discurso legitimava a mulher como agente, propondo mudanças dentro da estrutura ou sistema sociais existentes através da alteração de legislação e da propaganda da causa feminista.

¹⁸ Informações obtidas do *Canadian Politics on Line* – CD 2/Chapter 2: *Gender Equality* - tradução livre – <http://qsilver.queensu.ca/polscd/reviewq/CD4C2/CD4C2qB.html> – acesso em 20/08/2003.

De acordo com Baym,¹⁹ o feminismo se origina do liberalismo Iluminista ocidental, no sentido de que a natureza humana é universal e, portanto, todos os seres humanos são racionais e iguais. Em uma visão feminista liberal, as desigualdades entre os sexos se originam justamente pela negação de direitos iguais a homens e mulheres. Podemos afirmar então, que o sistema legal e a mídia são instrumentos fundamentais para o movimento feminista que acredita que a igualdade será alcançada dentro das instituições.

O movimento feminista, através de um discurso representacional da “mulher”, fala em nome de todas elas. A categoria “mulher”, portanto, se apresenta homogênea, uma vez que nessa fase, as discussões sobre as diferenças entre as mulheres, por exemplo, as diferenças raciais, étnicas, de classes sociais e as de nacionalidade ou religião, não eram enfocadas.

Benhanbib²⁰ nos diz que, na década de 1980, a mudança do paradigma para um feminismo pós-modernista foi influenciado por pensadores franceses como Foucault, Derrida, Lyotard, Cixous e Irigaray. Estes autores, segundo Benhanbib, se tornaram o centro de uma crítica política exercida por lésbicas, negras, brancas do Terceiro Mundo, da Europa ocidental ou norte-americanas e as heterossexuais do movimento feminista. Essa crítica política veio juntamente com a mudança filosófica de paradigmas marxistas e psicanalíticas para os tipos foucaultianos de análise do discurso e para as práticas desconstrucionistas do texto de Derrida.

A autora afirma que *o modelo de pesquisa social também foi alterado, uma vez que se passou da análise da posição da mulher em relação à divisão sexual do trabalho e do trabalho em geral para uma análise da constituição e construção da identidade, problemas do “eu” coletivo e outras representações, e questões sobre contestação cultural e hegemonia.*

A teoria feminista, através das ferramentas de análises fornecidas pelos autores pós-modernistas e pós-estruturalistas, questionam a dicotomia sexo/gênero e analisam a produção da categoria sexo e a sua função em regimes de poder que querem controlar o corpo sexual.

Foucault (2001) explana que a construção das funções “naturais” do sexo é uma camuflagem da operação produtiva de poder em relação à sexualidade. A sexualidade deve ser entendida como um fenômeno construído por meio do exercício de relações de poder. Se o corpo

¹⁹ BAYM, Nina (1995). *The Agony of Feminism: Why Feminist Theory Is Necessary After All* – <http://www.english.uluc.edu/baym/essays/feminism.htm> - acesso em 17/07/2004.

²⁰ BENHANBIB, Seyla (1993). *From Identity Politics to Social Feminism: A Plea for the Nineties.-The Paradigm Wars of Feminist Theory.* <http://www.farhad.org/gm/asp/show1.asp?id=191> - acesso em 11/10/2003.

é o *locus* do controle, então, a categoria “sexo” é importante para a identidade cultural do indivíduo. Para esse autor, a sexualidade não pode ser vista simplesmente como uma força natural e opressiva porque ela é construída pelo exercício das relações de poder.

Em outras palavras, oposições binárias como homem/mulher e masculino/feminino geram a separação do gênero - socialmente construído - dos corpos sexuados, dando a impressão de que o corpo não é relevante para a identidade cultural do gênero do indivíduo. Foucault refuta essa posição quando não descarta o corpo biológico em sua análise.

A teórica feminista Linda Hutcheon ²¹ considera que o pós-modernismo só foi possível devido à existência de movimentos sociais tão importantes na década de 1960 quanto o movimento feminista e o movimento por direitos civis norte-americano. Na visão dessa autora, a sociedade começou a discutir os sexos e as diferenças raciais, tornando-se a “diferença” o enfoque do pensamento: escolhas sexuais, história pós-colonialista, religião e classes sociais. A identidade e a diferença, sob a ótica do feminismo, é questão complexa e temas como a marginalização social e cultural vêm à tona.

Na visão da autora, assim como as mulheres são colocadas à margem da cultura masculina, o próprio Canadá “se sente” marginalizado, uma vez que tem que se reportar à Grã-Bretanha e à França por causa da herança colonial e se deparar constantemente com uma força cultural ainda maior do que a européia: os Estados Unidos. Ela nos diz que:

I think feminisms (in the plural) were important for articulating early on the variety of political positions possible within the umbrella term of gender – from liberal humanist to cultural materialist. Feminist discussions “complex-ified” questions of identity and difference almost from the start, and raised those upsetting (but, of course, productive) issues of social and cultural marginality.

Na década de 1970 já se percebia a mudança de certas práticas sociais, por exemplo, a introdução de medidas em várias universidades americanas contra a discriminação e a molestação sexual, embriões do discurso de esquerda do “politicamente correto” que iria se desenvolver na década posterior.

²¹ HUTCHEON, Linda. Em: O'GRADY, Kathleen. *Theorizing – Feminism and Postmodernity: A Conversation with Linda Hutcheon* (1977), p.3 – <http://english.ucsb.edu/faculty/ayliu/research/grady-hutcheon.html> – acesso em 03/04/2002.

O feminismo norte-americano, nos anos 1980, ao se interessar pelas teorias pós-modernistas francesas, é influenciado principalmente por pensadores como Foucault, Derrida, Irigaray e Cixous, como já visto. Questionando a política de identidade e diferença - principalmente pela fragmentação e pelo “choque de identidades” característicos da década de 1990, o movimento inaugura uma importante mudança de paradigma na teoria feminista. O interesse pela teoria francesa coincidiu com um momento de lutas político-culturais dentro do movimento feminista norte-americano (Benhanbib, 1993). As feministas Nicholson e Fraser (1990:33) afirmam que:

...the practice of feminist politics in the 1980's generated a new set of pressures which have worked against metanarratives. In recent years, poor and working-class women, women of color, and lesbians, have finally won a wider hearing for their objections to feminist theories which fail to illuminate their lives and address their problems. They have exposed the earlier quasi-metanarratives, with their assumptions of universal female dependence and confinement to the domestic sphere, as false extrapolations from the experience of the white, middle-class, heterosexual women who dominated the beginning of the second wave.

Verificamos que o discurso feminista assume que “mulher” é um grupo com interesses e características comuns o que, de acordo com Butler (2003), reforça a lógica das oposições binárias criadas pela dicotomia entre homem/mulher e masculino/feminino, limitando ou silenciando outras possíveis identidades.

Os pensadores Derrida e Foucault fornecem à teoria feminista instrumentos para a realização de uma análise mais complexa sobre as relações de poder e gênero que questiona a oposição binária vitimização/dominação.

Ao estabelecer que o corpo e a sexualidade são socialmente constituídos, Foucault apresenta os elementos teóricos para que a teoria feminista exponha não somente o gênero como socialmente construído, mas também o sexo, desconstruindo assim o binarismo sexo/gênero. Analisam-se mais complexamente as formas de controle social dos corpos e mentes das mulheres. O efeito provocado por esse deslocamento teórico - a utilização dos conceitos ou pressupostos teóricos foucaultianos - se traduz ao repensar as teorias e as práticas de emancipação do feminismo.

De acordo com Butler (2003), tanto o sexo quanto o gênero são socialmente construídos; consequentemente, a questão da sexualidade e da identidade sexual saem da esfera privada, pessoal, e são trazidos para o campo político, público e coletivo.

A noção de corpo é fundamental para a análise da teoria feminista da opressão das mulheres, porque as diferenças entre os sexos servem para legitimar as desigualdades dos gêneros. Assim, por meio dessas características consideradas biológicas e não-históricas, a idéia de que as mulheres são inferiores aos homens é considerada natural e legítima; daí a sua importância para a teoria feminista de que o corpo seja entendido como socialmente construído.

No pós-estruturalismo, a dicotomia entre os gêneros, isto é, entre o masculino e feminino, é rejeitada como diferença biológica ou como diferença apresentada a mulheres e homens pela natureza. O gênero, como já visto, é construído socialmente por meio da ordem da linguagem patriarcal. Por meio da linguagem aprendemos a cultura - preexistente - de nossa comunidade, isto é, a cultura já nos é dada por esse sistema de representação que nos define a “realidade”. De acordo com a visão foucaultiana, o discurso produz “saberes” e a sociedade “sabe” como ordenar os seus discursos, exercitando assim, o poder.

Quem controla os discursos define também o que é “realidade” ou o que é considerado “verdade”, que varia de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, de época para época, sempre de acordo com uma negociação e com os conflitos discursivos. Assim, a “realidade” é o produto entre o texto e o leitor, o qual “negocia” ativamente com o texto.

Apesar de não nos referirmos às teorias pós-colonialistas, segundo as quais as representações das culturas que tiveram contato com a expansão colonial foram consideradas o Outro, que não fazia parte da norma ocidental - negativamente diferentes -, elas também contribuíram para que a categoria “mulher”, sujeito do feminismo, fosse desconstruída. Por causa disso, outras identidades femininas e/ou das mulheres foram incluídas no discurso representacional feminista, como a mulher negra, a homossexual e a mulher do Terceiro Mundo.

Resumo do Capítulo

Neste capítulo, mostramos como foi estruturado o *corpus* dos textos jornalísticos e discutimos como o feminismo foi construído nas relações histórico-sociais e como suas origens se relacionam diretamente com determinadas ideologias em determinadas formações discursivas. Pudemos perceber as ligações entre um movimento feminista de princípios liberais humanistas e a perspectiva de mudanças por meio de reforma estrutural – em relação ao reconhecimento de igualdade sexual e dos direitos igualitários - dentro do próprio sistema que supostamente oprime.

Vimos como a modernidade foi fundamental para a organização do movimento feminista, que emergiu dos movimentos de reformas sociais, como o movimento abolicionista, uma vez que as feministas do século XIX começaram a comparar a situação das mulheres com a dos escravos africanos, a culpar os homens por toda restrição sofrida e a proclamar que as relações entre os sexos eram controladoras e opressivas.

Verificamos que o movimento feminista se empenhou em dois campos de ação para alcançar os seus objetivos: a mudança legislativa e a utilização da mídia como meio de tornar pública as suas demandas, tornando as questões feministas visíveis. Para nós, essa constatação é importante porque mostra que é a aparente transparência e a objetividade jornalísticas, bem como a neutralidade das informações.

Percebemos que, ao falar das mulheres neste contexto, falamos da mulher branca e de classe média, que participou em diversos movimentos de protestos contra o álcool e a escravidão, pelo direito dos imigrantes e dos pobres. Com a concessão do direito de voto às mulheres, encerra-se a chamada primeira fase do movimento feminista que teve como foco principal a igualdade.

Com o advento das duas grandes guerras mundiais, as mulheres entram para o mercado de trabalho e vários estereótipos são desafiados. Vimos também que com a publicação do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, a questão da diferença entre sexo (natural) e gênero (culturalmente construído) torna-se fundamental para o movimento de libertação feminina. A ideologia agora fixa-se na posição binária dominação/subordinação, cabendo ao movimento feminista lutar pela emancipação das mulheres do poder opressivo masculino. Notamos que,

“mulheres”, para o discurso feminista representacional, são as mulheres brancas, de classe média e ocidentais.

Vimos ainda que a teorização foucaultiana e as práticas de desconstrução textual de Derrida deslocam a teoria feminista dos paradigmas marxistas e psicanalíticos e questiona-se o binarismo vitimização/dominação, principalmente pela concepção de poder estabelecida por Foucault; o poder está relacionado com o corpo, a sexualidade e é o *locus* do controle social.

Baseadas nos conceitos teóricos de Foucault, as feministas pós-estruturalistas desconstróem a categoria “mulher”, e passam a considerar o sexo também como fenômeno socialmente construído. Assim, o binarismo sexo/gênero é desconstruído e os mecanismos do poder patriarcal são expostos pelas análises das formas de controle social dos corpos e das mentes das mulheres. Dessa maneira, o movimento feminista passa não somente a lidar com as lutas de emancipação, mas também a analisar a representação e a construção da identidade.

Capítulo 3

A representação da mulher
nos jornais canadenses

Este capítulo tem como objetivo discutir as representações de identidade das mulheres nos textos jornalísticos publicados na década de 1990 no Canadá. Entendemos a representação como construção de significados e de sentidos - construídos social e culturalmente nas diferenças, não como um reflexo da realidade nem manifestação dos indivíduos (Hall, 1997). As representações são manifestações sociais que se dão por meio da linguagem. Assim, as práticas representacionais são sempre uma tentativa de estabelecer um sentido. A construção da diferença passa sempre pelas construções binárias: homem/mulher, preto/branco. De acordo com Derrida (1998), nenhuma construção dicotômica, binária, é neutra: um pólo é sempre privilegiado.

Nesse sentido, mostraremos como os textos jornalísticos analisados sugerem representações que legitimam as identidades de determinados grupos de mulheres, produzindo conhecimento a respeito do gênero feminino. Conforme discutido por Fowler (1991), os textos jornalísticos não devem ser entendidos como um reflexo da realidade, mas como o resultado de um processo de criação e interpretação social, atravessado por relações de poder.

O texto é a unidade que conduz ao discurso e, portanto, o texto jornalístico não deve ser entendido como lugar de informação neutro, mas como um lugar heterogêneo, afetado pelas condições de produção e que, assumindo significado, busca produzir as identidades por meio de diferentes formas de representação.

Abordaremos, neste capítulo, o funcionamento do discurso do texto jornalístico, buscando discutir a forma como as representações das identidades femininas e/ou das mulheres são construídas. Analisaremos como as mulheres têm a sua identidade definida dentro de certos estereótipos, como o da mulher-mãe, mulher-objeto e mulher-vítima.

Verificaremos como as representações nos textos jornalísticos reforçam essas identidades, silenciando outras, e como o discurso feminista de violência contra as mulheres, através da narração das histórias das vítimas, (re)construiu - “vítimas” - através da imprensa, a qual, ao denunciar a vitimização, transformou as mulheres em personagens centrais de uma narrativa jornalística afetada pelo discurso feminista da década de 1990. A narrativa da violência contra as mulheres na imprensa, por exemplo, produziu sentidos, gerou identificação e, portanto, construiu identidades, politizando-as.

Basearemos nossa análise nos trabalhos de Michel Foucault, principalmente na sua teoria de que o social gera relações de saber/poder e dominação. Um dos efeitos das relações de saber/poder é a criação de novas identidades políticas e sociais.

De acordo com Hall (1997), a identidade não somente é formada, mas também transformada de maneira contínua *em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam*. Desse modo, a identidade está interrelacionada com o processo de representação. Numa visão discursiva, a identidade é formada dialogicamente, dentro da demarcação do que não é, ou seja, pela diferença, pelo outro.

Baseando-nos nos ensinamentos de Hall, podemos afirmar que a identidade “mulher” não nasceu mãe, objeto ou “vítima”. A mulher não possui “naturalmente” essas características, mas as identidades mulher-mãe, mulher-objeto ou mulher-vítima são produzidas e reformuladas dentro da representação.

Durante os anos 1960, na segunda fase do movimento feminista, as mulheres firmaram-se no mercado de trabalho, assumiram o controle da natalidade através da pílula anticoncepcional e trouxeram a público o debate de questões amplas, como a discriminação no trabalho, a limitação das oportunidades de educação, a necessidade de creches para os filhos, a concepção e a reprodução, a saúde e a violência contra as mulheres. Nesse quadro, também estavam implícitos assuntos relacionados à vitimização das mulheres na esfera privada, como o incesto, o estupro e a violência doméstica.

A violência contra as mulheres, ao sair daquela formação discursiva (FD) doméstica, privada, passa a se inserir em outra FD, pública e internacional, que reconhece a violência sexual contra as mulheres como uma forma de violação de direitos básicos. Aqui já estamos falando de violação dos Direitos Humanos que, igualmente com outros instrumentos internacionais de leis, têm como premissa o direito de igualdade.

O discurso da violência contra as mulheres torna homogênea a identidade “vítimas”, buscando firmar uma única identidade de “mulher”, como se todas elas pertencessem à mesma raça e classe social, tivessem a mesma opção sexual ou, em outras palavras, como se as experiências vivenciadas pelas mulheres fossem todas iguais; como se todas sofressem o mesmo tipo de violência.

Relembramos que a própria teoria feminista, ao utilizar os pressupostos teóricos foucaultianos, desenvolveu uma análise mais complexa principalmente sobre as relações entre os gêneros e o poder. De acordo com a visão foucaultiana, o poder circula no corpo social, é praticado e não possuído, é produtivo e não repressivo e o seu principal *locus* é o corpo e a sexualidade, instâncias de controle social. Esses instrumentos serviram para que os teóricos feministas desafiassem o binarismo vitimização/dominação.

Como afirma Foucault (2001), os objetos do discurso são produzidos pelos próprios discursos. Ao retratar as mulheres como agentes passivas e vulneráveis, que necessitam ser salvas e protegidas da brutalidade masculina, a mídia reforça a visão de que as mulheres são, em sua essência, vítimas naturais dessa brutalidade e, portanto, dependentes de proteção. Assim, constrói através da linguagem a identidade feminina de mulher-vítima.

Como já dito, ao analisarmos os artigos encontramos as seguintes representações:

- Representações que definem a identidade das mulheres dentro de um contexto familiar - a domesticidade;
- Representações de uma sexualização irrelevante que objetificam e fragmentam a mulher, erotizando-a;
- Representações que infantilizam a mulher;
- Representações que definem a mulher enquanto vítima.

1. DOMESTICIDADE: Contexto familiar

Partiremos das representações que definem a mulher dentro do contexto familiar, expondo os efeitos de sentido provocados e as formações discursivas (FD) que atravessam os enunciados. Verificaremos como os sentidos do universo patriarcal vitoriano aparecem nos textos jornalísticos, tornando homogêneo o gênero feminino, congelando a identidade feminina principalmente no papel de mãe e esposa, isto é, dentro de uma esfera privada e, por isso, “apolítica”. Para tanto, analisaremos os excertos de artigos de dois periódicos canadenses e

discutiremos como os textos jornalísticos que se referem às mulheres fixam sentidos sobre a identidade feminina.

Artigo 1: publicado no jornal *The Toronto Star*, em 14 de julho de 1994, na seção de obituários. (Vide anexo 01)

Excerto 1:

MARY ROWELL JACKMAN PIONEERED DAY CARE

Liutenant-Governor Is One Of Her Sons

*Mary Rowell Jackman was a **gracious, old-fashioned woman** who was born into one **distinguished** Toronto family and **married** into another / “She was a product of her generation but she was **certainly very much** a person in her own right,” her son, Ontario **Liutenant-Governor** Hal Jackman, said.*

Como podemos constatar, a experiência vivida pela mulher é representada no obituário por meio de adjetivações e classificações que reforçam certos estereótipos e certos padrões a serem seguidos. Ao analisarmos esse excerto 1, percebemos que o texto jornalístico - o obituário de Mary Rowell Jackson - produz o sentido de que a identidade da mulher está vinculada à família, nas seguintes formulações: *Liutenant-Governor is one of her sons / her son / married into another*.

Pode-se notar, primeiramente, que a representação da mulher está intimamente relacionada com o contexto, ou seja, a identidade feminina está definida de acordo com o seu relacionamento familiar. De acordo com Fowler (1991), a identidade pública feminina depende das suas relações familiares dentro do contexto de casa e família. O autor explica, por exemplo, que a profissão ou o trabalho dos homens são sempre mencionados, ou seja, a identidade masculina é construída fora do contexto familiar, o que não acontece frequentemente com as matérias sobre as mulheres. Ele nos diz que:

Men, in serious stories, are not usually presented in such insistently domestic terms, but often have their professions or jobs mentioned – identity outside the home and family. (*op.cit.*:102)

Percebemos como são utilizados vários adjetivos que servem para “localizar” o sujeito-mulher quanto à sua feminilidade como, por exemplo, *gracious / old fashioned* e o uso de palavras como *distinguished* para determinar o lugar social, o *status* do sujeito que, neste caso, trata-se de mulher branca, de família “tipicamente” canadense e de classe média alta.

Em frases como *who was born into one distinguished Toronto family and married into another* ou *She was a product of her generation*, que designam e definem a mulher como categoria social, notamos que, neste *locus* de enunciação a mulher é apresentada como a que sofre a ação e os seus efeitos e não como a agente, aquela que decide.

Observamos os adjetivos descritivos como *gracious, old-fashioned* que representam atributos, qualidades pessoais e sociais como consensuais, ou melhor, naturais. No texto em questão, os atributos são qualidades femininas. O locutor-jornalista quando enuncia, traz a voz da ideologia da classe média, branca, do *main-stream* da sociedade canadense e resgata o ideal feminino da era vitoriana que, como já mencionado, baseava-se na domesticidade: às mulheres cabia a devoção familiar, a religiosidade e a pureza sexual.

Em *She was a product of her generation but she was certainly very much a person in her own right*, o advérbio “certamente” indica a modalização que pode ser entendida como um “comentário” ou uma “atitude”, explícita ou implícita, dentro do texto (Fowler, 1991:85). Em outras palavras, há modalização quando o enunciador, pela sua fala, expressa uma atitude “em relação ao destinatário e ao conteúdo de seu enunciado.”¹

Fowler (*op.cit.*) distingue quatro tipos de comentários: os de verdade, de obrigação, de permissão e de desejo. No caso, temos uma modalização de verdade explícita, em que o advérbio “certamente” é elemento interpessoal de mediação entre o social e o papel desempenhado pelo gênero feminino. O sujeito-falante é categórico ao afirmar que, apesar de Mary ser um produto de sua própria geração, ou seja, representar todos os valores de uma determinada formação discursiva que ideologicamente preservava certos valores femininos, ela era “certamente” também uma pessoa que tinha poder de ação. A modalização explícita mostra a opinião do filho e trabalha como que preservando uma integração entre o “velho” e o “novo”, entre o papel tradicional reservado às mulheres, na esfera privada, e aquele que permite a sua participação na esfera pública.

¹ CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique (2004). *Dicionário de Análise do Discurso* – p. 334.

Excerto 2:

*Mrs. Jackman was a **great supporter of Metropolitan United Church** and it was there, during the Depression of the 1930s, that **she founded the first day-care centre in Canada**, now known as Bond St. Nursery School /... **She was a daughter of Newton Rowell, the lawyer** who in 1929 won a famous victory in the Persons Case, when the British Privy Council **ruled** that women in Canada were legal persons and could not be excluded from public office. /He was a Liberal who served as a federal cabinet minister and subsequently became chief justice of Ontario/ **His daughter was also involved in Liberal politics as a young woman but she developed an even bigger interest in the Student Christian Movement as a student at Victoria College** / On graduating she became its organizing secretary and then **she married Henry R. (Harry) Jackman, a financier who later became a Conservative MP for Rosedale.***

Ao examinar esse excerto 2, que corrobora a análise apresentada anteriormente, lembramo-nos de Silva (2000:91), segundo o qual é através da representação que a identidade e a diferença adquirem sentido; quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. Por meio da representação, a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Neste caso, a identidade da mulher é marcada ou fixada como imagem “feminina” de filha, mãe, esposa, prestadora de serviços comunitários, em oposição à identidade do homem, que é construída fora do contexto familiar, isto é, na esfera pública.

O excerto demonstra que o sujeito-mulher está identificado dentro do contexto familiar uma vez que a ênfase na atuação na vida pública e no sucesso profissional é reservado ao pai - foi ele quem ganhou uma ação contra o governo inglês, o qual passou a reconhecer as mulheres enquanto pessoas jurídicas e, portanto, participantes da vida pública. Este feito é considerado pelo locutor-jornalista uma grande realização e uma grande vitória.

Vejamos algumas das palavras que definem Mary além de *gracious* e *old-fashioned* (excerto 1): *a person in her own right, a great supporter, young woman, married to, daughter of, a student, generous, “gave” and “donate”*.

A representação é sempre feita de um ponto de vista ideológico e construído pelas forças estruturais da transitividade e da categorização lexical (Fowler,1991:85). Notamos, além da excessiva categorização familiar, o fenômeno da lexização exagerada para os atributos femininos.

Fowler (*op.cit.*) sustenta que há mais termos para designar as mulheres do que para designar os homens, o que indica que a sociedade entende a mulher como tendo um *status* anormal.

Para corroborar com a afirmação do autor, levantamos uma lista de alguns termos em inglês que se referem às mulheres:

woman, lady, girl, girlie, lass, sister, bimbo, crack, broad, chick, babe, dame, doll, damsel, crone, dish, honey, miss, nympho, skirt, sugar, toots, wench, hag, tramp, bag, bitch, whore, tease, harpie, darling, sweetie, witch, ho, tart, vamp, squaw, angel, cookie, hussy, gossip, airhead, dog, dyke, lebian;

e aos homens:

man, gent, boy, guy, fellow, gentleman, lad, brother, bloke, chap, codger, dude, geek, geezer, nerd, schmuck, sport, stag, stud, hunk, jock, bum, buddy, wimp, jerk, creep, redneck, bastard, prick, asshole, fairy, gay, faggot, motherf---er, queer.

Os excertos mostram como a mulher está representada dentro da esfera privada, com valor atribuído por vocábulos que definem o feminino, nesta FD, como *gracious, old-fashioned woman, daughter of, married to* e, portanto, implicitamente “mãe”.

Vejamos agora as palavras que definem o pai e o marido mencionados no artigo: *Ontario Lieutenant-Governor, lawyer, won a famous victory, Liberal, federal cabinet minister, chief justice, a financier, a Conservative MP*.

Concordamos mais uma vez com Fowler (1991) quando afirma que, quando se trata de política ou lei, os verbos de ação são muito usados nos textos jornalísticos. No excerto acima, podemos perceber o uso dos verbos ativos *won* e *ruled* no trecho referente às realizações masculinas, contrastando com as formas passivizadas de *were legal persons* e *could not be excluded*, ligadas a fatos femininos.

Quando o texto se refere a homens, percebemos que estes se caracterizam pela ocupação e pelo sucesso na vida pública. Podemos constatar que há uma diferença na escolha das palavras usadas para qualificar o gênero masculino e o feminino, o que produz o efeito de “naturalizar” uma categoria reforçando a distinção entre os gêneros.

Para que o mundo possa significar, operamos pelas categorias pré-existentes em nossas mentes, isto é, os valores atribuídos ao sujeito-mulher a personificam como certo modelo e

passamos a pensá-la de acordo com aquelas qualidades dadas, e não em termos individuais (Fowler, 1991).

O texto *was a great supporter of Metropolitan United Church / was also involved in Liberal politics / but she developed an even bigger interest in the Student Christian Movement* mostra a importância da religião e da política na representação do sujeito. Podemos depreender um narrador no enunciado, mas há outras vozes implícitas no excerto: um enunciador diz que ela se envolveu com política, mas outro afirma que ela teve um maior interesse pelo movimento cristão de estudantes. Podemos afirmar, então, que várias vozes constituem esse discurso, isto é, as falas não são apenas daqueles que falam - a este conceito damos o nome de polifonia. De acordo com Brandão (1991:57):

Ducrot (1984), retomando o conceito de Bakhtin e operando-o num nível lingüístico, vai mostrar, segundo a perspectiva da Semântica da Enunciação, como num mesmo enunciado isolado é possível detectar mais de uma voz.

Ao enunciar “mas” o locutor sugere ao leitor que o sujeito-mulher tentou se engajar na vida pública por meio da política liberal, a qual não teria despertado no sujeito do enunciado - Mary - tanto interesse quanto a fé cristã, fortalecendo este segundo enunciado. Seguindo Fowler (1991:16), a personificação é *perigosa* (grifo nosso); o mundo é organizado culturalmente pelas categorias e não pelos indivíduos. A mídia, ao usar pessoas como símbolos, não discute questões mais sérias como as econômicas e sociais, por exemplo. Assim, ao personalizar o sujeito, como no texto analisado, através dos inúmeros detalhes da vida pessoal, o que fazemos é estabelecer a pessoa enquanto um modelo construído de acordo com uma escala de valores e, portanto, ideológico.

Observamos como a mulher está representada na formação discursiva em que os ideais femininos da era vitoriana encontram-se claramente presentes. Mas, para um maior entendimento desta mesma FD, utilizando o interdiscurso como instrumento de análise, encontramos um outro discurso ou outra formação ideológica que atravessa o enunciado: o discurso feminista maternal canadense.

Podemos perceber no excerto alguns valores do maternalismo canadense presentes na enunciação, como os sentimentos de “piedade” e “pureza” que nos são apresentados como qualidades eminentemente femininas.

Excerto 3:

*She was also an **active supporter** of the arts, **serving on** the women’s committee of the Art Gallery of Ontario, and she was **a generous benefactor** of her old college at the University of Toronto. / ...Mrs. Jackman **leaves her daughter Nancy**, a feminist, philanthropist and Tory politician, **three sons**, Hal, the Lieutenant-Governor, Edward, a Dominican priest, and Frederick (Eric), a psychologist, and **eight grandchildren**.*

O texto sugere que Mary seguiu os padrões ou princípios religiosos na sua vida pessoal, principalmente no tocante ao papel reprodutivo destinado às mulheres de acordo com os preceitos religiosos. O texto fala da Mary - mãe de quatro filhos e Mary - avó de oito netos. Percebemos que a menção do número de filhos tem um valor, ou seja, “ser mãe” tem um significado, mas “ser mãe de quatro”, tem outro, talvez o de que os filhos não foram evitados. O dever religioso da reprodutividade estaria, por assim dizer, cumprido.

Podemos dizer que o sujeito-mulher, nesse caso, está representado como filha, esposa, mãe, avó. Neste contexto, a sua identidade está aparentemente fixada. A representação da mulher com ênfase no contexto familiar gera alguns efeitos como o de induzir o interlocutor a um pensamento monolítico sobre a perpetuação do sujeito como modelo do ideal feminino vitoriano, o que contribui para homogeneizar a categoria “mulher”. Então, “mulher” casa-se, tem filhos, é graciosa, religiosa e preserva valores tradicionais familiares. É permitido a ela atuar na esfera pública e, portanto, política, mas desde que preserve todos os ideais da maternidade e da vida familiar, o que reforça o estereótipo da “super-mãe”.

Um efeito de sentido que o sujeito provoca ao falar dessa posição, é o de que a sociedade, consensualmente e, portanto, hegemonicamente, é organizada de forma patriarcal e heterossexual. Ser mãe, esposa, filha e avó são características “naturais” da experiência de ser mulher.

Para finalizar, comparemos o obituário publicado no mesmo jornal em 16 de novembro de 1996, na mesma seção, com o obituário analisado. (Vide anexo 02).

ALGER HISS, 92, FELL FROM GRACE AS ACCUSED SPY THANKS TO NIXON.

*NEW YORK (AP) – Alger Hiss, the patrician public servant who fell from grace in a Communist spy scandal that propelled Richard Nixon to higher office, died yesterday afternoon at the age of 92. / Hiss died at Lenox Hill Hospital in Manhattan just four days after his birthday, said hospital spokesperson Jean Brett. / **Hiss’ life can be neatly broken into two parts. The first was a stellar rise – a brilliant academic career, clerking for U.S. Supreme Court Justice Oliver Wendell Holmes, a series of important posts in the New Deal – the welfare initiatives created to solve the Depression – and the foreign policy establishment, foundation work. / Then, on Aug. 3, 1948, a ruffled, overweight magazine editor named Whittaker Chambers alleged that 10 years earlier, Hiss had given him state department secrets which Chambers, in turn, passed to the Soviet Union.***

HIDDEN MICROFILM

*At the end of the investigations and trials that followed, after spectacular developments involving microfilm in a hollowed-out pumpkin and an ancient typewriter, Hiss was convicted of two counts of perjury and imprisoned for three years and eight months. / **For the rest of his life, he worked for vindication, both in court and in the court of public opinion. / He proclaimed that it had come finally in 1992, at age 87, when a Russian general in charge of Soviet intelligence archives declared that Hiss had never been a spy, but rather a victim of Cold War hysteria and the McCarthy Red-hunting era. / During the decades of controversy, such conservatives as William F. Buckley Jr. backed Chambers and felt justice was served by jailing Hiss. / Hiss’ establishment credentials were impeccable: He attended private schools, then Johns Hopkins University and Harvard Law school. After three years in private law practice in Boston, Hiss joined the New Deal. / He left government at the end of 1946 to take the presidency of the prestigious Carnegie Endowment for International Peace.***

Como o leitor pode constatar não há no texto uma única referência à vida familiar de Alger Hiss, mas apenas ao seu “sucesso” na vida pública.

No próximo tópico analisaremos as representações de mulheres profissionais que “contribuíram para o desenvolvimento profissional ou influenciaram positivamente outras mulheres”, de acordo com o texto jornalístico. Trata-se de prêmio de reconhecimento concedido pelo grupo feminista *Older Women’s Network* - OWN para mulheres profissionais com mais idade.

1.1 Contexto profissional

Artigo 2: publicado no jornal *The Toronto Star*, em 21 de setembro de 1998, na seção “Life”. (Vide anexo 03).

Excerto 1:

ADVOCACY GROUPS HONOURS OLDER WOMEN (by Nancy J. White)

*At the Hockey Hall of Fame, Irma Coucill, a **white-haired 80-year-old grandmother**, smiles up at her boys –Gordie Howe, Bobbie Orr, Rocket Richard. The portrait artist is intimately familiar with all the hockey greats’ faces, their smiles, wrinkles, scars./ “Oh, I put in the scars. The scars are their trophies”, jokes Coucill, standing by the rows of portraits on the Honoured Members’ Wall. / Since 1958, Council has painted 315 portraits of players, owners, officials for the Hall of Fame.../ ... She’s one of six women, aged 57 to 80, to be honoured with achievement awards by the Older Women’s Network (OWN), a feminist advocacy group... The other award winners are **Dr. Ricky Schachter, a leading dermatologist; Alda Arthur, a business-woman and activist; chemical engineer Carole Burnham and educators Hazel Andrews and Madaline Wilson...**In choosing its honorees, the group looked for those who enhanced the lives of other women, were advocates or mentors for women and children, had broken new ground or barriers, or achieved success in their field.*

Primeiramente, notamos que o artigo está publicado na seção “Life” do jornal, que normalmente trata de assuntos cotidianos como estilos de vida, horóscopo, receitas culinárias, aconselhamento, etc. A publicação do artigo na seção “Life” tem a ver com a ênfase dada à família e à vida familiar do sujeito-mulher. Assim, parece natural que um artigo sobre profissões de mulheres seja publicado na seção do jornal que enfoca problemas cotidianos e estilos de vida. A mulher profissional está representada a partir de estilo de vida, sendo valorizada quando consegue enquadrar a profissão dentro da vida familiar. Implicitamente, entende-se que a carreira profissional não deve interferir na vida pessoal e familiar das profissionais.

No excerto 1, a sentença *a white-haired 80-year-old grandmother* já posiciona o sujeito dentro do contexto familiar passando a imagem da avó de 80 anos e de cabelos brancos, a qual se contrapõe a uma imagem pública de “profissional”. Dificilmente associaríamos a imagem de uma avó à de uma profissional brilhante. Em *Dr. Ricky Schachter, a leading dermatologist; Alda*

*Arthur, a business-woman and activist; chemical engineer Carole Burnham and educators Hazel Andrews and Madaline Wilson...*as mulheres parecem estar com as suas identidades definidas como mulheres profissionais.

Excerto 2:

*Dr. Ricky Schachter, 79, has certainly achieved success...The Toronto physician has won many honours, including the Order of Canada and the RoseHirschler Award, named for the first female dermatologist in the United States. Entering the male-dominated medical profession in the 1930s wasn't easy for Schachter. The dean of medicine at the University of Toronto, she says, told her he had no place for her because she had "two congenital anomalies: I was a woman and I was Jewish." But, over the years, **the mother of two gained respect in the male medical world.**"*

Percebemos que nesse excerto 2, com a descrição de cada uma das vencedoras, além dos detalhes relativos à vida profissional, são fornecidos “gratuitamente” para o leitor detalhes da vida pessoal e, apesar de a matéria tratar especificamente das conquistas profissionais das mulheres, estas estão relacionadas com o contexto familiar. É interessante a escolha das palavras na construção do sentido: foi a “mãe de dois” que ganhou o respeito profissional no mundo médico.

Mills (1998), citando o trabalho de Fowler, lembra que o uso das estruturas linguísticas está relacionado com o lugar do texto dentro do sistema sócio-econômico e, portanto, a escolha de certas palavras em detrimento de outras não tem a ver necessariamente com uma escolha pessoal, individual. Na verdade, as escolhas são determinadas por forças sociais operantes. Podemos dizer, assim, que as interpretações existem antes da produção dos textos.

Any texts embodies interpretations of its subject, and evaluations based on the relationship between source and addressee. Those interpretative meanings are not created uniquely for the occasion. The systematic use of these linguistic structures is connected with the text's place in the socio-economic system, and hence they exist in advance of the production of text and our reception of it. (Fowler *et al.* 1979:185)

Percebemos que o uso das palavras no excerto 2 tem a função de consolidar a identidade feminina dentro das relações familiares, mantendo convenientemente o gênero feminino no papel de mãe e preservando seu lugar social.

Excerto 3:

*The theme running through Alda Arthur's life is helping women. In 1982, she founded the Association of Black Business Women and in 1984 started a monthly newspaper, Women in Business...Arthur, a former counsellor at the Addiction Research Foundation and owner of a woman's clothing boutique, **currently cares for her two grandchildren during the day**, is a trustee of her church and works on the Older Women's Network's female abuse committee. The other two winners are Hazel Andrews, 59, and Madaline Wilson, 57, both retired teachers...**Andrews, mother of two**, has been active in anti-violence campaigns in her community...**Wilson, who has four children**, has served as a board director for a battered women's housing group. "What got me in activities," says Andrews, "is others faith in me, other women drawing me in."*

Observamos, com a descrição das outras ganhadoras, que a contextualização da vida familiar é recorrente.

Excerto 4:

*Carole Burnham is **also a female pioneer** in her field, chemical engineering. At McGill University in 1961, she was **the only woman studying that area and graduated first in her class**. "I had a real desire to understand how things worked," says Burnham, 58, about choosing her field. There were career roadblocks along the way – one prospective employer told her flatly he wouldn't hire her because she was a woman. But Burnham went on to be named the director of the environment at Ontario Hydro, becoming, she says, **the first woman director, a level just below vice-president**. Burnham, **now a director with a consulting engineering company**, speaks to women's groups about her experiences, advises young female graduates and is active in professional and trade groups.*

Surpreendentemente, percebemos que, nesse excerto 4, houve uma quebra no padrão que vinha sendo seguido. Deparamos com *Carole* dentro de um contexto exclusivamente profissional

e há bastante ênfase no fato de ela ser mulher entre homens o que, paradoxalmente, nos leva a suspeitar do porquê do silenciamento sobre a sua vida pessoal e familiar.

A matéria de duas páginas traz as fotografias de Rick Schachter, branca, judia, mãe de dois filhos; a de Irma Coucill, branca, avó; e de Alda Arthur, negra e avó. Hazel Andrews, mãe de dois filhos, e Madaline Wilson, mãe de quatro filhos, não estão nas fotografias. Carole, além de não estar nas fotografias também não está definida dentro do contexto familiar, havendo referências exclusivamente ao aspecto profissional. Por quê? (Vide anexo 03)

Uma primeira hipótese é a de que o locutor-jornalista não tinha a informação disponível. Uma segunda hipótese é a de que *Carole* não tinha família, ou pelo menos não tinha uma família dentro dos moldes tradicionais. Uma terceira hipótese é a de que ela não representava o ideal feminino, ou seja, não era mãe, casada, heterossexual.

É curioso o fato de diferentes categorias de mulheres terem sido representadas: há a mulher branca, a judia, a negra, todas “mães”, sem que nenhuma menção fosse feita à categoria das mulheres homossexuais. O fato desperta interesse uma vez que as representações constatadas parecem ilustrar a diversidade feminina ou incluir todas as categorias de mulheres. Constatamos que foi excluída pelo menos uma identidade feminina: a da mulher lésbica.

Veremos agora como um texto que aparentemente representa a mulher de uma maneira, diremos, masculina, pois inteiramente enquadrada no “mundo dos negócios”, também está comprometido. O artigo foi publicado na seção “Business”, e não na seção “Life”, como geralmente ocorre quando a matéria jornalística se refere à mulheres.

Artigo 3: publicado no jornal *The Toronto Star* em 8 de março de 1998, na seção “Smart Money” do encarte “Your Business”. (Vide anexo 04).

Excerto 1:

SHE JUST DID IT – BOUGHT NIKE – JOYCE EISEN SAYS THE BLOODIED STOCK LOOKS GOOD (Choice Portfolios, by David Cruise e Alison Griffiths)

Six months ago, when Joyce Eisen started investing her Stars and Stripes portfolio, any experts were saying that American blue chips were overbought and there was no value to be had. Today, they're saying the same thing as the Dow Jones industrial average surges to new records. Eisen ignored them and has quietly piloted her portfolio to a tidy 20 per cent gain, find value where none supposedly

existed. She has done so well she has to rebalance her holdings...she feels that Nike is positioning itself better ...She particularly likes moves by the company to re-focus its attention away from its tradition products and more toward apparel...We need to look as far as our daughters' feet to know the truth of what the pundits speak. For years neither wore anything but mini-Michael Jordan's, but they are now bored with the same old clodhoppers that haven't changed much in a decade...Both are saving their pennies for what looks suspiciously like a cooler version...

O texto discorre sobre o sucesso profissional e, portanto, contextualiza o sujeito em relação a uma esfera pública. Mas, atentemos para o final do texto. Em *We need to look as far as our daughters' feet to know the truth*, percebemos que mais uma vez, apesar da palavra “mãe” não ter sido utilizada, a profissional não escapou da contextualização de uma situação familiar. Nas sentenças *our daughter's feet / they are now bored* e *both are saving* / o leitor é informado que o sujeito-mulher é mãe de duas filhas.

Depreendemos também que, implicitamente, o enunciado sugere a importância da experiência familiar para o mundo dos negócios. Em *We need to look as far as our daughters' feet to know the truth of what the pundits speak*, “aprendemos” através da experiência da mulher-profissional que, para se fazer um negócio milionário, é necessário **somente** olhar para os pés das filhas, isto é, a “verdade” que os especialistas conhecem é confirmada pela experiência familiar da mulher-profissional, a qual é “guiada” pela família no mundo dos negócios e na sua realização profissional. A experiência familiar seria, então, fundamental para o conhecimento da “verdade”.

Para efeitos comparativos, o nosso próximo excerto é um artigo publicado também no encarte “Your Business”, na seção “Business Today” do mesmo jornal em 20 de outubro de 1999. (Vide anexo 05).

Excerto 2:

MUNK MAY BAIL OUT TRIZECHAHN HOLDERS

Real State Giant Could Go Private, Chairman Says – From Canadian Press

Peter Munk, chairman of TrizecHahn Corp., confirmed yesterday that he is considering taking his giant real estate company private. Munk told reporters in Toronto that he is willing to do whatever is necessary to increase shareholders' value in the company. The Toronto financier said although TrizecHahn has “performed exceptionally well” over the last three years, the market has not been

kind to its share(...)Munk said the market “has not behaved, has not responded to what we’ve done. We have a fabulous array of assets; our cash level has more than doubled over the past three years.” Munk promises to do everything in his power, and to explore every option, to increase investors’ value(...)

Como podemos verificar, não há uma única menção à vida pessoal ou familiar de Munk: o texto termina sem que saibamos qualquer informação sobre o seu *status* pessoal, se é casado, se tem filhos, etc. Nesse excerto, não se alude à importância da vida familiar no mundo dos negócios, na vida profissional, importância esta atrelada à identidade feminina e não à masculina.

A falta de detalhes pessoais e familiares da vida do homem-profissional se deve ao fato de que a identidade masculina é vinculada à esfera pública, não à privada. A vida familiar é aparentemente fundamental para a atuação da mulher-profissional no mundo dos negócios, mas o mesmo não ocorre com o homem-profissional, para o qual as relações familiares não têm tanta importância. Então, podemos dizer que existem dois mundos dos negócios: um masculino e outro feminino.

2. SEXUALIZAÇÃO

2.1 Erotização – A Mulher-Atleta

Como já discutido anteriormente, para Foucault (2001), a construção da sexualidade se dá pela utilização de uma das estratégias que formam as relações de poder e saber em torno do sexo, qual seja, a histerização do corpo feminino, isto é, o corpo da mulher se sexualizou por causa da sua capacidade reprodutora. Na visão do autor, a prática social de silenciamento sobre a sexualidade acabou criando um discurso em torno da reprodução, fazendo com que, na verdade, a sexualidade se tornasse um tema onipresente.

Foucault (*op.cit.*), considerando o corpo e, conseqüentemente, a sexualidade como historicamente construídos nas relações de poder, identifica-os como o *locus* direto do controle social. Nas palavras de David Spurr (1993:170), a preocupação de Foucault se encontra em saber como o corpo é construído como um signo erótico e (re)produtivo no discurso da sexualidade.

Nos textos jornalísticos, a sexualização se manifesta em matérias que retratam a mulher como objeto, isto é, que associam a imagem feminina a um produto para fins de venda ou que utilizam os corpos femininos para atrair a atenção do consumidor. Observe-se o próximo texto.

Artigo 4: publicado no jornal *National Post* em 18 de junho de 1999, na seção “Sports – Television”. (Vide anexo 06).

Excerto 1:

CROWDS, HYPE, REFS ALL A TAD THINNER FOR WOMEN’S SOCCER – Even comentators won’t have to go far to notice differences (by Chris Cobb)

During the Women’s World Cup of Soccer beginning this weekend, a so-called Technical Study Group will be analyzing the games and attempting to isolate the differences, and similarities, between the male and female versions of the game.../ In the men’s game, pressure to succeed is sadly immense and the rewards for doing so enormous. The women’s game is light years away from that so we’re unlikely to see any punch-ups or excessive use of red cards. Women tend to play fast and hard but not dirty – in soccer, at least.

O artigo em questão, publicado na seção de esportes, trata das diferenças entre o futebol masculino e o feminino. A manchete já informa que o futebol feminino não conta com o mesmo número de torcedores nem com o mesmo entusiasmo do futebol masculino. A sentença *Even comentators won’t have to go far to notice differences* sugere que, para o locutor, as diferenças se encontram de tal maneira à mostra, que não seria necessária uma análise feita por parte de um grupo especializado, uma vez que “até” os comentaristas podem dar um parecer sobre as diferenças entre o futebol masculino e o feminino.

De acordo com Maingueneau (2002), a *enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo que é proferida*. Para ele, a ironia é um caso de polifonia porque o enunciador expressa a fala de um outro, desqualificado, ao qual se atribui a responsabilidade pela fala. A ironia é ambígua, porque encontra-se entre o que é assumido e o que é rejeitado.

O jornalista usa de uma frase irônica para reforçar a imagem da fotografia que mostra a atleta - jogadora de futebol - Brandi Chastain, nua, calçando um par de tênis de marca conhecida mundialmente, segurando uma bola de futebol (vide anexo 6). Em nossa pesquisa, constatamos

também que é comum as fotos na imprensa retratarem as atletas femininas em situações que não têm relação direta com o esporte praticado. No caso da fotografia de Brandi, o tipo de calçado que veste e a bola que segura - os objetos “à venda” (além da própria nudez da esportista) - parecem ser a única referência ao fato de ela ser uma atleta do futebol.

Em estudos realizados por Pat Griffin ² fica demonstrado que as mulheres-atletas são retratadas em “poses hipersexualizadas”, isto é, as mulheres-atletas não são somente feminilizadas, mas sexualizadas. De acordo com a estudiosa:

Instead of hearing, ‘I am a woman, hear me roar,’ we are hearing ‘I am hetero-sexy, watch me strip.’

De acordo com Holste, ³ correspondente do *Women’s e News*, Griffin entende que a cultura do esporte masculino gerou uma mensagem cultural rígida quanto aos papéis sexuais binários. As mulheres estão subordinadas aos homens e, portanto, não podem ser retratadas em posição de igualdade com relação a eles. Ainda de acordo com Griffin, a mulher-atleta “deve” falsamente se enquadrar na categoria heterossexual e não na homossexual. A hipersexualização da atleta funciona, então, para normalizar o papel feminino no esporte. A mulher-atleta é “colocada em seu lugar”, não representando assim nenhuma *ameaça* (grifo nosso) à supremacia masculina no esporte.

O artigo está voltado para as diferenças entre os gêneros e tenta fixar essas diferenças como “verdades”, o que contribui para reforçar estereótipos. Um exemplo são as asserções abaixo geradoras de um processo argumentativo que limita os sentidos. Vejamos como as características masculinas são identificadas ao futebol: *In the men’s game, pressure to succeed is sadly immense and the rewards for doing so enormous. The women’s game is light years away from that so we’re unlikely to see any punch-ups or excessive use of red cards.*

Na oposição binária *succeed / not succeed*, podemos reconhecer que o futebol feminino já está fadado ao “insucesso” uma vez que para as mulheres não há a característica masculina da

² GRIFFIN, Pat. *Media Coverage of Women and Women’s Issues* – <http://www.media-awareness.ca> – acesso em 27/03/2005.

³ HOLSTE, Glenda Crank (2000). *Women Athletes Often Debased by Media Images* – <http://www.womensenews.org/article> – acesso em 27/03/2005.

pressão para o “sucesso”. Parece que há uma tentativa de revelar/fixar o caráter “delicado” da mulher através da descrição do jogo feminino. Quando o locutor-jornalista diz que não haverá uso excessivo de cartões-vermelhos, ele está sugerindo que o futebol feminino é “café-com-leite”, um jogo de exibição, sem a validade do jogo masculino ou, em outras palavras, esse esporte é uma aventura masculina e não feminina.

Mas, se existe o cartão vermelho - a agressividade feminina existe. Então, como se pode representar as mulheres como “delicadas” e “femininas” se se mostra a mulher como “agressiva”? Em outras palavras, o locutor-jornalista “feminiza” o futebol em consonância com um discurso do final da década de 1930, época em que, preocupados com a inclusão progressiva das mulheres nos times esportivos e nas competições, os profissionais da área e os comentaristas esportivos pregavam a separação dos esportes por gênero - masculino ou feminino - de maneira que se pudesse, para o caso das mulheres, limitar o jogo que fosse considerado agressivo e mudar as regras existentes (*Status of Women Canada*).

O *Canadian Association for the Advancement of Women, Sports and Physical Activity* nos informa que as mulheres atletas contam com 3% das coberturas jornalísticas sobre esportes nos principais jornais canadenses e que, de acordo com pesquisas realizadas por Duncan and Messner,⁴ 97% dos comentaristas esportivos - que são homens - usam uma linguagem diferente quando se referem às mulheres-atletas. Homens, por exemplo, são descritos como *big, strong, brilliant, gutsy, e aggressive* enquanto as mulheres são descritas como *weary, fatigued, frustrated, panicked, vulnerable e choking*. Também foi constatado que as mulheres são chamadas pelo primeiro nome mais vezes do que os homens. Duncan considera que essa prática infantiliza as mulheres-atletas; o *status* de adulto ficando reservado para os homens *brancos* (grifo nosso) atletas.

Excerto 2:

Women have played soccer internationally for 30 years but it was only in 1991 that FIFA, the game’s international governing body, threw its all-important weight behind the game. The U.S. captured the first title in China eight years ago and were dislodged in Sweden in 1995 by Norway. / In North America, soccer is the most played game among young people of both sexes but hits a brick wall at

⁴ DUNCAN, Margaret Carlisle e MESSNER, Michael estudaram a cobertura de notícias sobre esportes em três redes afiliadas de Los Angeles.

the professional level when it becomes overshadowed by the traditional pro games such as football, baseball, hockey and basketball, which suck most of the TV revenues, attract the big audiences and are surrounded by the most hype.../ This tournament will represent the best exposure yet for women's soccer. When the FIFA study group completes its analysis, it may well decide that comparing the men's and women's game is self-defeating. Like hockey, the two are destined to exist in different sporting universes. / That doesn't mean one is better than the other. But like men and women, they are different.

Diante do trecho *Women have played soccer internationally for 30 years but it was only in 1991 that FIFA...*, podemos nos perguntar por que somente depois de 30 anos o futebol feminino mereceu a atenção da FIFA. Será que a resposta reside no fato de a década de 1990 ter vivenciado um momento “politicamente correto”? Assim sendo, não levar em conta a “igualdade” sexual não seria uma má idéia?

Uma vez mais, o que está em discussão são as diferenças entre homens e mulheres. O jornalista afirma que não adianta comparar o jogo feminino ao masculino ou as mulheres aos homens, pois não se chegará a conclusão alguma uma vez que ambos (co)existem em universos diferentes, ou seja, não interagem. Assim como no mundo dos negócios, podemos constatar que no esporte também o mundo feminino está separado do masculino e, portanto, não são iguais.

A voz que o enunciador traz é a de um discurso patriarcal onde os valores masculinos estão distanciados dos femininos. Aos homens cabem determinadas características consideradas masculinas como sucesso profissional, perseverança, agressividade e reconhecimento público, ao passo que às mulheres cabem características como a passividade, docilidade e o maternalismo.

É interessante notar que a foto escolhida para ilustrar a matéria é a de uma jogadora fisicamente forte, nua, vestida apenas com uma par de tênis e maquiada. Nessa foto (que poderia ser classificada como *soft porn*), se celebra a aparência da jogadora e não propriamente a sua capacidade como atleta, isto é, o que a ganha a atenção não é o esporte feminino, uma vez que a mulher-atleta não está representada praticando o esporte. O foco está na imagem hipersexualizada da mulher.

De acordo com Holste,⁵ as imagens das atletas mostradas nas principais mídias passaram de hiperfeminilizadas a hipersexualizadas. Normalmente, as mulheres-atletas são representadas

⁵ HOLSTE, Glenda C. Correspondente do *Women's e news* (WE) no artigo *Women Athletes Often Debased by Media Images* – 10/07/2000, <http://www.womensenews.org/article.cfm?aid=310> – acesso em 27/03/2005.

como banais, românticas ou hipersexualizadas, de acordo com a autora, porque, de outro modo, poderiam representar uma ameaça ao esporte masculino. A correspondente Mary Jo Kane ⁶ nos informa que as mulheres são rotineiramente mostradas fora das quadras ou dos campos de esporte, sem uniformes e em poses super-sensuais, como já visto anteriormente. Uma das funções dessa exposição, de acordo com a jornalista, é a de afastar a idéia de que as atletas possam ser lésbicas, o que representaria uma forma de competição com os atletas masculinos.

De acordo com artigo do Status of Women Canada, *Adult Fact Sheet: Women and Sports in Canada – An Historical Overview*, ⁷ esportes e jogos eram parte integrante da cultura aborígine para homens e mulheres. No século XVII, com o estabelecimento da Nova França, as colonas não tinham muito tempo para se dedicarem à prática de esportes, apesar de as mulheres da elite cavalgarem e aprenderem danças como atividade física. Parafraseando o artigo, as mulheres estavam limitadas pelos espartilhos, saíotes, pelas saias volumosas e pelas concepções vitorianas, segundo as quais as mulheres eram física e mentalmente frágeis.

Podemos concluir que as mulheres não tinham acesso a muitas atividades físicas. Algumas mudanças, começaram a ocorrer pelos idos de 1870, na chamada primeira fase do feminismo. As mulheres lutavam pelo direito ao voto e também pela criação de parques e programas recreacionais para as crianças e pela melhoria da saúde pública, o que lhes permitiu o acesso a certas atividades físicas.

Aos poucos, elas também passaram a ser admitidas, como associadas e espectadoras, nos exclusivos clubes esportivos urbanos nos quais os maridos e os pais eram sócios praticantes de esportes, como o golfe, o *curling* ⁸ e o tênis. Como consequência, foram criadas associações femininas.

Outro fator importante para o acesso feminino ao mundo dos esportes foi a invenção da bicicleta que tanto revolucionou a moda feminina quanto forneceu às mulheres outro meio de locomoção, o qual as deixava mais independentes.

⁶ KANE, Mary Jo -Director of the Tucker Center for Research on Girls & Women in Sport – University of Minnesota.

⁷ Women's History Month 2002 – www.swc-cfc.gc.ca/dates/whm – acesso em 2004.

⁸ De acordo com o *The New Lexicon Webster's Encyclopedic Dictionary of the English Language – Canadian Edition* – *curling* significa “a game playing on ice by sliding curling stones across a rink towards a target circle”.

As more women became physically active, however, the medical profession issued warnings against women's vigorous physical activity, especially for teenage girls, claiming it was likely to disturb their menstrual cycles or causes damage to their reproductive systems. (*Women's History Month 2002 – An Historical Overview – Status of Women Canada*)

No começo do século XX, as escolas introduziram o *basketball* e o *ice hockey*. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, com as mulheres participando ativamente do mercado de trabalho, muitas começaram a procurar atividades recreacionais. Muitos times femininos jogavam para levantar a moral e para arrecadar dinheiro para a guerra, o que se repetiu na Segunda Guerra Mundial. De acordo com o artigo, o final da década de 1920 contou com várias colunistas que escreviam nos maiores jornais e revistas canadenses sobre as mulheres no esporte. Aos poucos, influenciadas pelos americanos, as profissionais da educação física, juntamente com os jornalistas esportivos, procuraram defender no Canadá uma “feminização” no esporte, temendo que as mulheres atletas estivessem se tornando “masculinizadas”.

Depois da Segunda Guerra Mundial, como já visto, a mídia passa a representar a mulher como a rainha do lar: às mulheres agora cabia a vida doméstica e a feminilidade, inclusive no esporte.

Beauty-producing sports which featured grace and “femininity,” like gymnastics, figure skating and synchronized swimming, as well as individual sports like skiing, tennis, badminton and golf, which was perceived as less “sweaty,” became the ideal for women's participation in sport. (*Women's History Month 2002 – An Historical Overview – Status of Women Canada*)

Se nos orientarmos pelos últimos trabalhos de Foucault (2001) sobre a subjetividade e problematizarmos o sujeito, podemos entender como a categoria “mulher” é sujeito e assujeitada aos regimes de verdade sobre a feminilidade, que a insere em discursos e em instituições nos quais o poder é exercido através da linguagem, como na mídia, por exemplo.

2.2 Infantilização: A Mulher Negra Atleta

Pudemos constatar pelo artigo anterior a imagem da mulher-atleta atrelada a de uma beleza hipersexualizada. O texto e a imagem fotográfica revelou a atleta fora do contexto do

esporte, o que nos parece ser fato comum na representação das atletas pela mídia. A nossa pesquisa também mostra que a mídia representa as mulheres, de maneira geral, como mães e esposas, o que funciona para silenciar ou marginalizar certas identidades femininas, como a das lésbicas.

Juntamente com a natação e o golfe, como já visto, o tênis é um esporte considerado “feminino”. Vejamos como acontece a representação da mulher-atleta pertencente à minoria visível, isto é, uma atleta negra (vide anexo 07).

A fotografia apresentada mostra a atleta em campo, praticando o esporte. A matéria foi publicada na seção de esportes e não na que se refere a estilos de vida, comum na representação da mulher profissional ou atleta. Serena Williams, uma atleta negra, transmite uma imagem feminina ligada à força e à vitória. É a imagem de uma mulher poderosa e, portanto, uma imagem positiva.

No entanto, a legenda já nos deixa saber que Serena *was a straight set loser*. O substantivo *loser*, em inglês, se refere a alguém ou alguma coisa que perde, além de, no jargão do tênis, nomear a jogada que não ganha pontos.⁹ Assim, como será interpretada a frase *Serena was a straight set loser...* Williams é uma “perdedora” ou a frase se refere à jogada perdida por ela?

Artigo 5: publicado no jornal *National Post*, em 7 de setembro de 2000, na seção “Sports”.

Excerto 1:

ALL-WILLIAMS FINAL DENIED BY DAVENPORT – Defending Champion Out

*Serena Williams **fractured her racket on the court as her game fell apart**, and Lindsay Davenport emerged from the shadows as a forgotten former champion to a berth in the U. S. Open semi-final. / Williams, the defending champion who **was so eager to meet her sister, Venus, in the final, succumbed to her own impatience...** / The 1998 champion never fell for all the hype over a Williams sisters final, never worried about her record against Serena – five straight losses over three years. / “That’s the best she ever played against me,” Williams said. “She should take that attitude toward everyone.”.../... Davenport knew she could beat Williams **if she could hold serve**, keep the pressure on her and pin her to the baseline /...and Williams **finally cracked...slapping forehands long** on the final two shots of her service game **and screaming in frustration as she was broken**. / Williams **rapped her racket on the court, but not nearly as hard as she did in the***

⁹ *The New Lexicon - Webster’s Encyclopedic Dictionary of the English Language Canadian Edition – 1988.*

*next game when she netted a backhand for a second set point. **The racket frame broke this time**, leading to an automatic code violation for racket abuse, and for all practical purposes her game was undone, too. /...and take 4-0 lead in the second set **as Williams lost control of her shots**. It wasn't a case of Williams simply missing close shots. **She was too excited, too caught up in trying to blow Davenport away with power, and she never found a backup plan.***

Ao observarmos as asserções *fractured her racket on the court as her game fell apart / was so eager to meet her sister, ... succumbed to her own impatience / finally cracked / slapping forehands long and screaming in frustration as she was broken rapped her racket on the court / as Williams lost control of her shots* /, não podemos deixar de fazer uma analogia sobre o olhar que o “branco” colonizador tem do “negro” colonizado.

De acordo com Spurr (1993:105), Georges Hardy, ideólogo do colonialismo francês, reconhece seis características da mente africana: a falta de memória; a falta de senso de justiça, a incapacidade de julgamento e de abstração, a incapacidade de esforço prolongado, o respeito somente pela força e o instinto comunitário. Spurr define as cinco primeiras características do africano, apontadas por Hardy, como “falta” ou “limitação”; a sexta característica implica a negação da consciência subjetiva do africano, o qual não conseguindo operar no nível individual, necessitaria do apoio e da autoridade do grupo social.

Lyde, outro autor citado por Spurr (*op. cit.*:162), tem a seguinte explicação para a “inferioridade” negra: as condições climáticas dos trópicos. De acordo com Lyde, essas condições produzem elementos minerais e ossificadores que petrificam a estrutura cranial, impedindo o crescimento cerebral, interrompido depois de alcançado determinado limite. Com isso, o desenvolvimento intelectual é prejudicado e os negros - aqueles que vivem nos trópicos - não atingem o estágio adulto da consciência da dignidade e do auto-respeito.

Portanto, os negros seriam mentalmente comparáveis às crianças. Quando voltamos ao excerto, podemos notar que as características atribuídas à jogadora de tênis são “infantis”: a teimosia, a indisciplina, a violência e a rebeldia. Tais atributos são vistos como parte de uma essência, como naturais na minoria negra. Podemos nos remeter ainda a Spurr (*op.cit.*:167) quando diz que:

...primitive peoples reside with nature at one end of a historical continuum that measures the difference between nature and culture, instinct and reason, savagery and civilization. The evident lack of history attributed to primitive or non-Western peoples confirms, within this discourse, the truth of history as the process by which human society becomes rational and productive.

Relembramos que, durante a expansão colonial, o Ocidente construiu outras culturas como a do outro, que é diferente da norma, que não é a norma. Essas culturas não foram representadas só como diferentes, mas também como negativamente diferentes (Said, 1978). Então, temos os “outros”, descritos pelos europeus do século XIX - aqueles europeus que tiveram contato com outras culturas através da expansão imperialista - como bárbaros, selvagens, não-civilizados e preguiçosos, em oposição aos civilizados e racionais ocidentais.

Em *She was too excited, too caught up in trying to blow Davenport away with power, and she never found a backup plan*, notamos a construção do binarismo emoção/razão onde normalmente a emoção é relacionada com o feminino e a razão, ao masculino. Essa oposição binária reforça a idéia da falta de civilidade e de racionalidade do sujeito-atleta, incapaz de traçar uma estratégia para ganhar a competição. Em outras palavras, a atleta não teria inteligência suficiente para ganhar o jogo.

No texto jornalístico a mulher está representada de acordo com o estereótipo do negro violento e irracional, o que é reforçado pela voz do sujeito da enunciação. Como já visto, o estereótipo é a fetichização da ausência. A ansiedade gerada pela ausência de certa característica leva à necessidade de criar o estereótipo. Trata-se de uma tentativa desesperada de esquecer a ausência. Os estereótipos precisam reforçar, por exemplo, que o português é burro, o negro é inferior e a mulher não é agressiva. A necessidade de enfatizar o estereótipo torna positivo algo que está ausente. O fetichismo, como veremos mais detalhadamente, é o jogo onde se pressupõe a percepção anterior da falta e a necessidade de supri-la. É preciso criar o estereótipo como uma compensação do que está faltando.

A idéia da mulher submissa, por exemplo, é um estereótipo criado para deixar claro que ela não deve ter o poder masculino, visto que se o tivesse, seria uma ameaça. Desse modo, o estereótipo da mulher submissa é constantemente (re)criado. Assim, fetiche não é só a marca da ausência, mas é uma lembrança constante de que a ausência é apenas fictícia. Como demonstrado por Hall (1997:267):

Fetishism, as we have said, involves **disavowal**. Disavowal is the strategy by means of which a powerful fascination or desire is both *indulged* and at the same time *denied*. It is where what has been tabooed nevertheless manages to find a displaced form of representation. As Homi Bhabha observes, 'It is a non-repressive form of knowledge that allows for the possibility of simultaneously embracing two contradictory beliefs, one official and one secret, one archaic and one progressive, one that allows the myth of origins, the other that articulates difference and division' (1986a, p. 168).

O fetichismo, então, para Hall, é a estratégia para representar e para não-representar o objeto de prazer e o desejo que é tabu, perigoso ou proibido. Ao lançarmos outro olhar sobre a fotografia de Williams, após a interpretação do texto jornalístico, uma imagem de força destrutiva, e portanto perigosa, se (re)apresenta. Agora, a imagem fixada na fotografia é a de uma criança teimosa e briguenta, em vez da imagem feminina “forte” do primeiro momento.

De acordo com Miller and Prince,¹⁰ somente doze fotografias de profissionais pertencentes à categoria “minorias” foram publicadas em seis dos maiores jornais canadenses de língua inglesa no período de uma semana e 27 na seção de “estilo de vida”. Os autores afirmam que este fato prova que as minorias não representam as suas comunidades. Em contraposição, as fotos de atletas da “minorias visível” foram contabilizadas em 149, dentro do mesmo período de tempo.

Os autores ainda ponderam que, apesar de ser positiva a representação da minorias visível em fotografias, esta tem duas vezes mais chances de ter a sua imagem publicada nos periódicos por causa de conquistas realizadas ou por notoriedade e não por participar da vida social e política cotidiana.

2.2.1 A Executiva *Girlish*

Apesar de as fotografias retratarem as minorias de uma maneira considerada favorável, positiva, muito provavelmente um membro das minorias terá a sua fotografia publicada nos jornais por alguma realização ou empreendimento alcançado, ou por ser uma figura de destaque,

¹⁰ MILLER, John e PRINCE, Kimberly. *The Imperfect Mirror – Analysis of Minority Pictures and News in Six Canadian Newspapers* – <http://www.meda-awareness.ca/eng/issues> – acesso em 2/12/2002.

como um(a) atleta, por exemplo, mas não por participar da vida política, econômica e social cotidiana, de acordo com os estudos realizados sobre as minorias em jornais canadenses.

De acordo com Fowler (1991), o recurso da personificação é muito utilizado na narrativa jornalística, uma vez que proporciona um processo emotivo de identificação entre a capacidade de comunicar a experiência da injustiça e a sua reparação e as experiências diárias vividas pelo público.

Lembramos Carmagnani (1996), quando diz que os *fatos serão melhor compreendidos, se forem atribuídos a uma pessoa, ao invés de instituições ou outro tipo de sistema*. Podemos perceber que o leitor é induzido a não suspeitar das representações apresentadas e a “congelar” as imagens estereotipadas.

Passamos a analisar a representação da mulher-profissional pertencente a uma subcategoria dentro da categoria de “minorias visíveis” canadense, isto é, como é construída a identidade feminina da mulher imigrante.

Artigo 6: publicado no *National Post* em 15 de fevereiro de 2000, na seção “Life”. (vide anexo 08).

Excerto 1:

HEY, THERE, COSMO GIRL – The girl who didn’t get invited to the prom grows up to become editor-in-chief of the new teen bible (by Andrew Goldman)

From behind her desk, Atoosa Rubenstein took a deep breath and knitted her brow, a signal that the 28-year-old-editor-in-chief of ‘Cosmogirl’ magazine was going to get serious and talk about that night a decade ago. Now Rubenstein is the boss of 27 young women, most of them under 30, and one young man. (“Our Cosmo guy,” she said). / “I was the girl who as a senior in high school cried when Liz Tilberis’ Harper’s Bazaar came out with Linda Evangelista on the cover,” Rubenstein said, throwing her arm in the air to mimic the famous cover pose. “I cried. I cried. I cried because I thought it was so beautiful, and I thought it was so special.”

A manchete *Hey, There, Cosmo Girl* já nos leva a pensar no porquê do uso da palavra *girl* para definir uma mulher de 28 anos, executiva de sucesso no mundo editorial feminino. De

acordo com Hall (1997), a infantilização é uma estratégia representacional comum a homens e mulheres, como no exemplo do uso da palavra *boy* pelos homens brancos quando se referiam aos homens negros na época da escravidão. Entre outras estratégias, o senhor de escravos exercia a sua autoridade tratando os escravos como crianças, privando-os de responsabilidades e da autoridade familiar e paternal. Esta infantilização, segundo o autor, também servia para privar o homem negro de sua masculinidade; simbolicamente, era a maneira de o homem branco “castrar” o homem negro que, imaginariamente, era dotado de grande desejo e potência sexual.

Assim, por analogia, podemos dizer que, quando se define a mulher como *girl*, são conferidos a ela atributos não-condizentes com aqueles que definem uma profissional de sucesso, como maturidade, racionalidade e seriedade. A mulher fica, então, reduzida ou limitada a uma condição “tradicional” de feminilidade; a definição “garota” a separa do mundo adulto e por consequência, do sério e responsável mundo masculino. Para reforçar essa afirmação, atentamos para o fato de o artigo ter sido publicado na seção “Life” do jornal, não na seção de negócios, por exemplo.

A mulher-profissional é apresentada fora do contexto da esfera pública, do mundo dos negócios; o enfoque recai sobre o lado pessoal, isto é sobre a esfera privada, como mostram os inúmeros detalhes sobre a vida pessoal ou a menção a atividades que nada têm a ver com o mundo de negócios propriamente dito. Podemos verificar, assim, que parece ser importante aliar, às características de mulher profissional de sucesso, que atua na esfera pública, aquelas características femininas da esfera privada.

Percebemos, na fotografia publicada (vide anexo 08), que não há a imagem de uma profissional, ativa, no comando; ela parece estar ali, atraentemente exposta, “fazendo nada”.

Excerto 2:

Instead, she was an unpopular, gawky immigrant from Iran in the days when Americans were convinced that Iranians were the only thing that sucked more than disco. / Young Atoosa had a lisp, and had trouble in elementary school because of dyslexia. / But Madonna videos changed her life. “I remember, like, how empowering it was to hear Madonna say, ‘I want to rule the world,’ said Rubenstein. “When I would say, ‘I want to be famous,’ my mother would say, ‘Don’t say that. You’ll just be disappointed when it doesn’t happen.’

O locutor-jornalista define Atoosa utilizando-se dos adjetivos *unpopular* e *gawky* e a frase *had a lisp* (e) *dislexia*. O substantivo *gawk* significa uma “pessoa estúpida e estranha” de acordo com o *The New Lexicon Webster’s Encyclopedic Dictionary of the English Language – Canadian Edition* (1988) e a forma adjetivada *gawky immigrant* pode ser definida como uma imigrante estranha, sem refinamento ou elegância, sem tato. Além disso, podemos perceber que as palavras *lisp* e *dislexia* corroboram a representação da imagem negativa da imigrante médio-oriental.

Retomamos Said (1978), que analisou como a Europa dos séculos XVIII e XIX representou as várias culturas com as quais os europeus tiveram contato por meio das políticas de expansão imperiais. Os povos de outras culturas foram descritos como preguiçosos, incivilizados e bárbaros. Se o Outro é “inferior”, ao colonizador cabe “civilizar” e educar o selvagem, em uma missão “divina”, para que o bem-comum seja alcançado. Assim, o ocidente não produziu somente o Outro; ele também se construiu através da construção do Outro.

Em nosso caso, os vídeos da cantora Madonna cumpriram a função de ensinar à imigrante que ela poderia ter o poder, poderia ser uma mulher “poderosa” e famosa, mesmo contra a voz materna - que representa os valores de sua cultura de origem - dizendo não ser possível. A narrativa tenta “provar” que os valores ocidentais do “sucesso” individual, do *self-made* e do sonho americano são uma “realidade” possível até mesmo para o Outro.

Excerto 3:

Prom night – to which nobody at Valley Stream North High School in Long Island bothered to invite her. “You know, at the end of that day, it was fine,” she said, nodding her head in earnest. “It was fine.” Back then, Rubenstein was not the porcelain-skinned, 5-foot-11-inch woman with a wild mane of black hair falling over an Alessandro dell’Acqua sleeveless shell. But now, Rubenstein is indeed a prom queen of sort / at 26, the youngest editor-in-chief in Hearst memory / Powered by some ugly adolescent memories, Rubenstein / the unpopular and the flat-chested, someone they can look to as an example of one who emerged from the same crummy situation, and got beautiful. And rich. And married /

Analogicamente, o excerto nos leva a pensar em um conto de fadas, no qual a pobre menininha imigrante, cheia de problemas físicos e complexos, vinda com a família do Irã se transforma numa princesa, linda, rica e casada (provavelmente, com um homem lindo e

perfeito!). Apesar de ela, em um primeiro momento, ter sido rejeitada pela sociedade – rejeição que tinha a ver com o seu lugar de origem, o que pode ser percebido pela asserção *in the days when Americans were convinced that Iranians were the only thing that sucked more than disco* –, Atoosa se transformou, de fato, em uma verdadeira “rainha do baile”.

O uso da metáfora *prom queen* ou rainha do baile, na modalização - *Rubenstein is indeed a prom queen* -, nos dá a idéia de vitória, uma vez que o *prom* é um baile de estudantes colegiais ou universitários norte-americanos que elege tradicionalmente um “rei” e uma “rainha”. Normalmente os eleitos são os alunos mais “populares” da escola, não necessariamente pela inteligência - que essa sociedade classifica de *nerds* - mas pela beleza e aptidão física, quando não pela simpatia e habilidade de conquistar amigos. Portanto, ser eleita “rainha” significa ser “vitoriosa” e ser reconhecida como tal publicamente.

Excerto 4:

“Ayatolla Atoosa,” the kids called the girl from the strict Moslem home, who was forbidden to shave her legs (much less pluck her eyebrows) and who had to be in the house every night by 6 p.m.

Pelas frases *was forbidden to shave her legs (much less pluck her eyebrows) and who had to be in the house every night by 6 p.m.*, podemos verificar que o locutor-jornalista fala de uma determinada formação ideológica em que certas regras de comportamento para as mulheres - como não depilar as pernas, não tirar as sobrancelhas e “ter” que estar em casa antes das 18:00 horas - é visto com estranhamento. É interessante a forma apassivada *was forbidden* que denota a proibição categórica do ato de depilar as pernas. Por quem? Pela mãe, pelo pai, pela comunidade cultural? Pela religião? Pela tradição?

Em *strict Moslem home*, a escolha do adjetivo *strict* relaciona-se com as proibições impostas à Atoosa, isto é, as proibições tinham origens nos padrões rígidos de comportamento muçulmano, o que nos remete à idéia de um “fundamentalismo” religioso.

No entanto, *strict* não é sinônimo de “fundamentalismo”, como nos esclarece o dicionário *Webster’s New Dictionary & Thesaurus* (1995). As palavras sinônimas são: *absolute, accurate, austere, authoritarian, close, complete, exact, faithful, firm, harsh, meticulous, no-nonsense,*

particular, perfect, precise, religious, restricted, rigid, rigorous, scrupulous, severe, stern, stringent, thoroughgoing, total, true, unsparing, utter, Victorian. E os antônimos: *easy-going, flexible e mild.*

Comparativamente, percebemos que, os valores religiosos do cristianismo, com suas normas rígidas de moral e conduta, norteiam a vida familiar ocidental e são, geralmente, respeitadas e celebradas; portanto, podemos dizer que o fundamentalismo ocidental é representado positivamente. Porém, a rigidez moral ou religiosa muçulmanas ou mesmo a cultura do Oriente Médio, são implicitamente relacionadas com repressão, opressão e coerção e, portanto, vistas e representadas negativamente.

Assim, o enunciado narrativo leva o leitor a concluir que, por razões culturais ou religiosas, todas as mulheres iranianas são proibidas de algumas práticas, - entre elas, a depilação - as quais, pelos padrões ocidentais, são consideradas normais. No entanto, atentemos para o que nos diz a Enciclopédia Internacional de Sexualidade: Irã: ¹¹

Prior to puberty...their mothers take them to the public baths with them on "women's day." The public baths consist of waist-deep bathing pools for communal bathing and private shower rooms for families. No one bathes completely alone. Women of all ages are unclad. Most use loose drawers in the public areas, but are otherwise nude. Within the privacy of the shower rooms, little boys therefore observe their grandmothers, mothers, aunts, sisters, and female cousins taking showers and being depilated of all body hair. Female bath attendants, who assist in applying the leafah and pumice stone, also assist in the removing of facial and leg hair with a kind of scissor made of twisted threads, and in the shaving of pubic regions and armpits...They themselves are devoid of all body hair.

Pelo que podemos depreender, a depilação faz parte da tradição cultural iraniana que permanece mesmo em tempos de rigidez religiosa. É interessante constatar também que, de acordo com alguns teóricos do feminismo, a depilação é vista como uma prática opressiva, pois impõe à mulher uma prática estética anti-natural (visto que o natural é nascer com pêlos).

Vejamos agora como a mulher está descrita profissionalmente no seu ambiente de trabalho.

Excerto 5:

¹¹ DREW, Paula - *The Encyclopedia International of Sexuality: Iran* – www2.hu-berlin.de/sexology/IES/iran.html – acesso em 06/08/2005.

And she kept reading teen magazines. “I was sitting in my political science class and I would be nodding my head as if I was understanding, but I would be reading Sassy magazine under the table,” she said / In the girlie environs of her office...a scented candle burning on the windowsill, it was clear that Rubenstein takes her job seriously / One person who works in the office described the work environment as a “little like sorority. Everybody’s jumping around telling each other how cute they are.” Rubenstein advises her employees that if they are having difficulty getting into the heads of teenagers, they should eat a hot dog.../

Para o enunciador, está muito claro que ela é uma profissional séria, só não sabemos se o leitor terá essa mesma impressão, ao conhecer sua formação cultural - *political science class and I would be nodding my head as if I was understanding / I would be reading Sassy magazine* - e a descrição do ambiente de trabalho de Atoosa, que é *girlie*, isto é, um ambiente femininamente juvenil, com velas acesas, gritos, os colegas de trabalho *pulando e dizendo uns aos outros que eles são umas gracinhas*, como nos mostra o excerto 5.

Rubenstein, no comando da equipe de 28 funcionários, dá a estes a seguinte orientação quando tiverem dificuldades para entender a mentalidade dos adolescentes: é só comer um cachorro-quente (!).

Constatamos o que Maingueneau (2002) afirma quando diz que a imprensa popular se utiliza do discurso direto quando quer privilegiar a narração, de maneira a possibilitar a um público leitor popular, menos instruído, uma relação mais direta com a experiência vivida pelo enunciador. Ao utilizar as mesmas palavras do enunciador, o narrador inclui o leitor na situação. As histórias de mulheres ou de minorias de “sucesso” tornam-se um exemplo de conduta a ser seguido, uma receita de felicidade com a qual o leitor pode facilmente se identificar.

O binarismo sucesso profissional/feminilidade parece ostentar perfeita harmonia e ausência de contradições, enquadrando-se perfeitamente na narrativa da super-mulher, que é mãe, esposa, bem-sucedida profissionalmente, bonita e eternamente jovem. As mulheres, portanto, são bem-vindas ao mundo profissional masculino desde que não percam as suas próprias características femininas.

Relembramos que as biografias pessoais têm a capacidade de comunicar as experiências vivenciadas pelo enunciador a partir de pontos de contato com as experiências vividas pelo público em geral. Não podemos nos esquecer que o Canadá é um país de imigrantes: histórias de

imigrantes bem sucedidos reforçam certas imagens com as quais o leitor pode se relacionar facilmente.

Excerto 6:

*Cosmogirl is that big sister. It's that voice of support that says, 'Gosh, I know you're confused, but here's the advice we can give you. **It's OK that she has big boobs and you don't. It'll all work out.***

Utilizando os instrumentos de análise foucaultianos ¹² podemos dizer que a feminilidade é um discurso de identidade fundamental para a construção do sujeito “mulher”, que limitou a própria experiência de ser mulher. Essa construção foi possível pelos vários discursos e práticas discursivas que tinham por alvo o corpo das mulheres e a sua sexualidade.

Podemos depreender que o conceito de feminilidade e a sua perpetuação têm a ver com uma das práticas disciplinares sugeridas por Foucault (2000a); as práticas panópticas de sujeição. O panoptismo é um método de observação hierárquica (*op.cit.*:148) onde o indivíduo “é visto, mas não vê; (é) objeto de uma informação, mas nunca sujeito numa comunicação”. Tal vigilância gera um estado “consciente e permanente de visibilidade” que garante o “funcionamento automático do poder” (*op. cit.*:166). Um dos efeitos desse método é a produção da auto-disciplina, uma vez interiorizado o olhar que vigia permanentemente, que normaliza e define o sujeito moderno. Foucault nos diz que:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição (2000a:168).

Considerando o papel normalizador da nossa sociedade, podemos também afirmar que as mulheres estão sujeitas às práticas panópticas do nosso cotidiano, uma vez que aprendem a se perceber através do olhar que inspeciona continuamente, o olhar masculino, sob e através do qual a mulher se torna e permanece mulher (Beauvoir, 1949).

¹² FOUCAULT, Michel. *What is Enlightenment?* – <http://www.knuten.liu.se/rbjoch509/works/foucault/enlight.txt>. – acesso em 26/03/2002.

Ao leitor, é perpetuado o estereótipo da competitividade feminina estar limitada à disputa pela beleza, e que ela é o aspecto mais importante da experiência feminina como está implícito no enunciado *It's OK that she has big boobs and you don't. It'll all work out*. Traduzindo: mesmo que a “outra” tenha os seios maiores do que os seus; “ainda” assim há chances para o seu sucesso pessoal e profissional. Relembramos que “seios grandes” é atributo de beleza feminina na sociedade americana.

Passaremos a analisar como a sexualidade feminina ou as suas qualidades biológicas são equacionadas com objetos, o que estimula a noção de que as mulheres podem ser desejadas, “adquiridas”, possuídas e, como consequência, descartadas.

2.3 Objetificação

Artigo 7: publicado no jornal *National Post*, em 15 de fevereiro de 2000, na seção “Arts” – “CD reviews”. (Vide anexo 09).

Excerto 1:

*Shelby Lynne mixes soul, jazz and just a touch of country in an album that **seduces with repeated listenings**.*

HEAR HER ROAR – pop – Shelby Lynne - *I am Shelby Lynne* (Island Def Jam)

*From the title on down, this disc announces **not only that Shelby Lynne exists but that she wants you to listen**. Lynne is a true original, synthesizing various, mostly southern musical strains into a style that is one-of-a kind as a person's DNA. **Scattered about this engaging, enigmatic disc** is a bit of Dusty in Memphis, a touch of Bobbie Gentry's swamp-country persona, a hit of Prince's **instinct for making voices and rhythms sound positively libidinous**, and a whole lot of Shelby Lynne.../ What you will find is **a genuine evocation of country, which is to say, the rural landscape and the associations it triggers**. Where I'm From is Lynne's fond, vernacular-filled tribute to her home state of Alabama, and the title much of 'I Am' it moves on a lazy river of sound, seducing you after repeated listening rather than bowling you over from the outset...Parke Puterbaugh, Rolling Stones*

De acordo com o *Webster's New Dictionary & Thesaurus*, a palavra *roar* do título **HEAR HER ROAR** significa *a loud deep hoarse sound as of a lion, thunder, voice in anger, etc*. Em

português, rugido, bramido, urro. Metaforicamente, o locutor-jornalista nos incita a escutar o “rugido da leoa”, a escutar a mulher “feminina”.

Mills (1995), seguindo os trabalhos de Lakoff e Johnson, considera a metáfora como elemento fundamental da estruturação dos pensamentos e das palavras. São os tijolos do pensamento no nível do uso e da aquisição de linguagem. Mills (*op.cit.*) também ratifica o trabalho de Roger Tourangreau, segundo o qual as metáforas funcionam de modo conservador ao reforçar um tipo estereotipado de conhecimento, isto é, as metáforas levam a pensar certas situações de uma maneira estereotipada, por exemplo, quando dizemos que a mulher é “galinha”. Essa metáfora tem a ver com a sexualidade feminina, referindo-se à mulher que é promíscua. A mulher é uma “galinha” por causa de um sistema metafórico de sentido pré-existente.

Percebemos ser comum a utilização de metáforas relacionadas a animais quando se descreve a sexualidade feminina ou masculina no português do Brasil: os homens são “galinhões”, “gaviões”, “garanhões”, “galos”, e as mulheres são “vacas”, “galinhas”, “peruas”. Assim, ao dizermos que um homem é “gavião”, damos a entender que ele é promíscuo, que “caça” as suas vítimas. A expressão “mulher-galinha” também tem a conotação de promiscuidade, mas sem a agência, isto é, a mulher não caça; ela está lá para ser utilizada sexualmente, assim como acontece dentro de um galinheiro.

De acordo com Mills (1995:162), quando a *personagem* (grifo nosso) feminina é descrita, há uma preocupação em estabelecer o seu grau de atração sexual e disponibilidade e há também uma grande concentração nas supostas características sexuais. Ela afirma que:

Characters are made of words; they are not simulacra of humans – they are simply words which the reader has learned how to construct into a set of ideological messages drawing on her knowledge of the way texts have been written and continue to be written, and the views which are circulating within society about how men and women are. (1995:160)

O verbo *seduzir*, tradicionalmente usado para descrever uma atividade masculina, aqui é usado para caracterizar a mulher como sedutora e, portanto, a agente da ação. Tem-se a impressão de que o homem é vítima da sedução feminina, tornando-se ele o objeto, mero recipiente da ação feminina. Há uma inversão dos papéis tradicionais destinados aos gêneros, de acordo com os quais ao homem cabe a sedução.

Nessa inversão dos papéis tradicionais, a sexualidade masculina torna-se subordinada ao prazer feminino. Contudo, seguindo as análises realizadas por Hall (1997:272), um estereótipo não é subvertido nem derrubado por ter sido revertido. No exemplo em questão, não se escapa à estrutura binária de masculino/feminino, apenas saímos do estereótipo de que as mulheres são a caça, as vítimas, para cair no estereótipo de que são caçadoras, predadoras – *the femme fatale*.

A fotografia de Shelby nos traz a imagem de uma mulher hiperfeminilizada, associada à idéia de “leoa”, como já visto. Podemos dizer que as mulheres são colocadas na posição de objeto de consumo, no caso, objeto para ser ouvido, uma vez que a agência da “personagem” feminina acontece em relação ao narrador. Constatamos a ligação entre a sexualidade feminina e a venda do produto, no caso, os CD’s. Em outras palavras, perpetua-se a noção de que a mulher é objeto sexual e de que a sexualidade feminina está subordinada ao prazer masculino.

Podemos inferir pelas frases *hear her roar / enigmatic disc/ instinct for making voices and rhythms sound positively libidinous / the rural landscape and the associations it triggers / moves on a lazy river of sound, seducing you after repeated listening*, que o interlocutor deve encontrar no texto escrito a mesma sexualidade encontrada pelo enunciador ao escutar a música de Shelby. Na descrição do CD, podemos notar que as palavras escolhidas têm conotação “sexual”, pois estão implicitamente se referindo a sexo e convidam o leitor a participar dessa sexualidade, disponível para ele, caso adquira o produto. Como já mencionado, a mulher é vista como objeto de consumo masculino. Ela é descrita em relação aos desejos sexuais masculinos o que contradiz a “mulher fatal”, a “leoa” que supostamente seduz a sua “caça” e, portanto, age. Se o sujeito-mulher “aparece” condicionada aos anseios sexuais masculinos, ela é a mulher-objeto, *the sex kitten*.¹³

A metáfora da expressão *roar* também nos remete para a imagem de um animal silvestre que vive uma vida selvagem e, portanto, pratica sexo selvagemmente. Aí, deparamos com um outro aspecto dos estereótipos - o fetichismo - que na visão de Hall (1997) está baseado na fantasia e na projeção, o que acarreta os efeitos da divisão e da ambivalência. Hall (*op.cit.*) nos diz que:

Fetishism takes us into the realm where fantasy intervenes in representation; to the level where what is shown or seen, in representation, can only be understood in

¹³ De acordo com o *The New Lexicon Webster's Encyclopedic Dictionary of the English Language* – Canadian Edition, Lexicon Publications, Inc. New York – 1988, *kitten* significa um gato novo, especialmente, um gato domesticado.

relation to what cannot be seen, what cannot be shown. *Fetishism* involves the substitution of an 'object' for some dangerous and powerful but forbidden force (...) The phallus cannot be represented because it is forbidden, taboo. The sexual energy, desire and danger, all of which are emotions powerfully associated with the phallus, are transferred to another part of the body or another object, which substitutes for it. (op.cit.:266)

O autor afirma que o fetichismo é uma estratégia que nos permite representar - ou não - o tabu, o perigoso ou o objeto proibido do prazer e do desejo. Freud, citado por Hall (1997:267), diz que:

...the fetish is the substitute for the woman's (the mother's) penis that the little boy once believed in and – for reasons familiar to us – does not want to give up...It is not true that the (male) child...has preserved unaltered his belief that women have a phallus. He has retained the belief, but he has also given up...Yes, in his mind the woman has got a penis, in spite of everything; but the penis is no longer the same as it was before. Something else has taken its place, has been appointed its substitute...

O fetichismo não é, portanto, somente a indicação de uma ausência, mas é lembrança constante de que a ausência é apenas fictícia. Lembramos que, para Irigaray (1985a:84), a feminilidade é um papel, uma imagem e valor imposto às mulheres pelo sistema masculino de representação.

Relembrando, de acordo com a autora, a mulher fica fora do sistema, sujeita às normas masculinas; ela não tem acesso à linguagem a não ser através do sistema “masculino” de representação, o que a aliena do relacionamento com outras mulheres e com ela mesma. A mulher, portanto, é objeto utilitário, com valor de troca. As propriedades do corpo feminino têm que ser suprimidas ou subordinadas para que se realize a transformação do corpo em objeto de circulação entre homens (Irigaray, 1985:187).

Na opinião de Irigaray, isso acontece por razões históricas: os sistemas de propriedade, filosóficos e religiosos, além das teorias e práticas da psicanálise, descrevem e definem o destino da sexualidade feminina. Ela diz que:

If Freudian theory indeed contributes what is needed to upset the philosophical order of discourse, the theory remains paradoxically subject to that discourse where the definition of sexual difference is concerned. ...psychoanalysis itself has

committed its theory and practice to a misunderstanding of the difference between the sexes (1985:72:160)

A crítica se dirige, então, ao fato de Freud interpretar o fetichismo como uma experiência masculina.

O termo fetiche está também associado a Karl Marx e sua análise das *commodities* ou mercadorias. Marx, isentando o termo do caráter psicosssexual que lhe foi imposto, considerou fetiche uma boa metáfora para certos tipos de pensamentos mágicos das sociedades primitivas e modernas. Ele ponderou que o mais poderoso e persuasivo tipo de fetichismo nada tinha a ver com os desejos sexuais por objetos estranhos, mas sim com o desejo pelos objetos da vida ordinária e cotidiana, ou seja, as mercadorias. Então, o fetichismo, para ele, é um traço recorrente das relações sociais capitalistas, aparentemente normais e “naturais”, socialmente construídas. Na visão de Marx, a cultura ocidental é fetichista porque confunde coisas fixas e estáveis com relações sociais. Derrida (1994) ¹⁴ lembra o que Marx afirma em *O Capital*:

Commodities cannot themselves go to market and perform exchanges in their own right...(T)heir guardians must place themselves in relation to one another as persons whose will (Willen) resides (haust) in those objects, and must behave in such a way that each does not appropriate the commodity of the other, and alienate his own, except through an act to which both parties consent. (op.cit.:178)

O autor afirma que as *commodities* não podem levar a si mesmas para o mercado e, portanto, seus “guardiões” ou “possuidores” fingem morar nelas, fazendo com que características ou propriedades humanas passem a “habitar” a mercadoria. Então, podemos dizer que, segundo o marxismo, os homens, nas sociedades capitalistas, atribuem às mercadorias características humanas. Assim,

The difference between *inhabit* and *haunt* becomes here more ungraspable than ever. Persons are personified by letting themselves be haunted by the very effect of objective haunting, so to speak, that they produce by inhabiting the thing. Persons (guardians or possessors of the thing) are haunted in return, and constitutively, by the haunting they produce in the thing by lodging there their speech and their will like inhabitants. (Derrida, 1994:09)

¹⁴ DERRIDA, Jacques (1994). From Spectres of Marx – *What's Ideology?* – <http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/derrida2.htm> - acessado em 22/03/2002.

A descrição deste processo fantasmagórico, onde as pessoas se cobrem com os objetos das relações capitalistas, irá constituir a premissa do discurso do fetichismo na analogia com o “mundo religioso” (Derrida *op.cit.*).

Irigaray (1985a) interpreta o *status* da mulher tomando o conceito marxista dos *commodities* como forma elementar da riqueza capitalista. Na visão da autora, enquanto mercadorias, as mulheres são ao mesmo tempo objetos utilitários e com valor de troca. Parafraseando a autora, a mulher serve como um reflexo, uma imagem para e do homem, faltando-lhe qualidades inerentes a si mesma. Como já visto, para a filósofa, o valor da mulher ou do feminino é dado pelo masculino. Ela nos diz que:

- just as commodities cannot make exchanges among themselves without the intervention of a subject that measures them against a standard, so it is with women. Distinguished, divided, separated, classified as like and unlike, according to whether they have been judged exchangeable. In themselves, among themselves, they are amorphous and confused: natural body, maternal body, doubtless useful to the consumer, but without any possible identity or communicable value;... (Irigaray, 1985a:187)

Na estratégia discursiva baseada na articulação de conceitos, como selvagem e sedução, que constróem uma identidade feminina de “sedutora”, “selvagem”, sexual, enfim, constatamos que, além de outras identidades femininas serem marginalizadas ou excluídas, o estereótipo da mulher-objeto - *sex kitten* - é reforçado, uma vez que a imagem de feminilidade do sujeito-mulher está associada à venda de um produto e à satisfação dos anseios masculinos.

3. VITIMIZAÇÃO: *Battered Woman* - A síndrome da mulher espancada

Passamos a analisar agora a vitimização e como a imprensa, ao representar a mulher como recipiente natural da violência masculina, construiu a identidade da mulher-vítima, o que gerou deslocamentos nos discursos, como aqueles que se relacionam com as mudanças das leis criminais canadenses.

Partindo desse ponto, tomaremos “vítima” como sujeito do discurso feminista de violência contra as mulheres. Verificaremos como esse discurso se apresenta como representativo

da categoria “mulher” e como (re)define o poder das vítimas utilizando a mídia e o sistema jurídico, o que afeta o próprio discurso criminológico.

Vários textos jornalísticos canadenses da década de 1990 exploram, por meio das biografias pessoais, o tema da violência contra as mulheres, refletido em abuso sexual, abuso psicológico, crimes sexuais, estupro, relacionamentos abusivos e, dessa maneira, constroem a identidade do sujeito do discurso feminista como vítima natural, vulnerável, passiva e, portanto, subordinada ao poder masculino.

Relembramos que o movimento feminista trouxe a público, a partir da década de 1970, matérias relacionadas à vitimização das mulheres na esfera privada, como o estupro, a violência doméstica, etc., afetando dessa maneira o discurso criminológico que introduziu os tópicos da vitimização feminina, ou seja, o gênero e as suas relações passaram a integrar a criminologia. No Canadá, o reconhecimento formal dos direitos igualitários aconteceu em 1982, através da constituição canadense, nos parágrafos 15 e 28, que concedeu direitos iguais para mulheres e outros grupos historicamente desprivilegiados, o que levou à reforma do Código Penal.

Constatamos que a discussão sobre a violência contra as mulheres, em um primeiro momento, dentro dos movimentos feministas, se voltou para os crimes sexuais e para a violência doméstica. Infere-se que “violência” está associada à idéia de agressão física, especificamente. Consagra-se o “crer cultural” de que as mulheres, inferiores aos homens, estão sujeitas ao domínio e/ou à proteção masculina.

Violence is a general term to describe behaviour, usually deliberate, that causes or intends to cause physical injury to people, animals, or non-living objects. Violence is often associated with aggression. (*Wikipedia*)

De acordo com a enciclopédia *Wikipedia*,¹⁵ nos crimes de violência doméstica, o conceito abrange tanto a violência física, a mental ou a emocional, como a econômica ou o abuso social. Classifica-se, seguindo essa orientação, a violência física em *direta* - estupro, homicídio e contato físico indesejado - e *indireta*, por exemplo, a destruição de objetos ou o abuso de animais.

¹⁵ Wikipedia - <http://en.wikipedia.org/wiki/Violence> – acesso em 09/07/2004.

Ameaças verbais de violência física contra a vítima, contra si mesmo ou outros, aí incluídas as crianças, ameaças que podem ser implícitas ou explícitas; violência verbal, como insultos e humilhações verbais; e ameaças não verbais, como gestos e expressões faciais, fazem parte da violência mental ou emocional.

Na categoria de violência econômica ou abuso social, enquadram-se o controle sobre o dinheiro, ou outras fontes econômicas, e sobre o contato com amigos ou parentes. O isolamento e a “sabotagem” da vida social também podem constituir abuso social.

Dentro da concepção feminista, podemos dizer que crimes como o estupro ou a agressão física são violências diretas e que todo tipo de opressão ou restrição - na sociedade patriarcal - pode ser considerado violência indireta. Assim, em resposta à pergunta “O que é violência contra a mulher?”, podemos dizer que, segundo o *Media Watch*,¹⁶ espancamento, assassinato, estupro, prostituição, pornografia, linguagem grosseira, piadas sujas, ridicularização, banalização, negação de direitos, invisibilidade, racismo, sexismo e ageísmo¹⁷ são formas de violência contra a mulher.

Podemos observar por meio da análise dos textos jornalísticos sobre violência contra as mulheres que a ênfase está na violência doméstica, ou seja, a *violência direta*, aquela em que existe uma agressão física, como é o caso do estupro, espancamento ou homicídio. A ênfase dada pela mídia para os casos de violência direta torna invisível outras formas de violência.

The term “domestic violence” replaced “wife beating” or “wife battering” which came before. In its turn, is has begun to be replaced with more descriptive terms such as “relationship violence”, “domestic abuse”, and “violence against a spouse”. The term has been defined legally in some jurisdictions, which can add further confusion when members of the justice system interact with domestic violence advocates. (*Wikipedia*)

Assim, como já mencionado anteriormente, matérias sobre mulheres espancadas por seus maridos ou namorados, aparecem na primeira página ou compõem encartes especiais dos jornais,

¹⁶ Organização feminista sem fins lucrativos que estuda a representação feminina na mídia.

¹⁷ De acordo com o *The New Lexicon Webster’s Encyclopedic Dictionary of the English Language – Canadian Ed.* - o substantivo *ageism* significa “discriminação contra os mais velhos” e, de acordo com o *Oxford Advanced Learner’s Dictionary of Current English* – 6th ed. – 2000 significa “tratamento injusto dispensado às pessoas por serem consideradas velhas”.

enquanto a pornografia, a prostituição e o tráfico de mulheres, ou a pobreza extrema, por exemplo, que também são formas de violência, são silenciadas.

Vejamos como a imprensa retratou uma das criminosas mais “famosas” do Canadá, Karla Homolka. No final da década de 1980, uma série de estupros ocorreu na cidade de Toronto e a polícia torontoniana procurou por muitos anos o “estuprador de Scarborough”. O caso finalmente foi resolvido em 1993, depois que o estuprador, Paul Bernardo, se tornou ousado o suficiente para seqüestrar e assassinar as adolescentes Leslie Mahaffy e Kristen French, despejando os seus restos mortais no lago Gibson. É claro que a mídia escrutinou o caso e o que chamou a atenção, tanto da mídia quanto do leitor, foi o fato de a esposa do criminoso, Karla Homolka, tê-lo ajudado nos delitos. Além de ser fascinante a horrível narrativa criminosa, que se tornou conhecida internacionalmente, a “personagem” Karla era intrigante.

Artigo 09: publicado jornal *The Toronto Star* em 2 de setembro de 1995, no caderno “Insight”. (Vide anexo 10).

Excerto 1:

*Karla Homolka was a 17-year-old St. Catharines high school student. **Her main goal in life was to get married**, something she had talked about constantly when she was a child playing with her collection of Barbie and Ken dolls./ **Her dream was to have a pretty house with a white picket fence, and a house full of smiling babies.**/ She also loved mystery books, like the Hardy Boys and Nancy Drew. / **Although a bright student in school, she could be very naive** when it came to assessing people.*

No excerto, percebemos a descrição de Karla a partir do estereótipo da mulher-esposa-submissa, isto é, como uma menina romântica que sonha com o amor que conduz ao casamento e que a transforma, portanto, na esposa perfeita para o seu futuro marido. O texto jornalístico nos informa que ela só queria uma casa, com uma cerca branca, cheia de crianças.

A foto escolhida para a ilustrar o texto é a de um casal “normal”, canadense, aparentemente feliz e, podemos até arriscar a dizer, motivo de “inveja”; um casal jovem, bonito, obviamente pertencente ao *main stream* canadense. Em outras palavras, o texto trata de crimes considerados bárbaros cometidos pelo casal, mas a foto o contradiz porque nos leva a indagar: Como um casal como este pode ser o autor de tantas atrocidades? Bernardo é o típico *boy next door* e é só olhar para a imagem de Homolka para a associarmos com a de uma mocinha ingênua e sonhadora de que nos fala o excerto 1, e não como a imprensa canadense os denominou posteriormente: *The Ken and Barbie of Mayhem and Murder*.¹⁸

O operador argumentativo *although* que está colocado na sexta linha do excerto justifica o fato de Karla ter sido considerada uma pessoa inteligente (supostamente com 134 de QI) pelos psiquiatras e psicólogos que a analisaram, e se contrapõe ao *naive*: uma pessoa inteligente, porém, ingênua. Notamos que, no texto, o operador “apesar” atenua a inteligência de Karla, e que cria um paradoxo: Como uma pessoa inteligente pode ser ingênua? Então, podemos afirmar que não há simplesmente uma oposição de enunciados, mas uma oposição entre dois interlocutores (Maingueneau, 1997:166).

É interessante perceber que esse jogo argumentativo ajudou na construção de uma imagem positiva de Karla, para o público, uma vez que, dentro do estereótipo do “feminino”, ingenuidade não cria uma imagem negativa. Em contraposição, a identidade feminina de “inteligente” poderia ser associada a uma imagem negativa de mulher: a mulher que sabe o que quer, tem controle e, portanto, manipula, é maquiavélica e até demoníaca; em outras palavras, a inteligência do “mal”. A construção da imagem positiva da personagem Karla fez-se necessária para que o público não a repudiasse de imediato, pois a “delação premiada” - *plea bargain* -, celebrada com a promotoria canadense, tinha que ser justificada diante da opinião pública. O inimigo “número 1”, naquele momento, teria que ser necessariamente Paul Bernardo, o marido

¹⁸ Ken e Barbie (os bonecos) da mutilação e do homicídio.

estuprador, torturador e assassino. Um fato interessante é que a mídia, por força de impedimento legal, não pôde divulgar o acordo realizado até o julgamento de Bernardo.

Excerto 2:

*“Too trusting...no street smarts,” was how a relative put it. / There had been no shortage of boyfriends for the attractive blonde, **but** “all they want is sex,” **she once complained to a friend.** / **Ironically**, she ended up marrying a man whose sexual appetite rivalled that of a satyr. It was one of the many ironies in their six-year relationship./ For Homolka, it **was love at first sight** with the strapping six-footer who exuded the air of a winner, a man who was going places, **she would later say.***

Podemos verificar como o excerto acima corrobora o que foi dito anteriormente, principalmente pelas frases *too trusting / no street smarts*. O leitor é induzido a pensar que Karla era uma “menina”, uma mocinha ingênua, que acreditava em amor à primeira vista. Apesar de ter tido inúmeros namorados, ela esperava, aparentemente, o homem certo, moralmente correto, que não tivesse somente interesse sexual por ela. O uso dos verbos no passado nos sugere que os fatos narrados são “verdadeiros” e que, portanto, Karla não tinha interesse nos relacionamentos que tivera porque eram baseados em sexo, como nos demonstram as asserções *but “all they want is sex”* e *she would later say*.

De acordo com Carmagnani (1996), o discurso jornalístico se vale do discurso relatado - direto ou indireto - para isentar o jornalista da responsabilidade da formulação, o que o torna um simples “porta-voz”: quem fala é o outro e não o jornalista, o que reforça a ilusão de objetividade e de transparência desse discurso. Sobre o tema, Maingueneau (2002) nos diz que:

Mesmo quando o DD relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador. O DD caracteriza-se com efeito pelo fato de supostamente indicar as *próprias palavras* do enunciador citado:diz-se que ele **faz menção de tais palavras**. (op.cit.:141)

Contudo, podemos perceber como a “verdade” do locutor-jornalista não escapa à subjetividade, que pode ser constatada pela modalização que o advérbio *ironically* apresenta para marcar a voz do enunciador no discurso. Então, se Homolka não tinha interesse em relações

amorosas que tinham por base o sexo, como explicar o fato de ter se casado com um estuprador e ter se tornado cúmplice dele?

Excerto 3:

She got drawn in by his magnetism / It would be fair to say she didn't know what she was getting into / he endeavored to control all aspects of her life / he was molding her / Homolka was so blinded by her love for Bernardo. At his trial, Homolka testified she went along with all Bernardo's demands because she so desperately wanted to please him. / She was ready to try anything he wanted – be available for sex when he wanted, help him get young virgins, even help to cover up murder.

Pela análise do excerto, constatamos a construção da personagem Homolka como totalmente submissa e que, cega pelo amor, atendia a todos os desejos e comandos do marido. A asserção categórica *he endeavored to control all aspects of her life* congela os sentidos e demonstra que ela era dominada, controlada, “hipnotizada” pelo marido. A frase *he was molding her*, nos faz lembrar a figura mitológica grega do rei de Chipre, Pigmaleão, que esculpiu, em marfim, a mulher perfeita – Galatea. Ajudado por Vênus e pela sua própria fé, a estátua - fruto de seu sonho - se transformou em ser humano, na mulher perfeita, “de verdade”. O sonho se tornou realidade principalmente porque Pigmaleão acreditou ser possível que a estátua se transformasse na mulher ideal.

Então, é possível “tornar-se” ou “transformar-se” para que o sonho ou a expectativa do outro se realize. Assim, o efeito de Pigmaleão funciona para justificar o comportamento da mulher cega de amor, que quer satisfazer a todas as vontades do ser amado para que a profecia se realize. Assim como a figura mitológica, é sugerido ao leitor que Karla Homolka foi construída a partir do sonho do seu criador. O efeito de sentido gerado é o de que o *locus* de controle é externo à Homolka, isto é, ela não é responsável por suas ações. Isto faz soar os sentidos do discurso patriarcal das diferenças de gênero que entende a mulher como infantil e, portanto, irresponsável, ou menos culpada de crimes bárbaros, simplesmente pelo fato de pertencer ao sexo feminino.

Nas asserções acima, percebemos uma afirmação da submissão da esposa ao marido absoluta - da mulher ao homem - “até” mesmo para a realização de atos ilegais ou criminosos. Por meio dos verbos no presente, que produzem efeitos de verdade, a mulher é representada

como subordinada incondicionalmente ao comando masculino e reforça-se ao interlocutor a idéia de que está em posição inferior ao homem.

Excerto 4:

She was everything he wanted in a woman: good-looking, great body, naive, trusting, someone he could control, dominate, and use as a sexual playtoy – and later enlist as a partner in his crimes. She, meanwhile, was looking for a confident, self-assured male who had the ability to give her the up-scale lifestyle she had been yearning for all her life. It would be fair to say she didn't know what she was getting into.

Observamos como a identidade feminina de Karla é representada pelos termos *good-looking, great body, naive, trusting, someone he could control, dominate, and use as a sexual playtoy*. Parece-nos que houve o encontro de duas representações em dois imaginários: um masculino e outro feminino: Karla representa o ideal feminino no imaginário masculino, enquanto Paul representa o ideal masculino no imaginário feminino.

Podemos depreender pelo excerto que o locutor-jornalista “naturaliza” a idéia da ingenuidade de Karla através da asserção *she didn't know what she was getting into*. A modalização explícita do enunciador demonstra a sua opinião e apaga outros sentidos contrários.

Percebemos como a asserção *She was everything he wanted in a woman / a partner in his crimes* antecipa para o leitor a quem pertencia a liderança dos crimes cometidos. É sugerido ao interlocutor que os atos criminosos de Homolka podem ser justificados e desculpados ou de que a sua culpabilidade, mesmo reconhecida, seja considerada menos grave. A ênfase nesta representação faz parte da política da diferenças dos gêneros que constrói a identidade feminina como “ingênua”, passiva, não-agressiva e não-pertencente ao mundo fora da esfera privada ou da vida doméstica. Como ela poderia saber o que se passava fora de sua casa? Como poderia ser responsabilizada por atos praticados pelo marido?

Excerto 6:

Homolka, and crown prosecutors, would later say in court that she was a victim of battered wife syndrome, forced into rape and murder because of his constant physical and mental abuse... According to Homolka, he beat her, stabbed her,

made her eat his feces, pushed her down the stairs, threw knives at her, cursed her constantly, anally raped her when the mood hit him, all the while demanding that she tell him she still loved him.

Podemos afirmar que Karla é (re)apresentada como uma mulher vulnerável e passiva, dependente e controlada, recipiente da violência masculina e a ela subordinada. Portanto, podemos também dizer que ao leitor foi sugerido a imagem de uma Karla vítima, submetida e vulnerável ao poder do marido. Aqui, a voz do discurso feminista de violência contra as mulheres se faz audível e posiciona a mulher, contraditoriamente, como vítima natural do homem e, sendo assim, sujeito do discurso de proteção. Homolka alegava ser vítima da “síndrome da mulher espancada”, explicação para a sua cumplicidade nos crimes de estupro e assassinato e é interessante constatar que a promotoria concordava com essa teoria.

O jogo argumentativo que “criou” a imagem de Homolka como vítima, imagem reforçada em um primeiro momento pela mídia, serviu aos interesses da promotoria, tornando-se um instrumento fundamental para a condenação do estuprador e assassino Paul Bernardo. Durante o julgamento, ele tentou várias vezes provar - sem conseguir - que a participação de Karla teria sido por livre e espontânea vontade. Aliás, um tema levantado no julgamento de Paul Bernardo foi a questão da violência doméstica, do abuso, da síndrome do *battered woman* sofrida por ela. Ou seja, Homolka alegou que ela havia participado dos crimes de Bernardo porque era vítima da violência do marido, que também a violentava, espancava e torturava. Bernardo por sua vez, durante o julgamento, alegou que, de fato, ele havia violentado as duas adolescentes, porém, Homolka as teria matado.

Algumas provas, que apoiariam Paul Bernardo em suas alegações, só foram trazidas à público no seu julgamento, e não quando do acordo de Homolka com a promotoria, como por exemplo, as várias fitas de vídeo gravadas no período em que as meninas seqüestradas estavam em poder do casal e que mostravam uma Karla ativa e participante dos atos criminosos.

Constatamos, como já dito, que a representação da mulher-vítima faz parte do discurso feminista de violência contra a mulher que a constrói como vítima natural do homem. A representação da mulher-vítima foi recorrente na década de 1990 na imprensa canadense, como já discutido anteriormente.

Excerto 7:

*Experts hired by the crown – at an estimated cost of more than \$ 100,000 – painted Bernardo as the sicker of the two. Others pointed out that **the abuse could only go so far in explaining Homolka’s behavior. At some point, she had to take responsibility for her actions, they said.***

*Psychiatrists later theorized that **Homolka developed survival strategies to try and reduce her abuse.** While the experts had trouble analyzing Homolka, apparently they had no problem labelling Bernardo as someone with an anti-social personality disorder.*

Psychiatrists later theorized about the dynamics of the Bernardo/Homolka relationship at that point. The couple was in a tension-building phase where he was using minor verbal and physical abuse to get what he wanted, while she was trying to placate him to avoid further troubles.

*Through her, he found an outlet for his urges, **a person willing to gratify his kinky desires, they said. During sex, he made increased demands for fellatio, and anal sex. He wanted her to refer to him as “the King,” and “the Master.”***

Vejamos como a estratégia da utilização de especialistas funciona para reforçar o argumento de que Karla, ao atender aos pedidos de seu marido, se comportou da única maneira que uma pessoa vítima de abuso poderia se comportar. Podemos verificar como o jogo argumentativo nos sugere que o comportamento criminal de Homolka é justificado: ela procurava satisfazer a todos os desejos de seu “dono” na esperança de que os abusos contra ela fossem minimizados. Participar dos atos criminosos é visto como um ato de auto-defesa; em outras palavras, ser parceira nos crimes do marido foi a maneira que ela encontrou para sobreviver.

Percebemos, através da asserção *at some point, she had to take responsibility for her actions*, que há uma reprovação à conduta de Karla, como uma criança sendo “julgada” pelo pai que a irá repreender, mesmo que este queira perdoar o deslize na conduta dela. Assim, constatamos que Karla é posicionada mais uma vez infantilmente - mulher = criança - e, portanto, irresponsável.

Como podemos constatar pelo excerto, o sistema legal criminal confiou na psicologia, psiquiatria e na psicoterapia para traçar o perfil criminoso de Karla, que se submeteu a confissões, análises e “verificações”. De acordo com Foucault (2001), a sociedade ocidental criou

a *scientia sexualis*, que se originou no século XVII, baseada na confissão; a necessidade de se falar e de procurar a “verdade” sobre a sexualidade. O autor diz que:

...a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizada para produzir a verdade. (...) A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas (...) confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; (...) Confessa-se – ou se é forçado a confessar. (2001:59)

A confissão que acontece tanto nos consultórios de psicanálise quanto nos escritórios de advocacia parece-nos que foi fundamental para a construção da personagem legal de Karla como vítima. Pelo que podemos depreender do texto jornalístico, ela confessou para a polícia, promotores, advogados, psiquiatras, psicólogos e psicoterapeutas. Foucault (2001) vê a psicanálise - intérprete da sexualidade - como uma legitimização da confissão sexual que explica tudo em termos de uma sexualidade reprimida. O sistema legal e o próprio público tiveram a responsabilidade de decidir entre uma Karla Homolka mocinha, aterrorizada, forçada a cometer atos criminosos, e uma bandida, criminosa sem arrependimentos que ajudou espontaneamente o marido para satisfazer os seus próprios anseios sexuais.

Como uma mulher, “feminina”, bonita, que queria simplesmente se casar e ter filhos, vítima da brutalidade masculina, poderia ser a algoz da história? Podemos relacionar essa pergunta com a questão da posição de sujeito, da agência e da própria subjetividade das mulheres em confronto com a sociedade patriarcal.

Verificamos, na análise dos textos jornalísticos, que a mídia representa os gêneros de maneira diversa, polarizando-os. A representação de Karla girou em torno de vários estereótipos: o da mulher-infantil, romântica e ingênua que acredita em príncipe encantado; o da mulher-objeto sexual que existe basicamente para servir ao homem; e o da mulher-vítima e, portanto, passiva e vulnerável que não pode se proteger sozinha, recipiente natural da brutalidade masculina, sujeita a agressão física, molestação, estupro e homicídio. Constatamos que o gênero masculino foi descrito e definido como agressivo, violento e abusivo – psicopata, em uma definição médico-legal.

Na análise do interdiscurso, pudemos constatar a presença do discurso feminista de violência contra a mulher que atravessa o discurso jornalístico, o discurso científico e o discurso criminológico, gerando efeitos de sentido. A construção da identidade médico-legal mulher-vítima faz diminuir a gravidade do delito no direito penal, por exemplo. A representação da mulher acontece dentro do estereótipo da inferioridade feminina, tanto física como mental, excluindo outras identidades femininas. Percebemos que há uma negação da agressividade feminina, como se essa não existisse, como já tivemos a oportunidade de discutir anteriormente.

Verificamos como o discurso jornalístico, em um primeiro momento, contribuiu para a construção da imagem de mulher-vítima ao representar Karla dentro daqueles estereótipos femininos.

Assim, a mídia acabou contribuindo para que o acordo entre Karla e a promotoria não fosse tão criticado pela opinião pública na época, uma vez que a identidade da mulher estava representada pela violência sofrida, afirmando-se a posição-sujeito de vítima, e não de criminosa.¹⁹

Por que a personagem Karla é tão intrigante? Podemos especular que por ser branca, heterossexual, pertencente a classe média, jovem, loira, bonita e casada, em outras palavras, por pertencer ao que é considerado “normal” na sociedade canadense, o que não condiz com o “ser” criminosa, e portanto, “anormal”, o outro que não pertence à norma.

Outra questão que podemos levantar tem a ver com o “assumir” o estereótipo: ao reconhecer a “mulher” como vítima da violência masculina - vítima “natural” do homem - reconhece-se também que ela está subordinada a ele; então, a mulher-vítima não pode ser totalmente responsabilizada por suas ações uma vez que ser “vítima” funciona no sistema legal para justificar, no caso, os atos criminosos praticados.

Constatamos, assim, a construção de um discurso institucional por meio do uso das experiências vividas pelas mulheres - as histórias de violência contadas pelas vítimas - “personagens” indispensáveis na narrativa jornalística. As narrativas de vitimização, como

¹⁹ Atualmente, a imprensa canadense faz um *mea culpa* por ter sido, no mínimo, condescendente com aquela que hoje é considerada, também, de acordo com a mídia, como uma das mais “odiadas” criminosas do Canadá e, portanto, sem “moral” para desculpas e/ou justificativas.

percebido até aqui, enfocam as mulheres e transformam-se em “verdades”, exemplos da opressão feminina que espelham o discurso feminista de violência contra a mulher.

A mídia, narrando as inúmeras histórias de violência das mulheres, fixa as “verdades” sobre as vítimas, reconhecendo a mulher-vítima como vítima “natural” do homem. As vítimas “declaradas”, por sua vez, fornecem material para que outras se identifiquem, se reconheçam nos relatos, e venham a público.

Podemos constatar que as representações do sujeito-vítima do discurso de violência contra as mulheres no texto jornalístico, aparecem como:

- A mulher-vítima que necessita da proteção institucional e
- A mulher-vítima que fala a “verdade”.

De acordo com Hall (1997):

The conscious attitude amongst whites – that ‘Blacks are not proper men, they are just simple children’ – may be a ‘cover’, or a cover-up, for a deeper, more troubling fantasy – that ‘Blacks are really super-men, better endowed than whites, and sexually insatiable’...Thus when blacks acts ‘macho’, they seem to challenge the stereotype (that they are only children) – but in the process, they confirm the fantasy which lies behind or is the ‘deep structure’ of the stereotype (that they are aggressive, over-sexed and over-endowed). (:263)

De acordo com Hall (*op.cit.*), o estereótipo “reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença”, separa o normal do anormal, o “eu” do “outro”, e surge geralmente quando o poder é desigual e, está direcionado contra o subordinado ou o grupo social excluído. O autor ressalta que estereotipar é um tipo de jogo das relações de poder/saber (assim denominadas por Foucault), que categoriza as pessoas de acordo com as normas sociais e que constrói o excluído enquanto o “outro”. Hall diz que:

Power, it seems, has to be understood here, not only in terms of economic exploitation, and physical coercion, but also in broader cultural or symbolic terms, including the power to represent someone or something in a certain way – within a certain ‘regime of representation’. It includes the exercise of *symbolic power* through representational practices. Stereotyping is a key element in this exercise of symbolic violence. (*op. cit.*:259)

Assim, podemos dizer que o discurso produz, através das diferentes práticas de representação - no caso, as da mulher objeto, infantilizada e vítima - um saber da categoria mulher que está imbricado nas relações circulares de poder.

Então, as mulheres são ao mesmo tempo esposas, objetos sexuais, infantis, ingênuas e perigosas. Constatamos que o “ser mulher” tem a ver com as fantasias que estão por trás das representações (Hall, *op. cit.*).

A mídia, desafiada a interpretar Karla, retratou-a, em um primeiro momento, com condescendência, como já visto: a menininha caipira e sonhadora, que amava os animais e também a vítima das brutalidades e do deturpado apetite sexual do marido, usada e manipulada por Bernardo para que ele conseguisse atingir aos seus objetivos criminosos.

Enquanto se decidia em qual categoria ela se enquadraria - vítima ou vilã - ou se ela representava o Bem ou o Mal, Homolka negociava com a promotoria: seria a testemunha-chave da acusação no julgamento de Paul Bernardo, escapando assim de ser julgada pelos crimes para os quais ela teria colaborado. O acordo - *plea bargain* - fez com que Homolka fosse sentenciada, em meio a controvérsias, a doze anos de reclusão ao se declarar culpada por homicídio culposo nas mortes de Kristen French e Leslie Mahaffy e pelo seu envolvimento na morte de sua irmã Tammy, que foi drogada e violentada sexualmente pelo casal. Vale a pena acrescentar que Paul Bernardo foi condenado à prisão perpétua em confinamento solitário por homicídio doloso pela morte das adolescentes.

Uma das condições do acordo entre Karla e a promotoria, mais tarde conhecido como o *deal with the devil*, previa que ela não falaria direta ou indiretamente com a mídia e não poderia obter qualquer tipo de lucro pelos crimes cometidos, como a venda da sua história, por exemplo.

Karla, que foi recebida no sistema correcional como a esposa, mulher-vítima das agressões físicas provocadas pelo marido, passou depois de algum tempo a cumprir pena em uma prisão de segurança máxima - *Joliette* - próxima à cidade de Montreal. Ela foi libertada em julho de 2005, depois de cumprir a pena integralmente e alguns meses antes da estréia do filme *Karla* (produzido em Hollywood e anunciado como *Deadly* durante vários meses), que conta a história criminosa do casal. Calcula-se um lucro de cem milhões de dólares com a exibição do filme mesmo sem a venda de um único ingresso de cinema ou DVD em solo canadense, onde foi boicotado.

Verificamos como o discurso legal se utilizou do discurso científico para definir e explicar a identidade da mulher-criminosa; em outras palavras, somente a psicologia e a psiquiatria conseguiram justificar o comportamento delituoso de Karla. Na articulação de dois discursos conflitantes, como o discurso científico e o jurídico, pudemos constatar que o primeiro negava a agência da mulher-vítima e o segundo não aceitava a síndrome da mulher espancada como exclusão da culpabilidade de Karla.

Talvez não possamos responder: Quem é Karla?. Mas podemos entender as condições que a tornaram foco e alvo de atenção constante da mídia por tantos anos. Ela é uma espécie de “celebridade” do “mal”. Ela simboliza o que é considerado errado na própria sociedade canadense. Por meio de Karla, várias mensagens morais foram transmitidas para a sociedade: o mundo está cheio de “demônios”, agentes do mal, que às vezes vêm disfarçados e podem estar em qualquer lugar. Então, leis mais rígidas são necessárias para coibi-los, a fim de que se mantenha a ordem na sociedade.

Por que Karla cometeu crimes tão bárbaros? Aliás, como pôde cometer tais crimes se ela era a típica “menina” canadense? Constatamos que a mídia respondeu a essas questões, em um primeiro momento, quando da representação de Karla como vítima e, portanto, inocente.

3.1 A violência contra a mulher e o discurso jurídico

Partiremos da análise dos excertos de um encarte especial *Spousal Abuse: The Shocking Truth - Hitting home* publicado em 23 de março de 1996, (vide anexo 11), no jornal *The Toronto Star*, a fim de verificar como o discurso jornalístico, o discurso feminista e o discurso criminológico se articulam gerando efeitos e (re)criando certas identidades.

Os textos jornalísticos que abordam o tema da violência promovida pelos homens contra as mulheres propõem a exposição das histórias e as suas conseqüências sociais, psicológicas, médicas e legais. Além disso, há o enfoque na construção da mulher como recipiente “natural” da violência masculina, agente passiva e sem agência. Assim, a categoria mulher é (re)apresentada como uma categoria una e homogênea, congelando-se identidades e criando-se ou fortalecendo-se estereótipos.

O uso dos estereótipos é recurso efetivo nos textos jornalísticos uma vez que simplifica e explica a categoria “mulher”. De acordo com Fowler (1991:17), a ocorrência de certos eventos reforçam estereótipos e, reciprocamente, mais *forte* (grifo nosso) o estereótipo, mais chance terão os eventos considerados relevantes de se tornarem notícia. Frequentemente, a representação na mídia reforça certos medos da sociedade, por exemplo, o medo dos crimes, fazendo com que a opinião pública reivindique das instituições governamentais formas mais autoritárias de controle social.

Podemos considerar, então, que a mídia tem um interesse especial por histórias de crimes e que ela busca frequentemente identificar um tema que justifique um grande interesse, por exemplo, o “pânico”, na sociedade.

Como já dito, o *special reprint* reuniu uma série de matérias jornalísticas sobre a violência contra a mulher que foram publicadas diariamente na seção *Insight* durante sete dias (de 9 a 16 de março de 1996 – confira no anexo 11) e que acabaram se tornando o encarte especial do jornal.

De acordo com o editorial, o encarte foi motivado pelo impacto em que o caso O. J. Simpson havia causado na mídia e no público, trazendo à tona o tema da violência doméstica. Embora o tema já tivesse sido abordado muitas vezes anteriormente, o interesse em denunciar as falhas do sistema jurídico canadense em casos de crimes de violência doméstica justificava a publicação de mais matérias.

O encarte trouxe os seguintes textos: *7 Days, The Accused, Managing Anger, Culture Clash, Repeat Offender, The Costs, Crown's Dilemma, Hitting Back, The Star's View* e *Where to Turn*, dos quais passaremos a analisar alguns excertos.

Pela análise da fotografia podemos observar, em primeiro plano, uma mulher sentada, sozinha, com as mãos na cabeça, em atitude de desespero e angústia, e um segundo plano pouco legível.

A legenda diz *Aftermath of an assault: Domestic assault victim slumps to the ground in anguish while her common-law husband is being arrested for attacking her last July 2.*, que reforça a idéia da mulher completamente desprotegida e solitária: o desespero dela não se devia, no entanto, ao ataque que já havia ocorrido, mas porque o parceiro-agressor estava sendo preso. Podemos perceber que a imagem reforça a concepção da “lealdade” feminina e de que às instituições cabem decidir o que é “melhor” e “certo” para essas mulheres, no caso. Podemos

conjecturar que a imagem e a legenda não deixam dúvidas de que a mulher seria incapaz de agir sem a proteção institucional, que decide por ela, mesmo causando sofrimento.

Vejamos o artigo 10.

*Hitting Home (by Rita Daly, Jane Armstrong and Caroline Mallan) - **Brian Skinner is an innocent man. In the eyes of Ontario's criminal justice system, the 34-year-old store manager did not beat, choke or try to smother his girlfriend. / The neighbors who called police never testified. On the day of the trial, the victim, a 19-year-old waitress, told the judge she didn't remember a thing. / The judge never heard this part. We did. / The Star tracked those cases and discovered that vicious assaults were virtually going unpunished by a legal system that has been unable to deal effectively with the problem. / The assaults were violent. Women were slammed to the floor, pummelled with fists, jabbed with brooms, beaten with telephones, cut with knives, choked, smothered, kicked and raped. They were threatened with death. / All this from husbands, boyfriends and ex-lovers. / The Star study found a justice system failing at every step, with judges, crown attorneys, defence lawyers and police pointing the finger of blame elsewhere.***

Podemos constatar pelo excerto que o sujeito do enunciado é o porta-voz do discurso institucional jornalístico que denuncia o sistema legal como ineficiente quando se trata de penalizar os agentes da violência contra a mulher. Além disso, a comunidade e a própria vítima são apontadas como responsáveis pelas falhas do sistema judiciário. Pelas asserções *The neighbors who called police never testified. / The Star study found a justice system failing at every step*, podemos verificar que uma mensagem moral é passada ao leitor: a sociedade como um todo é culpada e, portanto, “todos” devem colaborar e “tudo” deve ser feito para que o “mal” não volte a acontecer.

A instituição jornalística se (re)apresenta como a detentora da “verdade” porque, ao fazer um trabalho investigativo, conclui que o sistema judiciário é “realmente” falho quando se trata de punir culpados nos crimes de violência contra a mulher e apresenta ao leitor as razões de tal falha: a passividade da comunidade e das próprias vítimas. Mas, não somente a “verdade” é mostrada, como também a solução para tal falha é dada como veremos mais adiante.

Artigo 11:

*7 DAYS (by Jane Armstrong, Rita Daly and Caroline Mallan) – 133 cases of domestic violence. 230 charges. That was one week in Metro, The Canada Day week, last summer. Few of the accused were jailed; most received little more than a slap on the wrist. **And case after case fell apart because the victim, often coerced, changed her story.***

O artigo 11 corrobora o que foi dito: o sistema é inoperante por causa da vítima que muda seu depoimento diante da polícia. Podemos perceber que o uso dos verbos *fell*, *coerced* e *changed* no passado torna o fato inquestionável, uma “verdade” absoluta. Assim, os processos criminais não foram levados adiante porque as vítimas falharam. Percebemos o caráter homogêneo da afirmação: é como se todos os processos criminais de crimes de violência contra as mulheres resultassem em fracasso legal porque todas as vítimas não relatam o crime ou mudam o depoimento durante o processo. Contudo, o texto menciona que, muitas vezes, as mulheres são coagidas a mudar o depoimento - *often coerced* -, porém este fato não é levado em consideração, uma vez que a vítima é responsável de qualquer maneira pelo fracasso do sistema. Então, a formulação ignora as condições sociais e culturais das “vítimas” e desconsidera a subjetividade delas.

A feminista Vivian C. Fox ²⁰ afirma que a visão ocidental de “mulher” e o tratamento a ela dispensado tem a ver com a influência das idéias religiosas da cultura judaico-cristã, da filosofia grega e do código legal do direito comum - *common law* - uma vez que essas tradições assumiram a forma patriarcal como um sistema natural da vida em sociedade: os homens, sendo “naturalmente” superiores, são os que dominam e protegem. Na visão da autora, essas ideologias justificaram um modelo de sociedade militar e patriarcal e justificaram também a violência contra as mulheres, vista como “uma expressão natural da dominação masculina”.

My general approach is to construct an argument, which demonstrates the relationship between the three belief systems mentioned above, and violence towards women. I do this by deconstructing the ideas that reveal attitudes towards women, which place them in inferior positions to men. I further maintain that in their explanation of difference-as-inferior, and in their long-standing cultural

²⁰ FOX, Vivian C. *Historical Perspectives on Violence Against Women*, publicado no *Journal of International Women's Studies* -Vol. 4 # 1 November 2002 – www.bridgew.edu/SoAS/jiws/fall02/historical.perspectives.pdf

acceptance, they have imprinted a psychic cultural memory that lingers and continues to motivate belief and behavior, despite historic change. Thus, reinforced by ideology and by long-held patriarchal cultural practices, the cultural psyche retains the long-held beliefs even when circumstances alter. (*op. cit.*:2)

A sociedade patriarcal tem como base a subordinação feminina e a heterossexualidade compulsória (Skinner, 2002). Apesar de o Liberalismo ter questionado a superioridade biológica masculina e rejeitado os preceitos do patriarcalismo (Fox, 2004), carregamos em nossa memória cultural essa representação da violência. Como já dito anteriormente, para as idéias liberais de liberdade, os gêneros são irrelevantes; o sujeito racional constitui as pessoas e não os seus corpos.

Excerto 1:

And he and Laura were back together again. "I worked really hard for a life with Luc and I never really planned a life without him. You don't just drop your feelings for the persons," Laura said later.

Pelo excerto verificamos que é reforçado o estereótipo da mulher-vítima como ingênua, emocionalmente frágil, vulnerável e necessitada de proteção. Mesmo sofrendo a violência física, a mulher ainda assim prioriza o relacionamento com seu parceiro, o agressor. A citação da fala do enunciador, através do discurso direto, confere veracidade ao fato, homogeneizando os sentidos; isto é, a importância das relações familiares na constituição da identidade de mulher-vítima.

A Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Pequim em 1995, considerou a violência contra as mulheres com "Área Crítica de Preocupação" e no parágrafo 113 da Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres da O.N.U., encontramos a seguinte definição de violência:

The term "violence against women" means any act of gender-based violence that results in, or is likely to result in, physical, sexual or psychological harm or suffering to women, including threats of such acts, coercion or arbitrary deprivation of liberty, whether occurring in public or private life.

Relembramos que, nos séculos XII e XIII, no direito comum - sistema de leis baseados em decisões judiciais - se desenvolveu na Inglaterra, e o estupro foi considerado crime, havendo portanto uma pena estipulada para o estuprador. O estupro era definido como a penetração sexual

forçada, contra a vontade da mulher. Porém, uma mulher não podia acusar o próprio marido de estupro, uma vez que o direito comum considerava a esposa como propriedade do cônjuge. Assim, nenhum marido seria punido se usasse de violência para obter sexo de uma esposa e estas, aliás, não podiam recusar sexo aos maridos, pois estavam impedidas legalmente de fazê-lo por força dos contratos de casamento.²¹

No entanto, como resultado da exposição da violência doméstica, as leis foram alteradas a partir da década de 1980 pelo Parlamento Canadense, que reconheceu a existência da molestação sexual doméstica e permitiu que cônjuges pudessem ser condenados pelo crime de violência sexual - *sexual assault*. Atualmente, o código criminal canadense prevê que tanto os homens quanto as mulheres podem ser condenados pelo crime de violência sexual. Em acréscimo, a imunidade marital é rejeitada, o que desloca a questão da violência doméstica da esfera privada para a esfera pública.

A alteração jurídica da definição de estupro gerou outras relações de poder e criou outros significados, por exemplo, o homem também ser passível e, portanto, vítima do crime de estupro, além da criação da figura do *acquaintance rape* ou *date rape* que se referem a estupros entre os indivíduos que sejam conhecidos ou amigos ou os que estejam namorando.²²

Em outras palavras, uma vez que o tópico da vitimização feminina foi inserido dentro do discurso criminológico e as teorias criminais passaram a considerar o gênero e suas relações, o próprio discurso jurídico foi alterado, gerando outros efeitos, outras relações de poder, produzindo outros conhecimentos. Então, podemos afirmar que o discurso jurídico tem um papel importante na formação das identidades femininas.

Nas últimas duas décadas do século XX, a mídia passou a dedicar grande atenção ao tema da violência contra as mulheres. No entanto, pelo que podemos constatar, o discurso da violência, principalmente nos jornais, parece limitado às violações sexuais e às violações dentro do contexto familiar, ou seja, o debate sobre violência encontra-se limitado a uma categoria que talvez mais convenha ao formato da notícia e, portanto, ao que “vende” mais. Ungerleider (1991) nos diz que:

²¹ *Rape (law)* em *MSN Encarta Premium* – [http://encarta.msn.com/encyclopedia_761564013/Rape_\(law\).html](http://encarta.msn.com/encyclopedia_761564013/Rape_(law).html) - acesso em 24/08/2004.

²² Em *Wikipédia Rape* – p. 01 – <http://en.wikipedia.org/wiki/Rape> - acesso em 20/8/2004.

This is not to suggest that the media are part of a conspiracy to deny diversity, nor even to suggest the existence of a conspiracy...The media, like any other corporate interests, are animated primarily by a concern for profits...A factor which intensifies these processes...is the concentration of media ownership in Canada (Eamon, 1987). In fact, the concentration of media ownership is unsurpassed by any other democratic nation. The patterns include vertical integration, multiple media ownership in single markets, and media conglomerates.

Podemos constatar como os artigos descrevem detalhadamente a agressão sofrida pelas mulheres e, a partir de nosso próximo artigo, exploramos como a instituição jornalística lida com a questão das minorias no discurso de violência contra as mulheres.

Artigo 12:

*CULTURE CLASH - For many immigrant women caught in the web of domestic abuse, the situation is magnified by **the isolation that comes with living outside mainstream society**. Often the pressure to drop charges is overwhelming.*

*For Sushma Jhamtani, **being choked and slapped was caused by her “misbehaving”**. For Lan Nguyen, **dishes were smashed over her head** because of a misunderstanding. For Jaswinder Sabdhu, **it was easier to turn off the lights and cower in her apartment than to answer the door and accept the subpoena that would call her to testify against her husband**. These women are immigrants for whom the pressures of the law are magnified by **the isolation that comes with living outside mainstream Canadian society because they don’t speak English or are unfamiliar with Canadian-style justice**. At least 30 of the 127 women who were the complainants in the 133 cases studied by the Star were immigrants, many of them recent newcomers to Canada. **The abuse is no different, the violence no less intense. But for them, the pressure from within their homes and their communities to drop the charges against their husbands is overwhelming.***

*Sushma Jhamtani’s husband hasn’t hired a lawyer for his Oct. 30 trial in North York’s courtroom 302. **Jai Jhamtani, an Indian immigrant** who has been in Canada five years, doesn’t think he needs one. His 32-year-old-wife will take the stand and explain that **her husband is an innocent man who should never been arrested for assaulting her** shortly after midnight on July 7, 1995. **She is going to explain that it was all her fault**..Sushma tells the judge that she wants her husband back. “oh, yes, I sincerely want to live with him.”*

*Lan Nguyen’s name is called outside the courtroom on Dec. 21, but there’s been no response. That’s because she isn’t going to testify against her husband of 25 years, despite being served with a subpoena the night before and assuring the officer that she would attend...a new crown attorney assigned to the **case withdraws the charges after realizing Lan will recant her story**.*

Podemos perceber, pelas frases *living outside mainstream / because they don't speak English*, que as minorias visíveis, isto é, os grupos étnicos e raciais identificados pelo Departamento de Estatísticas do Canadá – *Statistics Canada* – como os chineses, asiáticos, negros, filipinos, sul-americanos e aborígenes, são representadas de uma maneira negativa, uma vez que estereotipada. Percebemos pelo excerto que os sujeitos-vítimas são três mulheres imigrantes de países diferentes, mas representadas homogeneamente: todas sofrem violência, não falam o inglês, não conhecem o sistema jurídico e sofrem pressão da comunidade para não levar adiante o processo criminal iniciado contra os maridos.

Segundo Spurr (1993), quando se nega a capacidade lingüística da minoria, nega-se o seu valor cultural. Podemos depreender que, implicitamente, está a idéia de que na civilização ocidental, se a mulher sofrer violência, ela agirá, a sociedade irá apoiá-la e protegê-la, a justiça será feita e o criminoso será devidamente punido (sic!). Mas isso não significa, conforme os excertos 3 e 4 mostram, que o problema da violência cessará, uma vez que a própria vítima aceita o predador de volta. Em outras palavras, quando se trata de mulher-vítima, o sistema jurídico-penal poderia funcionar perfeitamente, mas isso não acontece; a violência continuará por “culpa” da vítima e não do sistema.

Um efeito provocado quanto à categorização homogênea das minorias é a impressão de que sendo os seus valores culturais outros que não os ocidentais, todas as mulheres que sofrem violências calam-se, submissivamente protegendo os promotores da violência, ou, quando não se calam, não têm o entendimento de que podem contar com o sistema jurídico-criminal, que está à disposição delas. Outro efeito gerado é o de que as mulheres imigrantes que sofrem violência são as próprias culpadas do abuso. Isso faz sentido se entendermos que a mídia opera dentro de um sistema ideológico que celebra a ordem social existente, a qual valoriza o individualismo dentro dos princípios do capitalismo liberal.

De acordo com Côté, Sheehy e Majury,²³ a mulher, vítima da violência doméstica, não pode ser forçada a testemunhar contra o marido, mesmo no caso de lesões corporais. O princípio da “unidade marital” historicamente “privatizou” a sua queixa, o que a obriga a arcar com todos os ônus do procedimento criminal envolvidos no caso. As autoras citam o fato de que, na

²³ CÔTÉ, Andrée, SHEEHY Elizabeth e MAJURY Diana (2000) *NAWL's Brief Defense on Provocation*. <http://www.nawl.ca/provocation.htm> – acesso em 19/07/2004.

província de Quebec, até 1982, e em Saskatchewan, até 1990, as esposas eram impedidas inclusive de processar civilmente os maridos por perdas e danos, por exemplo.

Em sua visão, as mulheres que denunciam os maridos violentos deparam-se com um sistema jurídico que as *revitimiza* (grifo nosso) porque a segurança e a liberdade não são garantidas às vítimas da violência doméstica. Além disso, as autoras afirmam que os homens que espancam as mulheres se beneficiam de uma série de exclusões de culpabilidade oferecidas pelo sistema penal. Uma delas é a teoria da provocação, que legaliza, ainda que parcialmente, a violência privada. Elas nos dizem que:

The judicial discourse on women's propensity to "cause" male homicidal rage and men's inability to control their anger is fraught with sexist assumptions that lay the blame for male violence on female behaviour. Provocation has been a constant theme in a wide-range of crimes of violence against women from rape, to sexual harassment, wife assault and incest. (:23)

A ênfase dada ao comportamento da vítima nos remete à já mencionada ideologia judaico-cristã que culpa as mulheres por todos os “demônios” da humanidade (Côté, *op. cit.*).

Podemos, então, dizer que é considerado provocação quando a mulher denuncia a violência, isto é, ela está “comportando-se” mal, o que “permite” e “justifica” uma reação de “defesa” por parte do “provocado”.

Como dito, verdades são apresentadas de maneira inquestionável e a instituição, depois do trabalho investigativo, propõe soluções, como veremos na análise do próximo texto.

Artigo 13:

*THE STAR'S VIEW – Editorial - / For eight months, **The Star team tracked each and every charge through the system**, watching the emotional and legal fall-out of a violence so pervasive and insidious that it respects no social, cultural, economic or educational barrier. It is not easy reading. The pain is palpable, the human cost sometimes unberable. But neither is it rare: Despite what may seem like an unusual spate of feverish attacks on women, **police report that this is the norm each week in our city.** /...our reporters reveal another terrible truth. Despite mandatory charging policies, repeat arrests and a heightened public intolerance of domestic violence, **the justice system is still failing miserably.** Victims who called police entered a strange netherworld. Most were never contacted by the*

Ministry of the Attorney-General's victim services, or by crown attorneys's prosecuting their cases, even though government policy requires it. Despite sufficient surrounding evidence to prosecute, cases were routinely thrown out if the woman was too scared to testify against her abuser. / The inescapable conclusion may be that society's war against domestic violence is being lost. But as the Star's series will show, there are solutions.

Podemos constatar como o excerto acima é ilustrativo de “episódios, condição, pessoas ou grupos de pessoas” que nessa formação discursiva são “definidas como uma ameaça aos valores e interesses das sociedade”, o que Cohen (1972:9). denominou de “pânico moral” - *The Moral Panic*. De acordo com a Wikipedia,²⁴ o “pânico moral” é um movimento de massa baseado na percepção de que indivíduos ou um grupo, freqüentemente um grupo minoritário ou *subcultura* (grifo nosso), divergem perigosamente dos valores tradicionais e se apresentam como uma ameaça à sociedade. Esse “pânico” é geralmente incrementado pela mídia que relata questões sociais, às vezes causando uma histeria pública.

A moral panic is specifically framed in terms of morality, and usually expressed as outrage rather than unadulterated fear. Though not always, very often moral panics revolve around issues of sex and sexuality. A widely circulated and new-seeming urban legend is frequently involved. (Wikipedia)

No trecho do artigo acima, podemos verificar pelas asserções *police report that this is the norm each week in our city. /...our reporters reveal another terrible truth. / the justice system is still failing miserably / there are solutions*, que não há a menor dúvida para o leitor de que é fato inquestionável a mulher ser vítima da violência masculina, uma vez que isso já foi comprovado pelos relatórios policiais. A instituição jornalística “descobre” também, como já apontado anteriormente, que o sistema judiciário canadense é falho, mas ela (a mídia) sabe como solucionar o problema.

Artigo 14:

²⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/Moral_panic - acesso em 29 de julho de 2005.

HITTING BACK in San Diego (by Jane Armstrong, Rita Daly and Caroline Mallan) – *This southern California city is winning the battle against domestic violence – by using all the evidence available. Prosecutors prefer that the abused not testify. / It's based on the premise that victims – mainly women – are reluctant, unreliable witnesses in domestic crimes because of the emotional complexity of the crime. So they're rarely asked to testify against their batterers. Instead, the work of sending a guilt defendant to jail is left up to police and prosecutors, who have devised a three-pronged method of prosecution.*

No excerto, encontramos as seguintes representações:

- as vítimas são as mulheres
- as mulheres são culpadas pela falha do sistema legal
- as mulheres são emocionais
- as mulheres não são confiáveis
- as mulheres necessitam da proteção institucional

Assim sendo, a instituição jornalística apresenta a solução para o problema da violência doméstica, ou seja, a condenação do acusado: o exemplo californiano. Na Califórnia, as mulheres não são obrigadas a testemunhar contra os acusados e, portanto, são isentas da responsabilidade de “agir” e de serem “culpadas” da possível condenação do agressor. Às instituições policiais e jurídicas cabe a função de proteger e decidir pela mulher-vítima.

Como já discutido, a mídia colhe as informações que transmite ao público e, neste processo, ela também escolhe, seleciona e decide como “contar” a notícia. Assim, uma versão da “realidade” é passada ao público. Violência é a “chave” da narração jornalística sobre a violência contra as mulheres. Ao narrar as histórias sobre crimes, a mídia contribui para que o medo se generalize, o que leva o leitor a apoiar, nesse caso, uma justiça criminal mais autoritária. O “pânico”, então, pode gerar efeitos legais, por exemplo, a alteração de legislação concernente à violência. Assim, às instituições cabem proteger a vítima e decidir por ela sem que esta precise sequer se manifestar.

Mais uma vez mostramos que no *backstage* das representações das identidades femininas, estereótipos são constantemente (re)produzidos, uma vez que os textos jornalísticos não questionam a categoria “mulher” e nem a sua subjetividade.

3.2 FGM – Female Genital Mutilation - A mutilação genital feminina

Vejamos outra narrativa jornalística, a qual também tem a ver com a vitimização e com o discurso de proteção, mas na qual foi dada ênfase à agência da mulher-vítima.

Artigo 15: publicado no jornal *The Toronto Star*, em 14 de julho de 1994, na primeira página. (Vide anexo 12).

Excerto 1:

WOMAN GIVEN REFUGEE STATUS TO SAVE DAUGHTER FROM SEXUAL MUTILATION (by Laurie Monsebraaten – social policy reporter)

*A Somali woman who wants to protect her 10-year-old daughter from ritual genital mutilation **has been granted refugee** status in Canada in what is believed to be the first case of its kind in this country. /"When they told me my case was positive, **I couldn't believe my ears,**" said a grateful Khadra Hassan Farah in a telephone interview from her Ottawa home yesterday.*

Uma primeira observação diz respeito à posição do texto no jornal, pois trata-se de matéria inserida no espaço superior da primeira página, lugar considerado de destaque nos periódicos. Conforme Gregolin (1998:26) *a primeira página é um lugar textual em que devem predominar as mensagens referenciais, já que pretende oferecer ao leitor uma espécie de síntese do conteúdo do noticioso. Os destaques selecionados dizem respeito aos principais acontecimentos do país e do exterior, como uma súmula da História-em-curso.*

Gostaríamos de relembrar que o Canadá, além de movimentar uma *indústria da imigração* (grifo nosso), que tem por cota o recebimento de 200.000 novos residentes anualmente, é um país que oferece refúgio aos perseguidos por motivos religiosos, políticos ou de guerra. A partir de 1993, passou a aceitar refugiados “supostamente” perseguidos por sua condição sexual conforme mencionado no texto jornalístico.

O texto jornalístico conta a história de uma mãe somaliana que conquista a condição social de refugiada no Canadá ao alegar que a filha sofreria a mutilação genital caso fosse deportada para a Somália, o seu país de origem. Conforme já discutido anteriormente, pelo

processo de personalização (Fowler, 1991:16) as pessoas são usadas como símbolos através de suas biografias pessoais, evitando-se uma discussão mais ampla nos níveis social e econômico.

Ungerleider (1991) nos diz que a mídia influencia o que os canadenses pensam sobre as minorias. No texto que passamos a analisar encontramos as seguintes representações no enunciado:

- as mulheres são vítimas dos homens,
- as mulheres muçulmanas são sexualmente mutiladas,
- as minorias precisam de proteção,
- a identidade feminina inclui as posições de mãe, vítima, minoria.

Excerto 2:

“I was prepared to leave my daughter here for adoption if my case was rejected. I couldn’t take her back. It’s torture.” / More than 90 per cent of Somali women are forced to endure the brutal “de-sexing” procedure that involves cutting the external female sexual organs and sewing the opening shut except for a small hole for urination, she said. /

O uso da voz passiva na manchete - *Woman given refugee status* - e nas sentenças *...has been granted refugee status / women are forced / They did it to me* reforça o estereótipo de que a mulher não é agente, ela apenas sofre as ações das quais não tem nenhum controle, é passivizada pelas ações “masculinas”. Percebemos que a identidade feminina de “vítima”, sujeito do discurso feminista de violência contra a mulher, é reforçada. O sujeito-vítima, ao enunciar implicitamente *que você não é uma pessoa completa, normal, se comparada com os homens e os homens não são costurados*, traz a voz do discurso feminista da violência contra a mulher. Podemos dizer que o tema está constituído pela voz e pelo olhar da mulher-vítima, sujeito do enunciado.

Contudo, nas modalizações de verdade *I was prepared to leave my daughter here for adoption / I couldn’t take her back / They did it to me and I didn’t want my daughter to go through the same thing*, que descrevem a possível realização de um evento, a agência do sujeito-

vítima no jogo discursivo faz-se presente quando a mãe diz que deixaria a filha para adoção, que não poderia levar a filha de volta porque não gostaria que ela passasse pela mesma coisa, isto é, sofresse a mutilação genital. Essa estratégia discursiva subverte a identidade feminina fixada na vitimização. Na articulação do discurso de violência contra a mulher e do discurso institucional de proteção às minorias desprivilegiadas, o sujeito enunciador “vítima” é ao mesmo tempo sujeito e objeto do confronto desses discursos.

Excerto 3:

“They did it to me and I didn’t want my daughter to go through the same thing, the pain, the infections, the scars,” said Farah, 30. “It’s another way of telling you you aren’t complete, normal person compared to men. Men don’t get stitched.”.../

As sentenças *More than 90% of Somali women are forced to endure the brutal “de-sexing” procedure that involves.../* do excerto 2 e *They did it to me.../ Men don’t get stitched.../* conduzem o leitor a pensar que o pronome “eles” se refere a homens. De acordo com Maingueneau (2002), os locutores normalmente utilizam-se do pronome substantivo “eles” dito coletivo para se referir a um sujeito indeterminado que designa um grupo e não tem antecedente. O autor nos diz que:

Esse “eles” coletivo é usado somente no masculino plural e designa uma coletividade, uma pluralidade, considerada globalmente e constituída de indivíduos indeterminados. A coletividade assim designada por “eles” é sempre um grupo...bem identificado, e jamais o conjunto do gênero humano...(op.cit.:135)

Podemos depreender que o “eles” do excerto 1 se refere ao grupo que pratica a clitorectomia. Será este grupo composto só por homens? Só por mulheres? Por homens e mulheres?

De acordo com o texto, a prática de “de-sexualização” consiste em cortar os órgãos externos femininos, costurando-se a abertura vaginal e permitindo somente um pequeno espaço para a saída da urina. Observamos que as palavras excisão, clitorectomia e mutilação genital definem uma prática “contra” a sexualidade feminina que está relacionada ao prazer sexual da mulher.

Foucault (2000a) nos afirma que “como membros de comunidades organizadas, os indivíduos são sujeitos do poder disciplinar na forma de práticas habituais, métodos, desempenho de papéis, as quais se submetem e aceitam por várias razões práticas”. Assim, o poder tem a “forma de auto-controle”, um “sistema de regras” que se auto-impõem, gera e mantém a comunidade funcionando. Em outras palavras, nos impomos os regimes de verdade.

Podemos constatar que em algumas sociedades, o prazer é considerado pertinente somente ao sexo masculino. French (1992:114), em sua pesquisa com indianas de Delhi, muçulmanas que acreditam que a prática da excisão e/ou da circuncisão feminina garante a salvação religiosa, a entrada no paraíso, nos informa que, quando perguntadas sobre a perda sofrida com a circuncisão ou excisão do clitóris, as mulheres, atônitas, não entendiam a que perdas a pesquisadora se referia. Evidentemente, tratava-se do prazer sexual durante a copulação. French não obteve nenhuma resposta e, assim, presumiu, pelos olhares e pela situação de constrangimento gerada, que aquele grupo de indianas não sabia ser possível obter prazer das relações sexuais.

De acordo com French (*op.cit.*), em algumas sociedades os homens não se casam com mulheres que não foram *circuncidadas* (grifo nosso), pois à mulher não caberia sentir prazer sexual. Dessa maneira, os pais se sentem na obrigação de submeter as filhas à clitorectomia. Muitas mães explicam a mutilação como um costume inquestionável, uma tradição. A não-circuncisão ou excisão, isto é, a “completude”, tornaria a jovem diferente e, portanto, implicaria marginalização e separação da sociedade, de acordo com a análise da autora.

Portanto, o sujeito do enunciado, através da asserção “*It’s another way of telling you you aren’t complete, normal person compared to men*”, nos traz a voz da ideologia ocidental e não da sua cultura de origem. As mães têm o papel de proteger, salvaguardar as filhas da marginalização pela comunidade (French, 1992:113) e, portanto, participam da mutilação, quer acreditando no valor da mesma, quer se encarregando elas próprias do procedimento. Vale lembrar que, em muitas sociedades, a extração parcial ou total do clitóris não é feita dentro de um padrão médico-cirúrgico, mas de maneira rudimentar; as mulheres, geralmente as parteiras, agem como “cirurgiãs”, ainda nos informa a pesquisa realizada por French.

Mas, de acordo com a Anistia Internacional,²⁵ o procedimento também pode ser realizado por mulheres mais velhas, por uma curandeira, por um barbeiro, por uma parteira qualificada ou por um médico. Normalmente, só as mulheres presenciam a mutilação. Os “economicamente privilegiados” se submetem à excisão em hospitais com a assistência de médicos e o uso de anestesia.

Passando à análise da fotografia que acompanha o texto (vide anexo 15), percebemos que ela está colocada à direita do artigo e, portanto, em uma posição de destaque. Na imagem, a “mãe” está em primeiro plano e, em segundo plano, estão as filhas. A foto ilustra uma situação familiar, curiosamente representada sem a figura paterna, com destaque para a mulher, pertencente àquela categoria denominada pela política do multiculturalismo canadense de *visible minority*. Ser interpelado como “minoria visível” significa ser minoria não-branca e, portanto, minoria política..

Na visão de Carmagnani (1996), *a linguagem visual utiliza recursos argumentativos semelhantes aos da linguagem verbal*:

...a fotografia, longe de ser um registro fiel da “realidade” (como pretendem alguns especialistas e fotógrafos), é um registro parcial de personagens situados historicamente, do ponto de vista de um sujeito-histórico (aquele que fotografa). O resultado desse registro - a foto - é explorado pela imprensa de modos diversos no convívio diário com seu público leitor. Desse modo, seu objetivo maior - convencer o leitor da veracidade de sua versão dos fatos - é atingido, e o grande potencial persuasivo da imagem visual é explorado dentro dos limites determinados historicamente numa dada cultura. (1996:166)

Depreendemos da fotografia que se trata de uma mulher muçulmana, porque está usando o *chador*, véu com que algumas mulheres islâmicas cobrem a cabeça. Portanto, podemos concluir que a fotografia nos revela que o destaque, a notícia, na verdade, não é sobre a mutilação sexual (problema que já atingiu 135 milhões de mulheres no mundo, de acordo com a Anistia Internacional), mas sim sobre a “nova” proteção governamental oferecida sob a forma da concessão do *status* de refugiado às minorias que alegam perseguição por motivo de gênero e da mutilação genital. Em nosso caso, o governo está oferecendo proteção à mulher que está na

²⁵ Female Genital Mutilation - A Human Rights Information Pack. - <http://www.amnesty.org/ailb/intcam/femgen/fgm1.htm> - acesso em 25/05/2005.

iminência de sofrer violência por parte de homens e aí explica-se a ausência da figura paterna na fotografia.

Excerto 4:

*Canada officially began accepted refugee claims in early 1993 from women **who say they are being persecuted because of their gender.** But this is believed to be the **first case of a woman claiming refugee status based specifically on the fear of genital mutilation,** Rafuse said.*

Lembrando Ungerleider (1991), quando as minorias recebem a atenção da mídia, elas são retratadas como vilãs ou como vítimas por causa da estrutura de narrativa das notícias. Ungerleider afirma que:

The under-representation and mis-representation of minorities by news-media are not accidental. They are the product of the convergence of the mechanics of news gathering and dissemination with the desire of those in position of influence to maintain their privileged positions...thus, one mechanism for maintaining social, political and economic inequality.

French (1992) informa que o islamismo não é o único responsável pela prática da mutilação, que é também adotada por algumas religiões cristãs e animistas. Apesar de a mutilação incentivada por alguns líderes muçulmanos ocorrer majoritariamente entre as muçulmanas, é importante lembrar que em 80% do mundo islâmico ela não se verifica. A autora ainda constata que a excisão foi amplamente praticada na Europa e nos Estados Unidos, principalmente na segunda metade do século XIX. A prática da clitorectomia estava aparentemente relacionada com a “cura” de distúrbios sexuais como a masturbação, a ninfomania e o lesbianismo (*op.cit.*:110). Supostamente, de acordo com a autora, milhares de mulheres sofreram esse tipo de operação e, em 1897, por influência da opinião de um médico-cirurgião de Boston que considerava uma doença o orgasmo feminino, a extração clitoriana passou a ser executada freqüentemente em hospitais para doentes mentais até meados de 1935.

Na narrativa jornalística analisada, o tema foi apresentado como um conflito entre forças opostas: de um lado, o vilão, o Mal e, de outro, o herói da narrativa, as forças do Bem. Nesse caso, o vilão é o povo somaliano, capaz de atrocidades como o barbarismo da mutilação genital. Ao governo canadense, através do seu departamento de imigração, coube o papel de herói da história. Na frase *When they told me my case was positive*, o “eles” é o “grupo” protetor, paternal, que concede o refúgio, outorga uma cidadania e que resgata pelo menos uma das vítimas do barbarismo selvagem. O personagem-vítima foi representado pela *minoría visível* canadense: mulher, não-branca e refugiada.

Lembramo-nos de Bhabha (1994) e sua concepção de “espaço intersecial”, que é o espaço entre, “in-between”, um terceiro espaço no qual os indivíduos que estão entre culturas podem articular as experiências vividas para construir o sentido de suas identidades múltiplas e contingentes. Para o autor, os significados não são fixos, mas sim contingentes; o hibridismo - terceiro espaço - é produtivo, pois gera contradições, considerando-se que o dizer não está separado do fazer, a teoria não está separada da prática e o narrar não está separado do agir.

Bhabha (1996) sustenta ainda que a *performance* da narrativa pessoal é capaz de desconstruir as representações binárias de antagonismos sociais. Assim pode-se (re)significar o passado e reinterpretar o futuro, criando um espaço dentro da narrativa nacional. Na análise do interdiscurso, constatamos a presença do discurso feminista radical da violência contra a mulher, que sai da esfera privada e passa para a esfera pública e, portanto, política, criando “saberes”. Um dos efeitos gerados é o de que, uma vez reconhecida a mutilação genital como uma violação aos direitos humanos, reconhece-se o direito da vítima ao pedido de refúgio político, por exemplo.

Por outro lado, os imigrantes que se originam de comunidades em que a mutilação genital é prática comum, em seu novo país, mantêm ou tentam manter as mesmas práticas sociais. Assim, por exemplo, os somalianos, que passam a viver em países como o Canadá ou os Estados Unidos, tentam perpetuar a prática da mutilação genital, realizando-a quer seja através de médicos da própria comunidade quer enviando a “paciente” para o país de origem ou “importando” mulheres com experiência para a realização da operação, que normalmente é considerada ilegal.

Então, levando em consideração que o dito é inseparável do contexto e o contexto é atravessado pelo social, pelo histórico e pelo ideológico, constatamos que a palavra “proteção”

significa, de acordo com o contexto, com o *locus* da enunciação, o que demonstra a arbitrariedade do signo. Para grande parte das mulheres somalianas, proteção significa passar pelo processo da mutilação ou excisão clitoriana. Mas, quando se muda o *locus*, proteção significa justamente o contrário, isto é, protegê-las contra a excisão.

Na articulação entre um discurso masculinista ²⁶ de proteção em que o objeto é a mutilação genital - considerada necessária para que a mulher se torne mulher e, portanto, completa - e um discurso feminista também protecionista, mas que tem por objeto a proteção do sujeito-vítima da violência - sendo a excisão ou mutilação genital considerada como tal -, nos deparamos com um mesmo discurso protecionista, mas com dois objetos distintos.

Na narrativa de sua história pessoal, tanto “minoría” quanto “vítima” parecem ter a sua identidade fixada, congelada e individualizada como tal, o que contradiz a concepção foucaultiana segundo a qual a identidade é produzida pelo vários discursos que estão em circulação. Os significados dessas identidades múltiplas e contingentes são criados na articulação da experiência pessoal através da narrativa, em um processo que confere visibilidade às vozes excluídas da narração oficial. Ao narrar, a “vítima” já se (des)coloca em outro espaço, fazendo valer o conceito de Bhabha (1994) para o qual o sujeito parcial, híbrido e habitante do “terceiro espaço”, isto é, aquele que está “entre-espacos” culturais, deve ter reconhecido o seu direito de narrar, que é na verdade o seu direito de existir dentro de uma narrativa oficial nacional.

Resumo do Capítulo

Neste capítulo foram analisados os modos de funcionamento dos discursos de alguns textos jornalísticos da imprensa canadense.

Constatamos como os textos propõem uma abordagem que *aparentemente* celebra a mulher por meio da exposição de questões como a vida familiar, a profissão e a violência contra elas, mas que na verdade produzem representações que *legitimam* certas identidades e marginalizam ou silenciam outras.

26 Usamos a palavra *masculinista* em oposição à *feminista*.

As representações se originam da construção da identidade feminina como mulher-mãe, mulher-objeto e mulher-vítima que produzem enunciados atravessados por discursos muitas vezes conflitantes que provocam diferentes efeitos de sentido.

Verificamos como a mulher é representada dentro de um contexto familiar, construindo discursos de subordinação e de definição da identidade feminina dentro de uma esfera privada, em contraposição ao mundo masculino e público.

Como consequência da mulher-objeto, verificamos representações que contróem a mulher como objeto de consumo e de prazer masculinos a partir de uma visão “masculinista” da sexualidade feminina.

A mulher é representada implícita ou explicitamente, na mídia, como vítima “natural” da brutalidade masculina, necessitada de ajuda institucional, uma vez que a “verdade” da violência é exposta através das “denúncias” jornalísticas e publicamente reconhecidas.

Na aparente tentativa de proteção à mulher pelas instituições patriarcais, a construção da mulher-vítima reforça e confirma estereótipos e cria efeitos de sentidos negativos, na medida em que a mulher-vítima é um tipo de caricatura do estereótipo de mulher recipiente natural da violência masculina.

Cedendo espaço a um discurso liberal, a mídia ajudou na construção de uma imagem feminina de super-mulher, mas (re)construiu a mulher-vítima através do discurso feminista radical de violência contra a mulher.

Assim, pudemos constatar que o discurso feminista, o discurso liberal-humanista, o discurso legal, o discurso vitoriano e o discurso centífico se fazem presentes nos textos jornalísticos, favorecendo a formação das identidades das mulheres brancas, heterossexuais e ocidentais.

Conclusões

I can't help but dream about a kind of criticism that would try not to judge but to bring a work, a book, a sentence, and idea to life; it would light fires, watch the grass grow, listen to the wind, and catch the sea foam in the breeze and scatter it. It would multiply not judgements but signs of existence; it would summon them, drag them from their sleep. Perhaps it would invent them sometimes – all the better. Criticism that hands down sentences send me to sleep; I'd like a criticism of scintillating leaps of the imagination. It would not be sovereign or dressed in red. It would bear the lightning of possible storms.

(Foucault, 1997:323)

Tivemos por objetivo, nesta dissertação, discutir como os textos jornalísticos - instrumentos de informação utilizados pela população de maneira geral - produzem “saberes” sobre as identidades femininas neles representadas. Realizamos uma análise dos discursos que atravessam o texto jornalístico com a finalidade de comprovar a nossa hipótese de que a aparente celebração da diversidade das identidades femininas e/ou das mulheres pela mídia, na verdade, exclui, marginaliza ou silencia outras identidades.

Ao ceder espaço para o discurso liberal feminista de igualdade entre os gêneros - o qual aparentemente representa as mulheres em posição de igualdade na sociedade -, a mídia construiu a imagem da super-mulher, que é mãe, profissional, bonita, jovem e sexy.

Na década de 1990, a mídia também construiu a “mulher-vítima”, sujeito do discurso feminista radical de violência contra a mulher, que congela a identidade feminina em uma posição de inferioridade e de subordinação ao mundo masculino. Constatamos como a mídia representa a mulher de maneira estereotipada, num formato “consagrado” do que seja mulher e feminilidade, fixando certas identidades, limitando a própria experiência da subjetividade feminina.

A nossa análise foi possível dentro da abordagem da Análise do Discurso (AD), que entende que a linguagem não é transparente e objetiva e opera ideologicamente nas relações sociais de “saberes” e “poderes”. Portanto, a argumentação a partir do contexto sócio-histórico e ideológico na qual a enunciação está inserida provou ser de fundamental valia.

Verificamos que, ao representar as mulheres, os jornais funcionam como veículo ideológico de construção de conhecimento: portanto, não são um veículo neutro de transmissão de informação ou de verdades; eles são instrumentos de mediação entre os vários discursos que circulam na sociedade. Assim, a mídia é uma das principais arenas na qual acontece a luta pelo significado com a finalidade de (re)definir e (re)construir verdades.

Como foi visto, nos norteamos por uma visão pós-estruturalista do texto que entende a realidade como o produto da negociação entre o texto e o leitor, no qual o gênero é constantemente (re)definido.

Nos excertos analisados, são legitimadas e valorizadas as identidades femininas que se relacionam com a vida doméstica, isto é, as de mãe, profissional, mulher-objeto e vítima.

Os enunciados que analisamos representaram a mulher como mães “naturais”, mesmo quando inseridas em um contexto profissional. Partimos, depois, para a análise da representação das mulheres como objetos sexuais, seres que existem para satisfazer e servir às necessidades sexuais e econômicas masculinas. Analisamos também a representação da mulher como “minoria”, como o “outro” negativamente diferente; uma questão complexa, mas que serviu para mostrar que algumas instituições canadenses aparecem como “heróis” e/ou homogêneas, como se estivessem livres de suas próprias contradições sociais.

Constatamos que as representações das mulheres na mídia canadense são atravessadas pelos discursos liberal humanista, vitoriano, científico, criminológico e por um discurso patriarcal que entende a mulher como inferior. O discurso feminista também atravessa as representações e, contraditoriamente, reforça - através do discurso radical de violência contra as mulheres - a noção de inferioridade e/ou de subordinação feminina.

De acordo com Naomi Wolf (1990), a imagem construída pela mídia, no período pós-guerra, foi a da mulher-esposa e dona-de-casa feliz, imagem esta que servia aos interesses da emergente indústria de produtos eletrodomésticos. Essa imagem foi superada pelo modelo da super-mulher, ou seja, aquela que é mãe, profissional, bela, magra e jovem. Dessa vez, de acordo com a escritora, a indústria da dieta e dos cosméticos estava por trás dessa objetificação, o chamado mito da beleza (*the beauty myth*).

Como consequência, as identidades femininas da mulher-mãe e da mulher-objeto são exaltadas, representadas como padrão a ser seguido, como modelo de “perfeição”. Concomitantemente, a identidade da mulher-vítima é construída como marca da brutalidade e violência do homem, e reforça o estereótipo da “superioridade” biológica e da supremacia masculinas.

Relembramos que as categorias são limitadoras, rígidas, e constatamos, através da categorização imposta das muitas representações das identidades femininas e/ou das mulheres, que elas (as categorias), na verdade, se enredam e estão determinadas pelas relações de poder.

Nesse contexto, pudemos verificar como o patriarcalismo é silenciado e certas identidades femininas são legitimadas, o que produz o efeito “naturalizante” de que “mulher” é uma categoria

una, homogênea e desprovida de ideologia. O próprio feminismo, ao representar a categoria mulher, também contribui para a sua homogeneização.

Pudemos comprovar que, quando se trata da representação das mulheres, várias “verdades” são construídas ao longo do processo.

Na mídia, os discursos político-liberal, científico, criminológico, assim como o discurso feminista, posicionam o sujeito da enunciação - mulher -, que não assume certas posições de sujeito e, se as assume, é dentro de certas imagens e concepções claramente patriarcais.

Os textos jornalísticos, portanto, não propõem reflexões sobre a mulher e/ou suas diferenças. Assim, os leitores são levados a aceitar as representações constituídas como sendo verdades inquestionáveis.

Parafraseando Foucault (1982), a filosofia tenta resolver o “problema do tempo presente” e o de saber “quem somos”. O autor argumenta que descobrir quem somos não é tão importante quanto recusar o que somos. Assim, é necessário promover outros tipos de subjetividades através da recusa do tipo de individualidade que nos foi imposta por séculos (*op. cit.*: 216).

Segundo Irigaray (1985a), Freud descreveu a sexualidade da mulher simplesmente como o outro lado, ou o lado errado, da sexualidade masculina. De fato, como pudemos perceber, as identidades femininas estão representadas de maneira fixa e estável, como o outro. Podemos argumentar, então, que “sexualidade feminina” ou “feminilidade” limitaram a experiência da mulher sobre a sua própria sexualidade.

Para Lois McNay,¹ a concepção foucaultiana sobre a sexualidade não ser uma qualidade natural ou inerente ao corpo, mas sim o efeito de relações específicas e históricas de poder, forneceu um importante instrumento de análise para as feministas explicarem porque a experiência feminina é empobrecida e controlada dentro de determinadas imagens da sexualidade feminina.

Assim, o sujeito sofre as influências sociais, porém, não é determinado por elas.

Ao longo do trabalho tentamos responder a várias perguntas: Quais os efeitos de sentido provocados pela representação da mulher como mãe, objeto ou vítima? Como essas identidades

¹ McNAY, Lois. *Michel Foucault, Feminism and Identity (idea)* de frandeluxe – <http://www.everything2.com/index.p1> - acesso em 11/10/2003.

femininas foram construídas pela mídia? Quais os discursos que atravessam o discurso jornalístico? O que acontece na articulação de discursos conflitantes e oposicionistas, como o discurso feminista na sociedade patriarcal? Afinal, de que “mulher” fala o discurso representacional feminista? Acreditamos ter podido responder tais questões, dentro da nossa concepção da função dos discursos que atuam na sociedade.

No entanto, algumas outras tantas surgiram e mereceriam ser respondidas, por exemplo: O que são a subjetividade e a sexualidade “femininas” na tentativa de entendimento do processo que fez com que chegássemos ao “ser mulher” neste momento histórico? Em outras palavras, como pudemos constatar, através das várias análises das representações das identidades femininas, algumas dessas identidades estão congeladas em estereótipos, quer seja o da “mãe”, o do “objeto sexual” ou o da “vítima”. Como chegamos às categorias históricas de “mulher”, “outro” ou “objeto”?

De acordo com Chris Dunning (1997), a linguagem simbólica escrita e a invenção da mídia impressa mudaram radicalmente a forma de comunicação e a própria formação do pensamento, o que nos estimulou a perceber a informação sobre o mundo como algo desassociado de nós mesmos e fora de contexto, em contraposição a um mundo que conhecia a palavra falada e, portanto, contextualizada no presente e que deixava de existir no momento em que era pronunciada.

Alguns teóricos afirmam que vivenciamos uma revolução no pensamento humano com algumas mudanças de paradigmas, principalmente pelos novos sistemas conceituais que se baseiam em multilinearidade, *link* e *network*. É inquestionável para eles que a mudança do texto impresso para o texto eletrônico não afeta somente o modo como nos relacionamos com o texto *per se*, mas afeta também o modo como o conhecimento humano é “catalogado”.

A desconstrução dos sistemas representacionais de “mulher”, “feminina” e “feminilidade” através da análise dos discursos sobre a mulher pode levar ao (re)dimensionamento e (re)interpretação de suas posições de sujeito em nossa sociedade e, compreender mesmo que parcialmente, a constituição de suas identidades.

E, por construção positiva, no mínimo, estamos nos referindo a uma identidade de mulher fragmentada, mas não transformada em pedaços - de carne ou de mente.

Talvez tenhamos que nos perguntar por que aceitamos, nos submetemos e até concordamos com uma representação que é, no mínimo, estereotipada.

Estrategicamente, mulher talvez seja “minoría”. Mas, com certeza, mulher vai além dos “limites” preestabelecidos pelas inúmeras categorias classificatórias que norteiam suas identidades. Fica por nossa conta esse (re)descobrimento.

Portanto, parece-nos interessante explorar como as definições do sexo e dos gêneros, ou seja, como as definições congeladas dos papéis sexuais estão se deslocando em todo esse novo mundo da comunicação digital, que pode se tornar uma nova arena de (re)definição da “categoria” mulher.

Bibliografia

- ALTHUSSER, L. (1998). *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov) (2002). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 9ª. ed. São Paulo: Hucitec. (Publicação original: 1929)
- BEAUVOIR, Simone (1949). *The Second Sex*.
- BHABHA, Homi K. (1994). *The Location of Culture*. London / New York: Routledge.
- _____. (1996). *Cultures In-Between: Questions of Cultural Identity*. London: Sage.
- BORDIEU, P. (1997). *Sobre a Televisão. A influência do Jornalismo, Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRANDÃO, H.H.N. (1991). *Introdução à Análise do Discurso*. 7ª ed. Campinas / São Paulo: Editora da UNICAMP.
- BREIDLID, Anders (1998). *American Culture: An Anthology of Civilization Texts*. London / New York: Routledge.
- BUTLER, Judith P. (2003). *Problemas de Gênero – Feminismo e a Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CALLIGARIS, Contardo (1997). *Hello Brasil! Notas de Um Psicanalista Europeu Viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta.
- CARMAGNANI, A.M.G. (1996). *A Argumentação e o Discurso Jornalístico: A Questão da Heterogeneidade em Jornais Ingleses e Brasileiros*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP.
- CANADIAN PRESS Stylebook: *A Guide for Writers and Editors*. (1992). Toronto: The Canadian Press / Peter Buckley.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique (2004). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- CUMMING, Carman; McKERCHER, Catherine (1994). *The Canadian Reporter: News Writing and Reporting*. Harcourt Brace & Company Canada.
- DERRIDA, J. (1998). *Positions*. Chicago: The University of Chicago Press.
- DERRIDA, J.; ROUIDINESCO, E. (2004). *De que Amanhã: Diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- DUCROT, Oswald (1977). *Princípios da Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1984) “Referente”. In: Enciclopédia Einaudi. Vol.2. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda. p.418-421.
- FAIRCLOUGH, N. (1995). *Media Discourse*. Londres: Edward Arnold.
- _____ (1989). *Language and Power*. Harlow: Longman.
- FALUDI, Susan (1991). *Backlash: The Undeclared War Against American Women*. New York: Crown Publishers.
- FOUCAULT, Michel (1982). *The Subject and Power* In DREYFUSS, H. and RABINOW. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: Chicago University Press.
- _____ (1996). *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.
- _____ (1997). ‘The Masked Philosopher’ In: *Michel Foucault, Ethics Subjectivity and Truth. The Essential Works of Michel Foucault*. Harmondsworth: Penguin and Allen Lane.
- _____ (2000a). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 23^a ed. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2000b). *Microfísica do Poder*. 15^a. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (2000c). *A Arqueologia do Saber*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____ (2000d). *A Ordem do Discurso*. 6^a ed. São Paulo: Loyola.
- _____ (2001). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 14^a ed. Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (2004). *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOWLER, Roger (1991). *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. Londres: Routledge.
- FRENCH, Marilyn (1992). *The War Against Women*. New York: Summit Books.
- FREUD, S. (2002). *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago.
- GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise (1998). *Filigranas do Discurso: As Vozes da*

História. Araraquara.: Cultura Acadêmica e LEFCL – Laboratório Editorial UNESP.

GRIGOLETTO, Marisa (2002). *A Resistência das Palavras: Discurso e Colonização Britânica na Índia*. Campinas: Editora da Unicamp.

GUIMARÃES, Eduardo (2002). *Os Limites do Sentido. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes.

HALL, Stuart (1997). *Representation: Cultural Representation and Signifying Practices*. New York: Sage Publications.

_____(1998). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

_____(2000). *Quem Precisa de Identidade?* In: SILVA, T.T. da (Org.). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.

INDURSKY, F. (1998). *O Sujeito e as Feridas Narcísicas dos Lingüistas*. Niterói, n. 5, p. 111 – 120, 2º semestre.

IRIGARAY, Lucy (1985a). *This Sex Which Is Not One*. Itahaca / New York: Cornell University Press.

_____(1985b). *Speculum of the Other Woman*. Itahaca / New York: Cornell University Press.

JAKOBSON, R. (1983). *Língua, Discurso, Sociedade*. São Paulo: Global.

KAPLAN, E. Ann (1993). *O Mal-Estar no Pós-Modernismo: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

KRISTEVA, J. (1983). *A Função Predicativa e o Sujeito Falante*. Em JAKOBSON, R., *Língua, Discurso, Sociedade*. São Paulo: Global.

LANDSBERG, Michele. Feminist Rebels Opened Doors. *The Toronto Star*, 11 de novembro de 2002.

MAINGUENEAU, Dominique (1997). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes. Editora da UNICAMP.

_____(2002). *Análises de Textos de Comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.

MILLER, Casey. Liberating Language. *Ms. Magazine*, New York. ed. setembro/outubro de 1997, página 50.

- MILLS, Sara (1995). *Feminist Stylistics*. London: Routledge.
- NICHOLSON, L.; FRASER, N. (1990). "Social Criticism Without Philosophy". In *Feminism and Postmodernism*. New York: Routledge.
- ORLANDI, E. (1997). *As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. 4^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____. (2001a). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 3^a ed. Campinas: Pontes.
- _____. (2001b). *A Linguagem e Seu Funcionamento - As Formas do Discurso*. 4^a ed. Campinas: Pontes.
- _____. (2001c). *Discurso e Texto - Formação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2004). *Interpretação - Autoria, Leitura e Efeito do Trabalho Simbólico*. 4^a ed. Campinas: Pontes.
- OXFORD ADVANCED LEARNER'S DICTIONARY OF CURRENT ENGLISH. 2000
- PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- SAID, Edward (1978). *Orientalism*. New York: Vintage.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (2000). *Identidade e Diferença – A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.
- SPURR, D. (1993). *The Rhetoric of Empire*. London: Duke University Press / Durham & London.
- STEINEM, Gloria (1992). *Revolution from Within*. Boston / Toronto / London: Little, Brown and Company
- THE NEW LEXICON WEBSTER'S ENCYCLOPEDIA OF THE ENGLISH LANGUAGE (1988). Canadian Edition. New York: Lexicon Publications.
- WOLF, Naomi (1990). *The Beauty Myth*. Toronto: Random House of Canada Limited.

RELACÃO DE SITES

BAYM, Nina (1995). *The Agony of Feminism: Why Feminist Theory Is Necessary After All* – <http://www.english.uluc.edu/baym/essays/feminism.htm>

BENHABIB, Seyla (1993). *From Identity Politics to Social Feminism: A Plea for the Nineties – The Paradigm Wars of Feminist Theory*. <http://www.farhad.org/gm> - p.4.

COLLETT, Janelle. *Equally Through Difference*.
<http://www.feminist.com/resources/artspeech/remember/rtl7.htm>

COTÊ, Andrée, SHEEHY, Elizabeth e MAJURY, Diana (2000). *NAWL's Brief Defense on Provocation* – <http://www.nawl.ca/provocation.htm>

DERRIDA, Jacques (1994). *From Spectres of Marx – What's Ideology?*
<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/derrida2.htm>

DREW, Paula. *The Encyclopedia International of Sexuality: Iran*.
<http://www2.hu-berlin.de/sexology/IES/ran.html>

DUBOIS, Ellen (1971). *Feminism Old Wave and New Wave*.
<http://www.cwluherstory.com/cwlu/archive/wave.html>

DUNCAN, Margaret Carlisle e MESSNER, Michael. Citada em: *Media Coverage of Women and Women's Issues*. p. 2.
http://www.media-awareness.ca/english/issues/stereotyping/women_and_girls/women_coverage.cf

FOX, Vivian C. Studies. *Historical Perspectives on Violence Against Women*. Vol. 4 # 1 november 2002.
www.bridgew.edu/SoAS/jiws/fall02/historical.perspectives.pdf

Stanford Encyclopedia of Philosophy. *Feminist Perspectives on the Self*.
[Cd1.library.usyd.edu.au/stanford/entries/feminis-self](http://cdl.library.usyd.edu.au/stanford/entries/feminis-self)

GORDON, Linda. *What's New in Womens' History*.
<http://Xroads.virginia.edu/g/DRBR/gordon.html>

HENNESSY, Rosemary (1995). *Women's Lives/Feminist Knowledge. Feminist Standpoint as Ideology Critique*. <http://www.cas.lstu.edu/english/strickland/495/henness1.html>. Acesso

HOLSTE, Glenda Crank. *Women Athletes Often Debased by Media Images* –
<http://www.womensnews.org/article.cfm?aid=310>

HUTCHEON, Linda. Em: O'GRADY, Kathleen. *Theorizing – Feminism and*

Postmodernity: A Conversation with Linda Hutcheon (1997). p.3 –
<http://www.english.ucsb.edu/faculty/ayliu/research/grady-hutcheon.html>

What's Enlightenment? (Was ist Aufklärung?).
<http://www.knuten.liu.se/~bjoch509/works/foucault/enlight.txt>

JOHNSON, Barbara (1996). *On Writing*. Citada por LYE, John. *Deconstruction: Some Assumptions* – <http://www.brocku.ca/english/courses/4F70/deconstruction.html>

KANE, Mary Jo. Citada em: *Women Athletes Often Debased by Media Images* de HOLSTE, Glenda Crank (2000) – <http://www.womensnews.org/article.cfm?aid=310>

KRUKS, Sonia (1999). *Panopticism and Shame: Reading Foucault through (sic!) Beauvoir*. Labyrinth, VI.1, number 1, Winter – <http://h2hobel.phl.univie.ac.at/~iaf/Labyrinth/Kruks.html>

MEYERS, Diana (1999). *Feminist Perspectives on the Self* – Stanford Encyclopedia of Philosophy – <http://cd1.library.usyd.edu.au/entries/feminism-self> -

MILLER, John e PRINCE, Kimberly (1994). *The Imperfect Mirror: Analysis of Minorities Pictures in Six Canadian Newspapers* - <http://www.media-awareness.ca/eng/issues>

SKINNER, Marilyn B. *Zeus and Leda: The Sexuality in Contemporary Classical Scholarship*, p.12. www.stoa.org/cgi-bin/ptext?doc=perseus%3Atext%3A

STAVRO-PEARCE, Elaine (1999). *Transgressing Sartre: Embodied Situated Subjects in The Second Sex*. Labyrinth, Vol.1 - <http://h2hobel.phl.univie.ac.at/~iaf/Labyrinth/Estravo.html>

UNGERLEIDER, Charles (1991). *Media, Minorities, and Misconceptions: The Portrayal by and Representation of Minorities in Canadian News Media*. In *Canadian Ethnic Studies*, Vol. XX, No. 3 – <http://www.media-awareness.ca>

19th Century Intellectual Currents – *Victorianism* –
<http://www.lovno.edu/~seduffy/victorianism.html>

Female Genital Mutilation – A Human Rights Information Pack –
<http://www.amnesty.org/ailb/intcam/fgml.htm>

Gender Equality. CD 2/ Chapter 2 – <http://qsilver.queensu.ca/polscd/CD4C2/CD4C2qB.html>

Maternal Feminism: Mothering the World. p. 1
http://suite101.com/mypage.cfm/womens_history/266

Media Coverage of Women and Women's Issues –
http://www.awareness.ca/english/issues/stereotyping/women_and_girls/women_coverage.cf

Wikipedia- <http://en.wikipedia.org/wiki/Violence>

Women's History Month 2002 – Adult Fact Sheet: Women and Sports in Canada – An Historical Overview – www.swc.ca

ANEXOS

The Toronto Star, 14/07/1994
The Toronto Star, 16/11/1996
The Toronto Star, 21/09/1999
The Toronto Star, 08/03/1996
The Toronto Star, 20/10/1999
National Post, 18/06/1999
National Post, 07/09/2000
National Post, 15/02/2000
National Post, 15/02/2000
The Toronto Star, 02/09/1995
The Toronto Star, 09 a 16/03/1996
The Toronto Star, 14/07/1994